



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

**LEONARDO SILVA BERNARDES**

**A AUTONOMIA DA GRAMÁTICA  
NAS *INVESTIGAÇÕES FILOSÓFICAS***

Salvador  
2011

**LEONARDO SILVA BERNARDES**

**A AUTONOMIA DA GRAMÁTICA  
NAS *INVESTIGAÇÕES FILOSÓFICAS***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. João Carlos Salles

Salvador  
2011

---

B522 Bernardes, Leonardo Silva  
A autonomia da gramática nas Investigações Filosóficas / Leonardo Silva  
Bernardes. – Salvador, 2011.  
113 f.

Orientador: Prof. Dr. João Carlos Salles  
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de  
Filosofia e Ciências Humanas, 2011.

1. Investigações - Filosofia. 2. Linguagem e línguas - filosofia. 3. Lógica.  
4. Autonomia. 5. Gramática. I. Salles, João Carlos. II. Universidade Federal da  
Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

**LEONARDO SILVA BERNARDES**

**A AUTONOMIA DA GRAMÁTICA  
NAS INVESTIGAÇÕES FILOSÓFICAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Aprovada em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

João Carlos Salles (Orientador) – Universidade Federal da Bahia

---

Darlei Dall’Agnol – Universidade Federal de Santa Catarina

---

Waldomiro José da Silva Filho – Universidade Federal da Bahia

*A Jana,  
cujo amor inspirou  
em mim novas ideias.*

## **AGRADECIMENTOS**

Sou imensamente grato ao professor João Carlos Salles, meu orientador, por me acolher no grupo de pesquisa Empirismo, Fenomenologia e Gramática e me auxiliar no desafio da realização dessa pesquisa. Também sou grato aos meus colegas de grupo, que através dos debates e discussões me ajudaram na consolidação das ideias que orientam este trabalho.

Minha irmã, minha mãe e meu pai sempre me oferecem suporte incondicional. Nesta fase, não foi diferente. Eu agradeço o apoio e o carinho. Agradeço a todos meus amigos que, esmerando-se para contornar as dificuldades do texto, mostraram-se interessados e não mediram esforços para me estimular: Cainan Freitas, Mara Vieira dos Santos, Monique Guedes e, em especial, André Nascimento e Wagner Teles, amigos cujo diálogo constante ajudou a forjar os melhores momentos dessa pesquisa. Não posso deixar de registrar também que, em São Paulo, encontrei um valioso interlocutor, meu agradecimento a Giovane Rodrigues.

Agradeço aos professores Eduardo Chagas e Waldomiro da Silva Filho, cujas observações e apontamentos, quando do exame de qualificação, ajudaram na correção e no acabamento das ideias contidas neste trabalho.

Por fim, esta pesquisa não teria se realizado sem o decisivo apoio concedido durante dois anos pela FAPESB, por meio da bolsa de estudos.

*Ja aber hat denn die Natur hier gar nichts mitzureden?! Doch — nur macht sie sich auf andere Weise hörbar. “Ingendwo wirst du doch an Existenz und nicht-Existenz anrennen!”  
Das heißt aber doch an **Tatsachen**, nicht an Begriffe.  
(Wittgenstein, Zettel)*

*Unser Fehler ist, dort nach einer Erklärung zu suchen, wo wir die Tatsachen als ‘Urphänomene’ sehen sollten. D.h., wo wir sagen sollten: **dieses Sprachspiel wird gespielt**.  
(Wittgenstein, *Philosophische Untersuchungen*)*

BERNARDES, Leonardo Silva. **A autonomia da gramática nas *Investigações Filosóficas***. 113 f. 2011. Dissertação. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

## RESUMO

A autonomia da gramática compreende o caráter autocentrado das determinações gramaticais. As regras que constituem a gramática não se definem conforme prescrições da realidade, mas antes estabelecem o espaço daquilo que pode ser dito significativamente sobre o mundo. O desafio que nos importa aqui consiste em apontar o papel central da autonomia nas *Investigações Filosóficas*, a despeito das dificuldades envolvidas no trabalho de identificá-lo, cifrado em tensões espalhadas pelo textos. A noção de autonomia da gramática aparece nos escritos do período intermediário, mas não figura em suas obras de maturidade. Portanto, o esforço da nossa pesquisa consiste em realçar sua centralidade, apesar da sintomática ausência, afastando a inclinação a julgá-la abandonada. Nesse propósito, adotamos como estratégia inicial o trabalho de destacar as mudanças relativas ao *Tractatus*, a fim de sublinhar o modo como a noção de paradigma responde às dificuldades postas pela noção de objeto. Essas mudanças apresentam uma maneira completamente diversa de pensar a relação entre mundo e linguagem. Em seguida, vincularemos as particularidades da noção de paradigma às ideias de convencionalismo e normatividade, apontando, dessa maneira, a resposta wittgensteiniana para a questão da necessidade lógica nessa fase do seu pensamento. É justo nesse ponto que algumas dificuldade centrais ganham corpo, é preciso dar conta da relação entre linguagem e mundo recusando o vínculo causal. Esperamos dissolvê-las pelo exame do sentido de um caso-limite sugerido ao final do livro: a história natural fictícia. Assim, pretendemos estabelecer a indissociável ligação entre uma investigação gramatical, ocupada com a possibilidade dos fenômenos — e não com sua efetividade —, e a autonomia da gramática; em outros termos, o vínculo entre a concepção de filosofia de Wittgenstein e a noção de autonomia. No entanto, a correspondência entre fatos e conceito será o núcleo e o mote das nossas preocupações, na medida em que a admissão de uma correspondência oferece oportunidade para esclarecer o papel desempenhado pelos fatos naturais na constituição do sentido das nossas expressões linguísticas. Tentaremos entender em que sentido a gramática não é arbitrária, ou melhor, buscaremos esclarecer o modo como certas regularidades do mundo e constâncias no comportamento humano podem compor o panorama linguístico sem que lhe comprometa a autonomia. Defenderemos a ideia de que as ocasiões em que Wittgenstein critica a autonomia e a arbitrariedade são menos signos de afastamento e abandono do que oportunidades que em se amplia e aprofunda o entendimento sobre a relação interna entre fatos e conceitos, destacando seu caráter indissociável e protegendo-a de arroubos que por ventura queiram se valer da autonomia para divorciar a linguagem da realidade. Por fim, nossa pesquisa terá logrado êxito se, ao final, restar inseparável o elo entre filosofia e autonomia, de maneira que se tornem claros e distintos os interesses da atividade filosófica e da pesquisa científica. Também é aspecto central do nosso trabalho o propósito de consolidar o papel da autonomia nas *Investigações*, tomando como enganosa a ausência da noção na letra do texto.

**Palavras-chaves:** Autonomia. Gramática. Investigações Filosóficas. Lógica. Linguagem.



## ABSTRACT

The autonomy of grammar comprehends the self-centered character of grammatical determinations. The rules that constitute grammar do not define themselves as prescriptions of reality, but before they establish the space of what can be meaningfully said about the world. The challenge here consists in developing the central role of autonomy in the *Philosophical Investigations*, despite the problem of identifying it hidden among tensions spread through the texts. The notion of grammar autonomy appears in the writings from the intermediary period, but not in the maturity works. Therefore, our research effort consists in highlighting its centrality, despite the symptomatic absence, pushing away the tendency of assuming it abandoned. For this, we adopt as initial strategy the endeavor of highlighting the changes related to the *Tractatus* in order to delineate how the notion of paradigm answers the problems set by the notion of object. These changes present a completely diverse way of thinking the relation among world and language. Following, we relate the particularities of the paradigm notion to the normativity and conventionality ideas, pointing, in this way, the wittgensteinian answer to the question of the logical necessity in this phase of his thought. Some central problems weigh exactly in this point, so it's necessary to handle the relation among language and world, refusing the causal linkage. We hope to dissolve it through the examination of the meaning of a limit-case suggested at the end of the book: The fictitious natural history. Therefore, we intend to establish the indissoluble linkage among a grammar investigation, occupied with the phenomena possibilities — and not its effectiveness —, and the autonomy of grammar; in other terms, the linkage among Wittgenstein's philosophy and the notion of autonomy. However, the correspondence among facts and concept is the nucleus and the mote of our worries, as the assumption of a correspondence offers the opportunity to clear the role played by the natural facts on the constitution of our linguistics expressions meaning. We'll try to understand the meaning in which grammar is not arbitrary, i.e., to clarify the way certain regularities of the world and constancies of the human behavior may compound the linguistic landscape without compromising its autonomy. We defend the idea that when Wittgenstein criticizes the autonomy and the arbitrariness, this moments aren't signs of distancing and abandonment but opportunities in which the understanding about the internal relation among facts and concepts is amplified and deepened, highlighting its indissoluble character and protecting it from raptures that may eventually profit from the autonomy to divorce the language from the reality. Finally, our research will be successful if, in the end, remains inseparable the linkage among philosophy and autonomy, in a way that shows clear and distinct the interests of the philosophical activity and the scientific research. It's also a central point of our work the purpose of consolidating the role of autonomy at the *Investigations*, assuming as deceiving the absence of such notion on the written letter.

**Keywords:** Autonomy. Grammar. Philosophical Investigations. Language.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>1</b>
<b>2</b>	<b>MUNDO E LINGUAGEM</b> .....	<b>8</b>
2.1	ASSOCIAÇÃO ENTRE NOMES E OBJETOS .....	11
2.2	FORMA LÓGICA E ONTOLOGIA ESVAZIADA .....	17
2.3	O MUNDO, DENTRO DA LINGUAGEM .....	23
2.4	PARADIGMAS: ELEMENTOS DO MUNDO.....	27
<b>3</b>	<b>PARADIGMAS, REGRAS E FATOS</b> .....	<b>31</b>
3.1	NORMATIVIDADE E CONVENCIONALISMO .....	31
3.2	O CONCEITUAL E O OBJETIVO.....	40
3.2.1	Filosofia e Ciência.....	41
3.2.2	Correspondência entre fatos e conceitos.....	46
<b>4</b>	<b>O SENTIDO DA AUTONOMIA E DA NÃO AUTONOMIA DA GRAMÁTICA</b> .....	<b>68</b>
4.1	CONCEITOS, INTERESSES E FORMAS DE VIDA.....	72
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>101</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>112</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Nosso trabalho tem como uma das suas preocupações centrais o esclarecimento do modo como conteúdos empíricos são incorporados à trama de possibilidades lógicas inauguradas pela gramática sem que com isso se comprometa a autonomia que lhe é própria. Nas *Investigações Filosóficas*, dificuldades pálidas e incipientes ganham a concretude de obstáculos que não podem ser ignorados, reclamando atenção para questões que parecem sabotar uma autonomia outrora incólume. É esse campo de forças aparentemente conflitante e nocivo que pretendemos pacificar pela sugestão de que a inegável importância dos elementos do mundo para constituição do sentido das nossas regras não representa uma ameaça à autodeterminação da gramática. Nosso propósito consiste também em dar respaldo a essa ideia, mostrando como as dificuldades apontadas por Wittgenstein nos direcionam a um tipo de resposta que visa menos admitir uma determinação de tipo causal dos fatos sobre os conceitos do que enfatizar uma relação interna gramaticalmente constituída entre eles. Queremos, assim, descobrir se nos é dado reconhecer a noção de autonomia no quadro de problemas e preocupações centrais das *Investigações* e para isso investiremos num exame que remontará às primeiras considerações do livro e à relação estreita que os comentários ali apresentados mantêm com as ideias contidas no *Tractatus Logico-Philosophicus*. Buscamos identificá-la cifrada desde as primeiras considerações do livro, como uma peça que não pode ser retirada sem que se comprometa a maquinaria a qual pertence.

Assim, conforme a estratégia mencionada, devemos dizer que desde o princípio as *Investigações* apresentam preocupações que sugerem o claro compromisso com a noção de autonomia. O modelo referencial de linguagem que se representa na concepção agostiniana não é senão o protótipo de uma teoria que mobiliza elementos externos à linguagem para armar o espaço da significação. Ainda que o *Tractatus* não seja o exemplo fiel desse modo de pensar, ele oferece oportunidades para se observar aspectos essenciais ao nosso trabalho que esclarecem tanto o distanciamento relativo ao modelo agostiniano, quanto o afastamento do próprio *Tractatus*. Desse modo, parece proveitoso para o projeto de examinar a noção de autonomia da gramática nas *Investigações Filosóficas*, desenvolver as primeiras considerações tomando o *Tractatus* como ponto de partida e sublinhando em que medida os seus conceitos interessam ao melhor entendimento das noções que importam ao nosso trabalho.

Dado que nos interessa estabelecer um paralelo entre *Tractatus* e *Investigações*, a nomeação será o alvo inicial das nossas preocupações, pois ela oferece ocasião para entender como cada livro trata a relação entre mundo e linguagem. Sobre o ato de nomear, tem-se a impressão de que ele é o quanto basta para que possamos fazer uso das palavras na linguagem. Uma vez fixado o rótulo, o nome, estamos aptos a empregar a palavra designada conforme os usos adequados à coisa nomeada. Em certo sentido, o *Tractatus* endossará também essa ideia. No entanto, a fim de evitar que afirmações apressadas abram caminho para mal-entendidos, convém seguir cautelosamente. O mote da nossa primeira abordagem consiste numa comparação. As *Investigações* apresentam a nomeação como algo de todo diverso da concepção que encenamos superficialmente logo acima. A associação entre o nome e a coisa, ali, aparece subordinada a um certo treinamento, sendo, portanto, uma etapa preparatória para o uso da palavra e carecendo ainda do mais fundamental: o papel que só pode ser determinado por uma prática que lhe investe de função lógica.

Um simples recorte pode carregar um universo inteiro de problemas e prenciar os caminhos e escolhas que perfazem as *Investigações*. Ao sujeitar a nomeação ao treinamento, Wittgenstein prepara o terreno que irá acolher a autonomia no corpo das ideias de seu livro. Sujeitar a nomeação ao treinamento significa libertá-la das possibilidades elementares do objeto nomeado. Nesse sentido, precisaremos nos deter, ainda que brevemente, numa explicação panorâmica do modo de articulação das teses principais do *Tractatus*. Em primeiro plano, a exigência de que nomes possuam a mesma multiplicidade lógica dos objetos que eles designam. É a identidade lógica que assegura à figura sua condição figurativa, isto é, que lhe garante a possibilidade de ser figura de algo afigurado. Figura e afigurado articulam-se da mesma maneira, pois seus elementos simples estão ligados diretamente e se combinam conforme as mesmas possibilidades elementares. Assim, proposições figuram estados de coisas. A figuração é uma possibilidade lógica, uma conformação possível de elementos que pode ou não corresponder a um estado de coisas do mundo. Mas a possibilidade da configuração depende de que existam os termos que nela se armam. O que garante a possibilidade lógica da figuração, a articulação proposicional, é a existência necessária do simples.

Desse modo, tem-se uma noção precisa da importância dos objetos simples para a sustentação do edifício tractariano. É preciso pressupor-lhes a existência, pois ela é uma condição lógica do discurso significativo. Contudo, não importa à lógica quais sejam os

objetos. É necessário tão somente pressupor que eles existam, conformando desse modo uma exigência estritamente formal. No entanto, se os objetos tem forma e conteúdo, é necessário que uma determinação estabeleça também qual seja o conteúdo. Isto é, no quadro de exigências lógicas há lugar para a determinação formal de um vínculo efetivo. A nomeação é, portanto, também uma exigência lógica. Um objeto deve estar associado a um nome.

Entretanto, voltemos ao ponto em que assumimos controversamente que o *Tractatus* endossaria a tese agostiniana de que a nomeação encerra as condições de uso das palavras. Não estamos tomando a nomeação como um gesto empírico, o que equivaleria a arrastar para o terreno do contingente o que deve ser condição lógica do sentido; tampouco queremos suprimir o pano de fundo, pois muito já deve ter sido cumprido para que se possa dizer da nomeação que ela fecha o circuito das condições lógicas. No entanto, qualquer que seja a ordem e a dimensão do ato de nomear, ele supõe realizadas todas as outras etapas e encerra efetivamente as condições do sentido, facultando o uso do nome em questão. Isto porque conhecer um objeto é conhecer todas suas possibilidades de aparecimento em estados de coisas. Sendo assim, não pode acontecer de que, na determinação efetiva do conteúdo de um nome, não se saibam também as possibilidades de seu uso (não se conheça, portanto, sua forma). Isto equivaleria a dizer que as possibilidades de uso seriam apreendidas posteriormente e que, conhecendo o objeto nomeado, ainda assim careceríamos de explicação sobre suas possibilidades combinatórias.

O que parece inaceitável ao *Tractatus* — que se conheçam os objetos sem que se saibam as suas possibilidades combinatórias, ou melhor, que possamos separar os objetos de suas possibilidades combinatórias — é justo o que está apresentado nas considerações de Wittgenstein sobre o ensino ostensivo (nas *Investigações*). Nesse caso, a nomeação não pode cumprir o mesmo papel, pois o objeto nomeado não carrega consigo as possibilidades emprestadas ao nome que o designa. Tais possibilidades serão atribuídas ao nome através do ensino ostensivo e do treinamento que visa estabelecer um hábito. A relação entre a nomeação e os usos que se podem fazer do nome é não só dissociável, mas também perfeitamente passível de ser coordenada em diversas funções, conforme diferentes treinamentos.

Desse modo, comparamos duas visões: a primeira, para a qual a forma do objeto importa para os usos que se podem fazer do nome, a segunda, que exclui qualquer relevância da forma ou natureza do objeto para determinação dos usos dos nomes. Aqui, um certo modo de expressão enganoso nos auxilia a indicar a conexão entre as observações que temos feito e

o propósito de sugerir os vínculos com a autonomia da gramática\*. Em que sentido poderíamos dizer que a forma ou natureza do objeto é irrelevante? Há portanto algo prévio, anterior à instituição gramatical, que agora torna-se sem uso ou valor? As *Investigações* operam muito mais do que uma simples desconsideração de aspectos e é isso o que está mascarado na afirmação de que a forma ou natureza do objeto está excluída de qualquer papel determinante. Em verdade, o que a gramática faz é constituir a própria natureza do objeto, a essência das coisas. Em nenhum outro lugar, senão na gramática, devemos buscar a determinação de essências.

Aqui, há uma inversão decisiva para o estabelecimento da autonomia da gramática. A linguagem não mais espelha o que é próprio aos objetos. As *Investigações* representam uma ruptura em relação à antiga simetria entre linguagem e mundo, ruptura que melhor se expressa não como independência, mas como autonomia. Isto é, o que queremos afastar é a ideia de que o mundo (fatos) ou suas partes (objetos) constroem a lógica da nossa linguagem. Mas precisamos, no entanto, conservar uma certa relação de correspondência que não se constitui como ameaça à tese de independência do sentido e autonomia da gramática. Na nossa opinião, muitas leituras se alimentam da falta de clareza sobre essa tênue diferença.

Nas *Investigações* se engendram mais claramente as tensões resultantes da dificuldade de articular a autonomia à integração de partes do mundo. É nesse sentido em que nos ocupamos do conceito de paradigma, bem como das noções de normatividade e convencionalismo. O paradigma, mais propriamente, nos permite enxergar a maneira como uma amostra do mundo se converte em instrumento da linguagem, pois é fundamental à compreensão de uma relação entre linguagem e realidade tramada nos domínios da gramática, que se entenda o modo pelo qual elementos do mundo são dirigidos pelos jogos de linguagem mediante a relação de nomeação. Se esclarece desse modo o estatuto normativo conferido aos modelos (amostras, como uma amostra de cor) que, doravante, passam a funcionar como padrões para uso correto das palavras e nomes aos quais se vinculam. Será a ênfase no caráter normativo das regras que irá dissolver as dificuldades postas pelos objetos. Aspectos infáveis da natureza dos objetos, as possibilidades lógicas passarão agora à condição de produtos de uma determinação gramatical, isto é, de um gesto que, fixando o status de regras a certas expressões e usos, projeta ou institui um campo que compreende o espaço do sentido. Na

---

\* O que não significa tomar o *Tractatus* como um caso exemplar de algo contrário a autonomia, posto que, embora o mundo comece nos fatos, é a natureza dos objetos que o compõem que abriga as possibilidades de armação da estrutura factual. A forma é a possibilidade da estrutura (2.033). O mundo, como totalidade de fatos, também não determina a lógica da nossa linguagem.

medida em que explica as combinações e usos de uma gramática por referência ao papel desempenhado pela regra na prática linguística, o convencionalismo nos distancia da tentação de pensar o mundo como a fonte das necessidades lógicas. A necessidade é assim derivada da normatividade das proposições gramaticais, proposições que organizam a experiência, conformando a rede de possibilidades que pensamos ser anterior à própria organização.

Nesse sentido é que se esclarece fundamentalmente a própria noção de filosofia para Wittgenstein. Uma vez compreendida a relação entre a norma e a necessidade, define-se por consequência o que pode ou não interessar ao trabalho filosófico. O mundo não oferece mais respostas às investigações preocupadas em entender o modo de articulação do sentido, porque lá não se encontra nenhuma espécie de natureza intrínseca às coisas. A natureza e essência estão definidas na gramática, pois são as proposições gramaticais que apresentam os meios de representação através dos quais visamos o mundo. Uma investigação filosófica, diante desse panorama, não pode definir sua pauta e dirigir sua atenção senão àquilo que é condição de constituição do sentido. Uma investigação filosófica deve ser tão somente uma reflexão gramatical, trabalho terapêutico de elucidação do modo como usamos as palavras, trabalho que incide essencialmente sobre a tentação de sublimar os usos das palavras, retirando-as dos contextos habituais e gerando assim problemas que em verdade não tem lugar.

A defesa da autonomia da gramática nas *Investigações Filosóficas* se liga estreitamente ao percurso que nos conduz ao lugar do que é próprio aos interesses filosóficos. Se vincula de perto à concepção de filosofia como investigação da possibilidades dos fenômenos, e não como trabalho voltado aos fenômenos eles mesmos. À luz dessa distinção fundamental a Wittgenstein — e arriscando afirmar, um traço comum a todo o seu trabalho filosófico —, chegamos a passagens centrais do livro nas quais se reitera, sem reservas, a vocação gramatical da atividade filosófica — oposta à marca empírica do trabalho da ciência. Porque não se deve confundir o empírico e o conceitual, é preciso separar interesses filosóficos e propósitos científicos.

É certo que a autonomia se define intrinsecamente como uma guardiã das fronteiras da filosofia, visto que ela reserva os interesses do trabalho filosófico, porém, nas *Investigações*, certas dificuldades e a maneira como elas são apresentadas sugerem uma considerável ameaça que parece comprometer a noção. Essas dificuldades derivam da necessidade de incluir no rol dos aspectos importantes para determinação do sentido, regularidades do mundo, constância no comportamento humano, fatos naturais de diferentes gêneros. Afinal, é preciso dar conta

de regularidades que também determinam o sentido de certas práticas linguísticas, sem que essa *determinação* equivalha ao abandono do caráter autônomo da gramática.

Nas *Investigações Filosóficas*, a noção de autonomia parece caminhar à beira desse abismo. Ao lado, o perigo representa o risco de a filosofia se lançar à cata dos mesmos tipos de objetos que a ciência. Mas a resposta de Wittgenstein é clara: seu trabalho não se confunde com a ciência. A filosofia não deve se misturar a ela. E essa distinção tem alcance tão decisivo que ele chega a sugerir que, para o propósito de sua atividade, uma história natural fictícia lhe seria igualmente útil. Nada mais significativo para o esclarecimento do caráter autônomo da gramática — malgrado a dependência, ou melhor, a correspondência entre fatos e conceitos —, do que sugerir uma história natural fictícia. Sugestão que não corresponde a uma declaração de desprestígio pelos fatos, mas da sua submissão a uma gramática que não se deixa determinar de fora.

Em linhas gerais, nosso trabalho se desenvolve na tentativa de desenredar os nós envolvidos nessa trama, o que equivale a mobilizar o texto de sorte a dar respaldo a nossa leitura. Não raras vezes precisaremos do apoio de textos do período intermediário ou de referências a obras posteriores. O objetivo é situar as dificuldades numa linha de desenvolvimento que vai da fase intermediária até as últimas obras e que encontra nas *Investigações* um ponto de maturação. Com isto queremos sugerir que a ausência do termo *autonomia* é sintomático, mas não determinante, pois no lastro das mais fundamentais passagens do livro podemos encontrar, cifrados, conceitos e teses indissociavelmente ligados a ele. Em especial, buscamos indicar o vínculo entre a noção de filosofia e as ideias principais que parecem apoiar a noção.

Por fim, convém apresentar um breve roteiro do percurso da nossa pesquisa, das etapas que pretendemos percorrer a fim de atingir nosso objetivo. No capítulo subsequente, o capítulo 2, iniciaremos nossas considerações a partir de um fragmento das *Investigações* cujo conteúdo serve-nos como pano de fundo ao exame das questões correlacionadas à nomeação no *Tractatus*. O propósito é realçar o contexto referencialista em que, apesar das suas peculiaridades, o *Tractatus* ainda se instala, sublinhando a maneira como, nas *Investigações*, as possibilidades de uso de elementos do mundo dependem de prescrições gramaticais. Ali, o nomeação está subordinada ao jogo de linguagem que apresenta e organiza os papéis que devem desempenhar os paradigmas aos quais os nomes se vinculam.



No capítulo 3 será destacado o modo como a resposta das *Investigações* às questões e problemas ligados à nomeação apontam para o convencionalismo e para a estrutura normativa da linguagem. Os usos linguísticos, as possibilidades e a função lógica de palavras e nomes são determinados por normas que compõem um sistema, normas que se definem, não conforme prescrição da realidade, mas segundo a determinação autônoma da gramática. Por sua vez, tais discussões nos levam a considerar o limite entre o conceitual e o empírico e, por consequência, as diferenças entre filosofia e ciência. Nesse contexto, examinaremos a concepção de filosofia de Wittgenstein, discernindo seus aspectos dos traços característicos da ciência e constatando no impulso que alimenta o pendor a buscar explicações para os problemas filosóficos o catalisador das ideias que desconsideram as fronteiras entre o conceitual e o objetivo. Desse modo, chegaremos por fim a discutir a correspondência entre fatos e conceitos, cerne das nossas preocupações, na esteira da recusa às respostas e aos expedientes científicos. Aqui, também, trata-se de recusar a tentação a considerar a admitida importância dos fatos naturais um testemunho em favor de determinação causal dos fatos sobre os conceitos e do interesse consequente que a filosofia endereçaria à natureza, como base da gramática. Uma longa discussão se desdobrará a partir de observações apresentadas na página 230 das *Investigações* e da imagem de uma história natural fictícia.

Tendo esclarecido o estatuto da correspondência entre fatos e conceitos passaremos, no capítulo 4, a considerar as ocasiões em que Wittgenstein parece rejeitar a autonomia e atribuir sentido à posição contrária. Nosso esforço visa pacificar a aparente tensão entre a autonomia e a admissão de que em certo sentido nossos conceitos não são arbitrários, mostrando a função de tais observações cumprem na manutenção de aspectos centrais da filosofia de Wittgenstein, aspectos que salientam o papel dos contextos pragmáticos, da armação de fatos que envolve os conceitos, no trabalho da linguagem.

Por fim, a conclusão reconstitui elementos importantes da discussão subordinando seus aspectos principais à defesa da ideia de que, em verdade, não há ameaças à autonomia, pois autonomia e heteronomia (arbitrariedade e não-arbitrariedade) não se polarizam, mas se complementam no interesse da preservação da concepção filosófica de Wittgenstein e da manutenção das fronteiras que separam filosofia e ciência.

## 2 MUNDO E LINGUAGEM

Nas *Investigações Filosóficas*, Wittgenstein estrutura o percurso investigativo elegendo a “imagem agostiniana da linguagem” como o primeiro modelo a ser combatido. O modelo agostiniano representa adequadamente ideias cujas consequências indicam diferenças significativas e pontos de inflexão decisivos para compreensão da filosofia das *Investigações*. Uma concepção de linguagem semelhante implica a distinção original entre mundo e linguagem e, especialmente, o reconhecimento do caráter fundante do gesto que inaugura a ligação entre nomes e objetos. Sob as lentes do esquema agostiniano, as palavras ganham significado à medida que são coordenadas aos elementos do mundo — como se em algum momento a linguagem precisasse sair do seu centro e apontar para fora. A nomeação, isto é, o processo pelo qual uma palavra passa a designar um objeto do mundo, consiste na etapa fundamental na estruturação da linguagem, porquanto se define por meio dela o significado das palavras a serem empregadas.

Esse roteiro bastante esquemático deixa ver o ponto de convergência dos compromissos teóricos assumidos pelo modelo em questão. As dificuldades que Wittgenstein irá explorar no início das *Investigações* gravitam em torno da nomeação. A sublimação da associação entre mundo e linguagem dá lugar a confusões que reclamam um tratamento que demova a aura metafísica na qual se envolve o ato de nomeação. O tema é de interesse central à nossa pesquisa pois o esclarecimento do estatuto do que se entende por uma conexão entre a realidade e a linguagem consiste numa etapa indispensável à compreensão das consequências implicadas no modo como Wittgenstein lidará com os objetos, com aquilo que então parecia corresponder a elementos extralinguísticos.

Os temas que se ramificam a partir de aspectos característicos do modelo agostiniano, escolhemos abordá-los à luz do *Tractatus* — e não podemos fazê-lo sem antes oferecer uma espécie (breve) de justificativa. É certo que não podemos reconhecer no *Tractatus* o caso exemplar de um modelo agostiniano de linguagem. Parte essencial e fundante da linguagem e objeto das nossas preocupações iniciais, a nomeação, no *Tractatus*, não pode ser impunemente equiparada à nomeação como etapa de um processo empírico de associação entre palavras e coisas. A nomeação não acontece no mundo, não está no domínio das coisas que podem ou não ser o caso. Na medida em que é uma condição do uso significativo da linguagem, a associação entre nome e objeto tem o caráter de pressuposto, não interessando à

lógica senão nessa condição — pois que de outro modo seria violado o quadro de exigências demandadas pela significatividade do discurso.

Não podemos também ignorar o caráter estrito e a função precisa que o mundo cumpre no *Tractatus*. Ainda que, tal como acontece no paradigma agostiniano, possamos identificar dois reinos distintos (o mundo e a linguagem) unidos mediante uma relação afiguradora que coordena elementos de ambas as partes, não é possível desconsiderar a diferença significativa que os distancia. Seja no que diz respeito à própria relação afiguradora (expressão que no *Tractatus* designa a nomeação, a associação entre nomes e objetos), seja no que concerne aos elementos associados, objetos e nomes, o *Tractatus* e o modelo agostiniano apresentam perspectivas diferentes. Um estatuto especial é atribuído quer ao ato da nomeação ele mesmo, quer aos elementos que ele coordena, em conformidade com as exigências da *doutrina do dizer e mostrar*, em resposta à injunção de que se subtraída do espaço significativo os elementos sem os quais o próprio sentido soçobra. Assim, a abordagem peculiar do *Tractatus* dificilmente se deixa apreender mediante expedientes analógicos que planifiquem suas características.

Apesar das notórias diferenças, julgamos produtiva a aproximação. Aproveitando observações registradas já nos primeiros parágrafos das *Investigações*<sup>\*</sup>, passamos a considerar o modo como o *Tractatus* resolve questões correlatas, examinando também o contexto e as exigências postas pela solução tractariana. Queremos passar em revista, ainda que superficialmente, o itinerário que leva da relação afiguradora, do estatuto dos nomes e objetos, ao tratamento característico que o livro dispensa à ontologia. No plano dessa aproximação controversa entre *Tractatus* e o modelo agostiniano de linguagem, o que nos anima é o intento de mostrar que, malgrado as diferenças mencionadas, o livro conserva um interesse formal pela ontologia. Interesse que, embora esvaziado, se faz presente, na medida em que se conserva a diferença original entre mundo e linguagem — isto é, porquanto possamos reconhecer no *Tractatus* o laivo da referencialidade e seus efeitos. Pretendemos indicar que o desenvolvimento da noção de relação afiguradora e o exame do estatuto dos objetos a serem designados pela relação leva ao reconhecimento da importância formal de uma ontologia. É verdade, uma ontologia interessa ao *Tractatus* apenas pela sua qualidade de exigência lógica da articulação do discurso, apenas nesse espaço restrito e formal se conserva o interesse ontológico do *Tractatus*.

---

\* O primeiro parágrafo das *Investigações* já discute o modelo agostiniano.

No entanto, esse interesse pela ontologia, em certo sentido comum ao *Tractatus* e ao modelo agostiniano, é distintivamente rejeitado pelas *Investigações*. Nosso propósito, portanto, é atingir o ponto em que se possa destacar essa divergência crucial entre *Tractatus* e *Investigações*: a recusa em conceder à ontologia qualquer papel lógico\*, recusa que parece amparada por um modo inteiramente próprio de tematizar a associação entre palavras e coisas, de entender o papel lógico conferido aos elementos do mundo coordenados pela linguagem.

À parte esse aspecto, nos interessa ainda considerar as consequências de um aforismo que, ligado às preocupações que indicamos acima, nos permite ampliar o campo de problemas que estão na base de mudanças estreitamente ligadas à temática da autonomia. Queremos explorar o alcance do aforismo 2.0123, da relação interna entre objetos e suas possibilidades combinatórias. Um dos aspectos centrais do nosso interesse consiste em indicar a subordinação da determinação do sentido proposicional relativamente à função precípua da linguagem: figurar a realidade. Nesse sentido, parte fundamental da mudança oferecida nas *Investigações* reside na arbitrariedade da relação entre objetos e possibilidades de uso, isto é, no caráter externo que marca a articulação que determina o sentido. A ligação lógica, interna, inaugurada pela gramática não responde a qualquer exigência anterior. O abandono da teoria pictórica da linguagem, assim, constituiria um dos pontos de transição ao pensamento das *Investigações*, porquanto afastaria a determinação de sentido de qualquer exigência prévia, facultando uma plasticidade vedada às dietas unilaterais.

É certo que um livro como o *Tractatus* não se deixa agarrar facilmente, sendo arriscado o propósito de passar apressadamente sobre o texto, sob pena de distorcer a arquitetura de suas ideias. Por essa razão, escolhemos orientar nossa incursão ao livro selecionando um fragmento das *Investigações* que servirá de pano de fundo às considerações a seu respeito. Dado que iremos abordar a relação afiguradora, vinculando sua relação com as teses principais do *Tractatus*, escolhemos um trecho das *Investigações* em que a associação entre objetos e nomes está em causa. Ali, é sugerida uma solução completamente diversa e objetos tem um papel bastante particular. Desse modo, poderemos realizar nosso exame do livro seguros de que recorte delimitado balizará nossos passos. Ao final, pretendemos estipular o efeito das ideias de Wittgenstein, comparando os resultados e definindo de que maneira o

---

\* Não queremos com isso afirmar que as *Investigações* neguem qualquer importância ao mundo, mas é certo que o papel que caberá a ele no quadro de condições lógicas do sentido não estará mais condicionada ao papel referencial que impõe a cisão radical entre os dois domínios.

novo modo de pensar a imagem de uma conexão entre mundo e linguagem importa em mudanças decisivas para compreensão da autonomia da gramática.

## 2.1 ASSOCIAÇÃO ENTRE NOMES E OBJETOS

Uma passagem das *Investigações Filosóficas* dá ocasião a que fixemos esquematicamente a forma como o livro trata o instante em que se institui o vínculo entre nomes e objetos. Uma vez definido esse pano de fundo, podemos desenvolver nossas considerações sobre o modo como o *Tractatus* aborda o mesmo acontecimento\*. Desse modo teremos uma imagem, ainda que precária, da direção à qual se encaminha nosso texto e poderemos assim prenunciar as diferenças que importam ao nosso trabalho. O propósito dessa abordagem se esclarecerá à medida que avançemos nas comparações entre os expedientes empregados no *Tractatus* e a estratégia das *Investigações* para explicar a função que cabe à associação entre palavras e coisas na constituição da linguagem, e em especial as consequências que resultam dessa transição.

No parágrafo 6 das *Investigações Filosóficas*, Wittgenstein comenta as etapas envolvidas na preparação para o uso das palavras, fazendo notar a importância do gesto que indica o objeto a ser nomeado. O ensino ostensivo das palavras, ele diz, estabelece uma associação entre a palavra e a coisa e esse passo constitui uma etapa fundamental do aprendizado. No entanto, algumas distinções características começam a ser tecidas. Se o ensino ostensivo concorre para nos tornar aptos a agir de um modo determinado, produzindo uma ação que reflete o entendimento da palavra ensinada, esse resultado, porém, só é atingido por meio de um treinamento particular. E ele continua, “com um treinamento diferente o mesmo ensino ostensivo das palavras teria produzido um entendimento completamente diferente”<sup>1</sup>. Wittgenstein apresenta aqui uma relação externa entre o objeto nomeado e os usos aos quais ele está submetido. A mudança reflete o alcance das transformações operadas nas *Investigações Filosóficas*. O objeto aqui vem esvaziado de qualquer propriedade lógica

---

\* Levando em conta o fato de que a nomeação, para o *Tractatus*, não é o gesto empírico. Aliás, conforme justificativa apresentada na seção anterior.

1 WITTGENSTEIN, Ludwig. **Philosophical Investigations**. Oxford: Basil Blackwell, 1953, § 6. (São de inteira responsabilidade nossa as traduções das obras que não estejam em português)

interna, sendo apenas por ocasião de um treinamento que lhe são investidas suas funções lógicas dentro de um jogo de linguagem. Uma vez convertido em ferramenta, elevado à condição de instrumento da linguagem, as propriedades investidas ao objeto, ou melhor, seu papel lógico, suas possibilidades de emprego, assumem uma condição lógica, interna, indissociável. Mas essa condição depende desse contexto: das práticas do jogo de linguagem dentro do qual ele se insere — não sendo em nada mais tributário à sua própria natureza.

Esse trecho breve revela muito sobre o modo como a filosofia madura de Wittgenstein reage à relação entre mundo e linguagem. Uma determinada associação entre palavras e coisas permanece integrada ao corpo de instrumentos linguísticos, todavia, o estatuto dessa associação se altera significativamente, bem como o contexto no qual ela se localiza. O efeito da mudança que iremos indicar se mostrará especialmente se a compararmos à situação análoga no *Tractatus*, considerando, obviamente, as diferenças, e nos servindo delas para ilustrar as novidades contidas nas *Investigações*. Em que medida uma afirmação de aparência trivial pode caracterizar uma ruptura decisiva, é o que pretendemos esclarecer.

No *Tractatus*, a ligação entre nome e objeto é designada *coordenação* entre elementos da linguagem e da realidade. A coordenação entre objetos e nomes corresponde à relação afiguradora<sup>2</sup>, consiste no meio pelo qual a linguagem toca a realidade<sup>3</sup>. Aqui, devemos destacar o que nos concerne: a distinção entre dois domínios articulados pela relação afiguradora; e o modo como a figuração enlaça a realidade, lançando sobre ela as antenas dos seus elementos (*die Fühler der Bildelemente*). A coordenação dos elementos aponta para a possibilidade de substituir na proposição os componentes da realidade pelos elementos figurativos, como se linguagem então pretendesse encenar a realidade que ela quer representar. Na medida em que realiza a encenação, a figuração mostra como estão as coisas no mundo<sup>4</sup>. A proposição é uma figuração da realidade e o sentido da teoria pictórica consiste em que, pela correlação dos elementos da realidade aos elementos da figuração, a proposição possa *mostrar* como estão as coisas no mundo e *afirmar* a articulação que encena, isto é, *dizer* que é assim. A linguagem pode dizer o mundo — e dizê-lo com sentido —, porque ela o espelha.

---

2 WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**. São Paulo: Edusp, 1993, 2.1514.

3 WITTGENSTEIN. **Tractatus Logico-Philosophicus**, 2.1515.

4 WITTGENSTEIN. **Tractatus Logico-Philosophicus**, 4.022.

A relação afiguradora — que nos interessa aqui especialmente, pois é a chave de comparação entre duas abordagens diferenciadas da relação mundo e linguagem — é também um ponto de partida favorável à exploração dos aspectos envolvidos na constituição da capacidade representativa da proposição. A relação institui o vínculo entre o termo da figuração e elemento do fato afigurado. Mas é um tipo especial de vínculo, pois os elementos no fato e na figuração estão uns para outros de uma maneira particular. Essa possibilidade de arranjo deve já estar prevista, porque a proposição é articulada. Isso significa que não é uma ordem qualquer de elementos que resulta numa proposição, isto é, na representação de uma situação possível no mundo. “No estado de coisas os objetos estão uns para os outros de uma determinada maneira”<sup>5</sup>. Os objetos não podem ser pensados fora da possibilidade de vínculos com outros objetos, estão portanto inexoravelmente presos a essa possibilidade de liga que arma a estrutura do estado de coisas e, por conseguinte, a articulação proposicional. Eles trazem como propriedades internas as possibilidades de aparecimento em estados de coisas. Tais possibilidades correspondem à forma do objeto. São propriedades internas porque não podem ser dissociadas do próprio objeto. Assim se esclarece a impossibilidade de que os nomes possam se ordenar arbitrariamente — uma mistura de palavras não é ela mesma uma proposição.

Aqui, convém intercalar uma breve observação preliminar que servirá às nossas considerações posteriores. Sendo as possibilidades lógicas propriedades dos objetos, a determinação do sentido proposicional parece internamente ligada à forma dos objetos, porquanto o sentido depende de que a proposição articule seus termos como estão articulados os elementos da realidade. Posto que os sinais não podem se combinar arbitrariamente e que não podemos pensar regras de composição de nomes arbitrariamente, o sentido proposicional está inexoravelmente submetido à função precípua da linguagem: descrever a realidade. A ligação interna entre a determinação do sentido proposicional e a teoria pictórica trava a linguagem e a possibilidade de combinação dos seus sinais à rede de possibilidades posta pelos objetos. A linguagem não tem a autonomia de determinar as regras de combinação dos seus sinais porque ela se define como linguagem apenas se os seus sinais estiverem combinados conforme os elementos da sua contraparte ontológica.

Se certa articulação de sinais na proposição espelha uma combinação efetiva de objetos na realidade, então o fato figurado existe e a proposição é verdadeira. A proposição se

---

5 WITTGENSTEIN. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 2.031.

estrutura de modo a restringir a realidade a um simples sim ou não, a estar pronta para ser posta à teste, isto é, comparada à realidade para determinar se o estado de coisas que ela representa é verdadeiro ou falso. Mas se a proposição guarda essencialmente a possibilidade de ser verdadeira ou falsa, isto é, se ela é bipolar, deve admitir como significativas as duas alternativas. As proposições falsas não tem qualquer demérito face às proposições verdadeiras. Sendo ambas significativas, o sentido proposicional não deriva da existência da situação representada. A existência do fato figurado não é condição de sentido da própria figuração.

Explicar o caráter bipolar da proposição é reconhecer que a possibilidade de representação repousa sobre o princípio de substituição de objetos por sinais<sup>6</sup>. Assim, os sinais proposicionais se combinam conforme estão combinados os objetos no fato atômico. A proposição, como modelo da realidade, substitui os elementos da situação pelos seus próprios. Nesse modelo, os elementos são o que há de diferente entre ambas as partes. “O nome significa o seu objeto. O objeto é o seu significado”<sup>7</sup>. No entanto, se a proposição é articulada, e seus elementos se ajustam como elos numa corrente, deve haver algo cuja presença assegura a articulação dos sinais conforme as possibilidades inscritas na sua contraparte ontológica. Algo não representável, mas que reserve às proposições as mesmas possibilidades combinatórias dos elementos da situação. Algo de idêntico. Se conhecendo o objeto conhecemos todas as suas possibilidades de aparecimento em estados de coisas, e se todas essas possibilidades correspondem à forma do objeto, então os sinais simples devem possuir a mesma multiplicidade para que o modelo possa espelhar a realidade, para que ela possa ser encenada. Aquilo que a figuração deve ter em comum com a realidade para poder afigurá-la (correta ou incorretamente) é a forma lógica, isto é, a forma da realidade<sup>8</sup>. Assim, para que a figuração segregue sua virtude representativa é necessário que a diferença esteja articulada em função da identidade<sup>9</sup>, ou seja, do isomorfismo entre o mundo e a linguagem.

A proposição encena um estado de coisas possível. Se através da encenação de uma situação possível ela restringe a realidade a um sim ou não, cumpre esclarecer o propósito e as condições necessárias à essa restrição. O espírito dessa característica proposicional é o princípio de determinação do sentido. A proposição deve ter um valor de verdade, pois ela é

---

6 WITTGENSTEIN. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 4.0312.

7 WITTGENSTEIN. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 3.203.

8 WITTGENSTEIN. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 2.18.

9 SANTOS, Luiz Henrique Lopes. A essência da proposição e a essência do mundo. In: WITTGENSTEIN. *Tractatus Logico-Philosophicus*, p. 63.



essencialmente bipolar. Verdadeira ou falsa, *tertium non datur*. A determinação do sentido exige o fim da análise, ou seja, deve ser suposto que possamos chegar aos elementos representados nas proposições pelos nomes. Se isso não fosse possível, toda proposição seria função de verdade das proposições que as constituem e essas, por sua vez, função de verdade das suas constituintes — e assim a série se estenderia ao infinito, a análise não teria fim e nunca saberíamos ao certo o que está sendo representado. Se sabemos qual é a situação que a proposição representa, é porque seu sentido é determinado — é porque a mais complexa estrutura de proposições se organiza tendo como base proposições elementares cujos termos estão diretamente coordenados aos objetos do mundo.

Quando entendemos uma proposição, sabemos como devem estar dispostas as coisas no mundo, como elas devem estar umas em relação às outras — por fim, sabemos o que deve ser o caso se ela for verdadeira<sup>10</sup>. Se essa possibilidade exige a determinação do sentido, tal determinação, por sua vez, reclama a existência de proposições elementares. Um esquema superficial se apresentaria assim: a partir do princípio de determinação do sentido aplicado às proposições moleculares, proposições não analisadas, chega-se à necessidade de proposições elementares e, da existência de tais proposições, à exigência de que existam necessariamente os elementos designados pelas partes que as compõem.

Se no mundo as coisas estão assim e assim, configuradas numa relação instável<sup>11</sup>, é preciso que essa possibilidade de configuração, uma possibilidade lógica, seja necessária. Desta forma, é uma exigência que os elementos constituintes dessa configuração instável, que eles mesmos existam necessariamente, de outro modo a possibilidade lógica sofreria de uma irremediável casualidade, de todo avessa à necessidade que deve atravessar toda a lógica<sup>12</sup>. Numa passagem das *Investigações* que nos interessa especialmente, Wittgenstein dá voz ao *Tractatus*, explicando em detalhe o percurso que leva à exigência de que os elementos simples existam necessariamente:

O que significa dizer que nós não podemos atribuir ser (*Sein*) ou não-ser aos elementos? — Alguém poderia dizer: se tudo que nós chamamos “ser” e “não-ser” consiste na existência (*Bestehen*) ou não-existência de conexões entre elementos, não faz sentido falar do ser (não-ser) de um elemento; assim como quando tudo que nós chamamos “destruição” repousa na separação dos elementos, não faz sentido falar na destruição de um elemento<sup>13</sup>.

10 WITTGENSTEIN. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 4.024.

11 WITTGENSTEIN. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 2.0271.

12 WITTGENSTEIN. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 2.0121.

13 WITTGENSTEIN. *Philosophical Investigations*, § 50

Convém recordar que a determinação do sentido está também diretamente envolvida na sustentação da tese da independência do sentido em relação à verdade. Se não pudessemos chegar às proposições elementares, que consistem numa articulação de nomes que se coordenam aos objetos, as proposições estariam sempre na dependência de outras proposições que afirmam a verdade dos seus termos constituintes, numa regressão que se estenderia ao infinito. Nesse cenário, ainda que desmembrássemos uma proposição em suas proposições componentes, tais proposições estariam ainda expostas à bipolaridade, ou seja, dependeriam de uma proposição que afirmasse a existência dos seus elementos. Se faz sentido dizer que os elementos que constituem uma proposição elementar existem, também faz sentido afirmar o contrário. Portanto, como já vimos, a ameaça à existência do simples põe em risco a determinação do sentido. E se o sentido se arma a partir de uma afirmação de existência dos elementos simples, então não podemos falar de independência do sentido em relação à verdade.

As dificuldades que estivemos mencionando, também Russell as enfrentou. Suas respostas a elas ofereceram um ponto de partida que permitiu a Wittgenstein enxergar com maior clareza as consequências mencionadas, catalisando o surgimento da doutrina do *dizer e mostrar*. A *Teoria dos Tipos* de Russell, a fim de dar conta do problema das regras de composição dos sinais, acaba inevitavelmente se comprometendo com uma descrição da estrutura da realidade<sup>14</sup>. Wittgenstein então dirá que o seu erro foi ter precisado falar do significado dos sinais ao estabelecer as regras notacionais<sup>15</sup>. O significado dos nomes não pode cumprir qualquer papel na sintaxe lógica. Não se pode, portanto, pretender afirmar numa teoria a descrição da estrutura da realidade e, por consequência, definir as possibilidades combinatórias dos elementos que a constituem. A linguagem não pode representar aquilo que ela deve ter em comum com a realidade para poder representá-la. A forma lógica, a multiplicidade lógica que os elementos da figuração devem partilhar com os elementos da realidade para afigurá-los não é um termo da relação, mas a própria articulação dos termos, que se exhibe. Assim, a estrutura da realidade não se deixa descrever sem incorrer nos perigos que já destacamos, ela se *mostra* na proposição — e o que pode ser mostrado, não pode ser dito<sup>16</sup>. As possibilidades combinatórias, pretensamente *inventadas* por Russell, já devem estar previstas nos próprios objetos. Aquilo que Russell pretendia realizar, já deve estar realizado

14 CUTER, João Vergílio Gallerani. **Gramática e verdade necessária**. Dois pontos. Curitiba, São Carlos, vol. 6, n. 2, outubro, 2009, p. 131.

15 Cf. WITTGENSTEIN. **Tractatus Logico-Philosophicus**, 3.33-3.332.

16 WITTGENSTEIN. **Tractatus Logico-Philosophicus**, 4.1212.

para que a própria linguagem funcione. As combinações possíveis, a exclusão da concatenação de palavras de certas categorias, são possibilidades lógicas fundantes, *a priori*, não resultam de nenhuma atividade cuja realização reclame a própria ordem que se pretende descrever. À filosofia cabe destacar o papel lógico que os objetos cumprem na constituição do sentido proposicional, sendo externo aos seus domínios o trabalho de determinar os nomes ou inventariar os objetos existentes.

Nesse sentido, o *Tractatus* leva a termo o propósito que animou a teoria dos tipos, ou, como observa João Vergílio Cuter, ele é “uma teoria dos tipos despida da ilusão de descoberta e de qualquer pretensão descritiva”<sup>17</sup>.

## 2.2 FORMA LÓGICA E ONTOLOGIA ESVAZIADA

Nas partes finais da seção anterior enfatizamos o lugar central do princípio de determinação do sentido. A condição representativa da proposição se liga estreitamente a esse princípio, bem como a sua essencial natureza bipolar. Mas há algo mais a saber sobre a determinação do sentido, Wittgenstein escreve: “O postulado da possibilidade dos sinais simples é o postulado do caráter determinado do sentido”<sup>18</sup>. O modo como expusemos a relação entre proposições elementares e a exigência de determinação do sentido antecipa o conteúdo desse aforismo. No entanto, é necessário explorar essa equivalência se quisermos destacar o papel do simples para a determinação do conceito de forma lógica e, por conseguinte, esclarecer o papel que resta a uma ontologia no plano lógico.

Uma proposição com sentido mostra suas condições de verdade. Sabemos, portanto, que situação deve ser o caso para que ela seja verdadeira. A determinação do sentido exige que a proposição se restrinja ao verdadeiro ou falso — razão porque se identifica o postulado da determinação do sentido à lei do terceiro excluído; uma terceira opção não é admitida. As proposições moleculares refletem as possibilidades de verdade das suas constituintes, as proposições elementares<sup>19</sup>. As proposições elementares, por sua vez, são função de verdade de si mesmas, isto é, refletem suas próprias possibilidades de verdade. Dissemos também que

17 CUTER. *Gramática e verdade necessária*. p. 138.

18 WITTGENSTEIN. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 3.23.

19 WITTGENSTEIN. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 4.41.

análise da proposição deve poder determinar o conjunto de proposições verdadeiras e falsas que concorrem para o seu sentido<sup>20</sup>. Isso porque “todas as proposições são resultado de operações de verdade com proposições elementares”<sup>21</sup>.

A função representativa é integralmente realizada pelas proposições elementares, às proposições moleculares resta apenas coordenar possibilidades já previstas pelas suas partes, por isso a determinação só se cumpre pela exigência de que se possa chegar aos elementos simples. Isso parece especialmente claro na seguinte observação:

Que um elemento proposicional designe **um complexo**, pode-se percebê-lo por uma indeterminação nas proposições em que aparece. Sabemos que, por meio dessa proposição, **ainda não fica tudo determinado** (a designação da generalidade contém, na verdade, um protótipo de figuração)<sup>22</sup>.

A par dessas características proposicionais, juntemos uma outra consideração: “a proposição elementar consiste em nomes. É uma vinculação, um encadeamento de nomes”<sup>23</sup>. Proposições elementares consistem em nomes em ligação imediata. Por um momento, vamos ignorar a afirmação de Wittgenstein, a fim de estipular as consequências de se pensar proposições elementares compostas de sinais complexos. Isso nos levaria imediatamente à violação da tese da independência do sentido em relação à verdade. Se uma proposição elementar fosse composta de sinais complexos, seu sentido não estaria determinado pelas suas próprias possibilidades, pelas possibilidades inerentes aos termos que a compõe, pois sua condição de verdade dependeria das condições de verdade das suas partes.

A exigência de se poder remontar a um nível de análise no qual nomes designam objetos simples equivale à necessidade de que a complexidade tenha um fim, e de que os elementos simples a partir do qual as estruturas complexas se armam sejam eles mesmo destituídos de qualquer complexidade interna. A linguagem pode representar a realidade porque em seu nível mais elementar suas partes constituintes não são mais elementos igualmente sujeitos à contingência. A determinação do sentido exige que as proposições na camada mais elementar da linguagem sejam compostas de termos que não mais representem a realidade, mas que designe seus objetos. A designação, isto é, a coordenação, na medida em que é uma condição necessária à armação do sentido proposicional, não é mais alvo da contingência a que a proposição ela mesma tem como característica. No *Tractatus*, quando

20 WITTGENSTEIN. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 5.442.

21 WITTGENSTEIN. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 5.3.

22 WITTGENSTEIN. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 3.24. (grifos nossos)

23 WITTGENSTEIN. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 4.22.

falamos de proposições com sentido, complexidade e *contingência* se recobrem. As tautologias e contradições reforçam essa imagem. Sendo incondicionalmente verdadeiras (tautologias) ou falsas (contradições), as proposições lógicas são as únicas que envolvem *necessidade* — só há necessidade lógica<sup>24</sup>. Uma proposição que veicula uma necessidade, e não meramente uma possibilidade, não é informativa, não tem sentido, posto que é verdadeira (ou falsa) haja o que houver, em qualquer circunstância do mundo. Proposições com sentido são essencialmente complexas porque encenam uma combinação de elementos que pode ou não ser o caso. A exigência do simples corresponde à demanda de que nenhuma contingência afete o substrato a partir do qual se arma o discurso factual.

Se insistíssemos em afirmar a complexidade desse substrato veríamos logo comprometida a tese da independência do sentido em relação à verdade e a própria determinação do sentido. Teríamos que supor, abaixo desse substrato, uma outra camada não analisada do discurso responsável por garantir a atualidade dos elementos envolvidos na sua composição, pois de outra forma as possibilidades elementares instauradas nesse domínio não seriam reconhecidas como possibilidades lógicas, uma vez que elas seriam meramente possíveis e não necessárias. O sentido das proposições dependeria da verdade enunciada nessa camada ainda mais elementar e o substrato receberia essa definição não sem desconforto, pois não caberia mais a ele o papel decisivo de amparar as manipulações simbólicas. Diante desse quadro de consequências, vê-se que o sentido não se determina a partir de uma verdade que lhe antecede.

Se a proposição elementar é uma articulação imediata de nomes, é característico da sua própria natureza que nenhuma outra possa contrariá-la ou que ela não possa ser implicada por qualquer proposição, ou seja, “da existência de uma situação qualquer não se pode, de nenhuma maneira, inferir a existência de uma situação completamente diferente dela”<sup>25</sup>. Articulando imediatamente nomes, uma proposição elementar afirma um estado de coisas e esse estado de coisas não pode ser implicado por nenhum outro. Ele existe ou não existe.

O que fizemos através da recapitulação de considerações sobre a natureza da proposição foi enfatizar o vínculo entre teses centrais do *Tractatus* e a noção de simples. Em vista da relação estreita entre o princípio de determinação do sentido e a tese da independência do sentido em relação à verdade, poderíamos ter tratado a questão dos objetos simples a partir do seguinte aforismo: “se o mundo não tivesse substância ter ou não ter sentido dependeria de

24 WITTGENSTEIN. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 6.37.

25 WITTGENSTEIN. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 5.135.

uma outra proposição<sup>26</sup>. Por sua vez, esse aforismo se reporta ao aforismo anterior, que apresenta a noção de substância: “Os objetos constituem a substância do mundo, por isso não podem ser compostos”<sup>27</sup>. No entanto, parece mais confortável falar de substância agora que já esclarecemos seu lugar na estrutura conceitual que organiza as teses principais do *Tractatus*.

O substrato que estivemos considerando, base para as operações e montagem das proposições, é a *substância*. Se os objetos constituem a substância do mundo, em vistas das considerações que fizemos acima acerca da sua importância para determinação do sentido e independência do sentido em relação à verdade, a centralidade dessa noção para o *Tractatus* torna-se evidente.

Considerando sumariamente alguns aforismos dos primeiros grupos que compõem o livro, poderíamos esboçar assim um plano geral: o mundo é a totalidade dos fatos; o fato é a existência de estados de coisas e o estado de coisas, por sua vez, consiste numa ligação imediata entre objetos. A partir desse esquema, levando em conta as propriedades internas dos objetos, isto é, as possibilidades, inscritas em sua própria natureza, de seu aparecimento em estados de coisas, podemos então concluir que o que é logicamente possível é determinado pelos objetos simples — e não pelos fatos. A substância define as possibilidades lógicas do mundo.

Mas é preciso lembrar que tais possibilidades elementares correspondem à forma do objeto. A forma da realidade, isto é, a forma lógica, é aquilo que há de comum entre linguagem e a realidade. Os sinais simples devem espelhar as mesmas possibilidades elementares dos objetos simples, devem, portanto, ter a mesma forma lógica. A substância do mundo só pode determinar uma forma, e não propriedades materiais<sup>28</sup>. Por consequência, em alguma medida o que a lógica revela é a estrutura imposta a todo discurso factual pela estrutura última da realidade<sup>29</sup>.

Esse é o ponto em que retomamos a distante meada que nos conduziu até aqui. Partimos da relação afiguradora, da associação entre o nome e o objeto. Essa relação faz parte do quadro de exigências lógicas apresentadas no *Tractatus*. No entanto, qual seja a determinação, isto é, os vínculos efetivos entre nomes e objetos, não interessa à lógica. Uma investigação sobre as condições lógicas do sentido não deve se ocupar do trabalho de determinar o que existe no mundo. “Na lógica, portanto, não podemos dizer: há no mundo isso e isso, aquilo

26 WITTGENSTEIN. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 2.0211.

27 WITTGENSTEIN. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 2.021.

28 WITTGENSTEIN. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 2.0231.

29 PEARS, David. *The False Prison*. Oxford: Clarendon Press, 1987, p. 27 (Vol I)

não<sup>30</sup>. Se a lógica pudesse enunciar as condições lógicas do sentido, seria igualmente significativa a negação de tais condições, poderíamos assim negar a assertiva que afirma a existência dos elementos do mundo. O campo do significativo deveria comportar em seus domínios algo que faria ruir sua própria estrutura. A lógica deveria poder ir para além dos seus limites e deveríamos ser capazes de pensar o impensável.

Pressupõe-se a determinação que vincula nome e objeto. Portanto, cabe reiterar uma vez mais uma distinção fina: a lógica reconhece como condição de sentido a associação entre nome e objeto, mas não se interessa pelos vínculos efetivos que permitem à linguagem se organizar — ela os pressupõe. Quais sejam os objetos que devem existir para que a linguagem funcione, a análise lógica deve poder mostrá-los, mas essa determinação efetiva não corresponde a uma condição lógica de sentido. O resultado é aquilo que David Pears chama de realismo de inspiração aristotélica<sup>31</sup>. Ele defende a expressão alegando que a lógica é algo que nos é imposto pela estrutura da rede (de possibilidades) que nós encontramos subjacente ao mundo fenomênico. Ele entende que essa é uma versão imanente do realismo e que, portanto, deve ser distinguida do realismo transcendente característico da versão de Russell (que ele denomina platônica). A expressão tem sua utilidade especialmente quando pensamos a relação entre as teorias de Russell e o *Tractatus*, mas as objeções que ela inspira talvez não compensem seu emprego<sup>32</sup>. Preferimos utilizar o termo *ontologia esvaziada*<sup>33</sup> para nos referir ao papel que uma espécie de ontologia cumpre na articulação do sentido no *Tractatus*.

Ontologia esvaziada é a expressão que designa a distinção que fizemos acima: ela se refere a essa exigência de que objetos existam completamente em separada do compromisso de determiná-los. Assim, o que resta da ontologia é apenas algo como uma forma cujo conteúdo será preenchido no instante da necessária instituição da relação entre o nome e a coisa. Essa ontologia é o mero arcabouço logicamente determinado que exhibe as possibilidades combinatórias dos objetos. Objetos que, na condição de entidades a serem investigadas, descritas, numa ontologia regular, recebem, nisso que denominamos a ontologia esvaziada do *Tractatus*, o estatuto de condição lógica do sentido. A investigação das condições lógicas da significação não anima um movimento que pretende descobrir objetos,

30 WITTGENSTEIN. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 5.61.

31 PEARS. *The False Prison*, p. 31.

32 Peter Hacker registra no prefácio à nova edição de seu livro *Insight and Illusion* sua objeção ao emprego do termo realismo referido ao *Tractatus*. No capítulo denominado 'The Metaphysics of the *Tractatus*' essa objeção é aprofundada. Cf. HACKER, Peter M. S. *Insight and Illusion*. Oxford: Clarendon Press, 1986. p. vii

33 A expressão tem sido utilizada pelo professor João Carlos Salles, e mobilizada pelos seus alunos, nas reuniões do grupo de pesquisa Empirismo, Fenomenologia e Gramática.

os objetos são antes *pressupostos* na qualidade de condições lógicas da articulação do sentido, esvaziando a ontologia de qualquer participação efetiva — limitando-a a uma armação formal ainda indeterminada em conteúdo. O campo dos possíveis vínculos está determinado pelo conjunto fixo dos objetos simples, a substância do mundo, cuja existência corresponde ao ponto de partida para configuração e operação com proposições.

A ontologia interessa ao *Tractatus* somente na medida em que a existência necessária de objetos tem uma função sem a qual não se realizam as condições de um discurso significativo. Não sendo de qualquer interesse lógico a determinação efetiva dos objetos existentes, isto é, não sendo necessário discriminar os objetos existentes para estabelecer as condições lógicas do sentido, resta à ontologia um caráter puramente formal — de algo que precisa existir, pouco importa o quê. Portanto, a questão ontológica não se apresenta em separado da preocupação estritamente lógica de investigar as condições necessárias à articulação do sentido. Fora desse contexto, a ontologia não tem lugar, ou melhor, não tem qualquer sentido, uma vez que, na qualidade de condição lógica, a existência de objetos não pode ser tematizada pela linguagem sem fazer ruir as bases das operações proposicionais e de todo o uso simbólico.

É preciso reiterar, no entanto, que nossas considerações não tem por meta tornar o *Tractatus* um modelo de heteronomia, um caso exemplar contra a autonomia. Todavia, na medida em que a leitura apresentada margeia perigosamente uma perspectiva semelhante, sua elaboração compreende algum risco. O que verdadeiramente se opõe à autonomia é a ideia de que fatos podem determinar quais sejam as regras que organizam a experiência — no *Tractatus*, fatos são possibilidades já previstas pela forma lógica dos seus termos componentes. Há uma considerável diferença que torna inadequada uma comparação direta. O que fizemos foi tornar a ontologia a chave por meio da qual agarramos o *Tractatus*. A guinada característica das *Investigações* consiste no abandono de qualquer ontologia, como expressão de uma recusa em preservar a distinção original entre mundo e linguagem. Não é preciso falar em natureza dos objetos, pois a determinação das condições lógicas de sentido passa sem que uma ontologia precise ser mobilizada, sem que precisemos discernir o que é mundo, o que é linguagem. Em relação ao *Tractatus*, é a prescindência de uma ontologia (ainda que esvaziada) aquilo que, para nossos propósitos, poderíamos considerar a marca de uma autonomia.



### 2.3 O MUNDO, DENTRO DA LINGUAGEM

De início, nos propusemos a investigar a relação entre linguagem e o mundo, como a primeira etapa no curso da investigação sobre a autonomia da gramática. Abordamos essa relação no *Tractatus* a fim de que as diferenças em relação as *Investigações Filosóficas* salientassem com maior nitidez os movimentos e consequências da filosofia tardia de Wittgenstein. Esse trajeto nos levou àquilo que denominamos ontologia esvaziada, isto é, à consideração de que não importa à lógica (mas apenas à aplicação da lógica) quais sejam os vínculos efetivos entre linguagem e o mundo, pois tais vínculos são pressupostos, portanto, condições do sentido proposicional. Assim, a conexão entre linguagem e mundo consiste num fator essencial ao sentido, e a relação afigurante que nos preocupou desde o início se encarrega de instituí-la. Se recordarmos que as possibilidades lógicas estão determinadas, não pelos fatos (estrutura), mas pelos objetos (forma), pela multiplicidade que lhes é própria, teremos assim recapitulado brevemente os aspectos centrais de nosso interesse.

De início sugerimos que o exame do *Tractatus* seria melhor aproveitado se posto à contraluz de um fragmento em especial das *Investigações*, o parágrafo 6. Ali Wittgenstein emprega expressões como “associação entre a palavra e a coisa”, mas também ressalta que “com diferentes treinamentos a mesma definição ostensiva das palavras produziria um entendimento absolutamente diferente”. Vamos nos deter momentaneamente na primeira expressão. A “associação entre palavra e coisa” parece ser o ponto de convergência entre dois momentos filosóficos distintos — e, no entanto, não há conclusão mais enganadora. No *Tractatus* essa aparência é verdadeira, a associação efetivamente realiza um vínculo entre duas partes diferentes, a linguagem e a realidade, que se articulam isomorficamente sob uma mesma identidade lógica. Nas *Investigações*, porém, as aparências enganam. A coisa associada ao nome não é o objeto a ser representado na proposição, substituído pelo nome, mas parte de um método de representação. Por consequência, a imagem de uma conexão entre linguagem e mundo já não se encaixa no quadro explicativo das *Investigações*. A elucidação do novo estatuto da associação e o mais importante, o papel que cumpre a coisa (*Das Ding*) nomeada exige que nos ocupemos da definição ostensiva e outras noções correlatas.

A imagem agostiniana da linguagem nos compele a acreditar que a nomeação define a conexão entre a linguagem e o mundo, permitindo que as coisas assim nomeadas possam ser utilizadas pelos usuários de uma língua. Nesse contexto, o objeto é o significado do nome.

Algo inteiramente diferente se dá quando examinamos as referências de Wittgenstein ao ensino do uso de uma palavra. A definição ostensiva apresenta uma regra de uso de expressões, estabelece o padrão de correção para o emprego da palavra. Portanto, seu papel é normativo. A normatividade que incide sobre as coisas, prescreve o entendimento que se pode fazer delas. Aí reside a chave para compreender a possibilidade de que uma mesma definição ostensiva produza diferentes entendimentos, conforme o treinamento em que ela se veja envolvida.

No *Tractatus* a situação é inteiramente diferente. A nomeação se realiza no limite estrito de um espaço lógico já inteiramente mapeado. As possibilidades lógicas já estão determinadas pelos objetos que as carregam. A nomeação não se estabelece com independência da sintaxe lógica, à parte as possibilidades combinatórias dos objetos nomeados. A relação nome-coisa está inexoravelmente ligada às possibilidades impostas pela forma fixa do mundo, sendo essa restrição à multiplicidade dos objetos a fonte da dieta unilateral contra a qual Wittgenstein investirá.

A possibilidade de que novos entendimentos resultem de uma mesma associação testemunha a independência das regras gramaticais relativamente aos objetos mobilizados no uso simbólico da linguagem. A determinação do sentido não está subordinada a qualquer exigência anterior, sendo portanto arbitrária. É o primeiro emblema da autonomia gramatical. Nas *Investigações* a nomeação compreende parte do aprendizado do uso das palavras. O ato de nomear supõe que os nomes sejam usados conforme regras que orientam seu emprego correto. O jogo de linguagem, as regras gramaticais, constituem o cenário à frente do qual a nomeação se realiza, pois ali está preparado o *lugar gramatical* onde o nome será instalado. A semelhança com o *Tractatus*, mais uma vez, mascara uma diferença crucial; vamos apontá-la recortando uma passagem das *Investigações*:

Quando mostramos a alguém o rei no xadrez e dizemos: “Esse é o rei”, isso não lhe revela o uso dessa peça — a menos que ele conheça as regras até esse último ponto: a forma do rei<sup>34</sup>.

A nomeação adquire sentido no contexto da preparação para o uso de uma palavra, isto é, conforme um jogo dentro do qual há lugar para a pergunta pelo nome daquilo que é nomeado. Isoladamente, no entanto, a associação entre nome e coisa não nos diz nada sobre o uso que pode ser feito desse nome. “Quando nós dizemos: ‘Cada palavra na linguagem

---

34 WITTGENSTEIN. *Philosophical Investigations*, §31.

designa alguma coisa', nós não dissemos nada até agora"<sup>35</sup>. Essa observação dá oportunidade a comentários importantes:

Primeiro, vê-se nitidamente duas coisas distintas: a nomeação e as regras de uso que orientam o emprego do nome. Sem o domínio das regras, a nomeação é estéril, insuficiente para nos habilitar a usar o nome. É certo que uma nomeação não deve ocorrer em separado do jogo ao qual sua ação presta serviços, destacada, por assim dizer, de uma sintaxe. Mas a sutileza que podemos extrair dessa observação consiste em que a coisa não baste para impor ao nome suas possibilidades lógicas, ou que não seja preciso supor uma coisa que guarda possibilidades as quais deve corresponder as possibilidades do nome.

No *Tractatus* a relação entre o objeto e suas possibilidades elementares é *interna*, portanto, a nomeação não pode ocorrer sem que se necessariamente se saibam os usos possíveis de um nome. Se conheço o objeto, conheço todas as suas possibilidades<sup>36</sup>. Não pode ocorrer que eu não conheça os usos possíveis de um nome, uma vez instituída a nomeação, porque as possibilidades são próprias e indissociáveis da coisa que ele nomeia. Se nas *Investigações* a nomeação ainda não esclarece os usos de um nome é porque as possibilidades de seu uso não estão essencialmente vinculadas à coisa nomeada. A relação entre a coisa nomeada e as possibilidades gramaticais é *externa*, depende das regras e do jogo no qual o nome é coordenado. E é por essa razão que uma mesma definição ostensiva pode servir a diferentes entendimentos, conforme o treinamento empregado.

Segundo, os diferentes jogos em que uma mesma definição ostensiva pode aparecer não têm entre si qualquer privilégio (a menos, é claro, que a própria gramática o determine), não cabendo correção entre eles. As possibilidades inauguradas pelas regras que orientam cada um dos casos não refletem a natureza do objeto, portanto não tem qualquer compromisso com possibilidades inscritas na essência das coisas, na realidade. Na gramática acontece o inverso do que antes se supunha. A própria natureza das coisas não é senão um reflexo de uma determinação gramatical, da vigência de regras que apresentam os padrões pelos quais se avalia o que é correto ou incorreto dizer, ou o que é necessário que exista.

Retomemos à passagem que tem servido de *leitmotiv* às nossas considerações: “com diferentes treinamentos a mesma definição ostensiva dessas palavras produziria um entendimento absolutamente diferente”. Já vimos que as possibilidades de uso de uma palavra definida ostensivamente não se deve à multiplicidade lógica de um objeto. O significado não é

35 WITTGENSTEIN. *Philosophical Investigations*, §13.

36 WITTGENSTEIN. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 2.0123.

o objeto ao qual o nome se refere. Portanto, o entendimento de uma palavra dependerá de um treinamento que visa inculcar um hábito, um uso regular. É a instituição desse hábito a partir do treinamento que pretende consolidar um uso aquilo que constitui o significado das palavras. “O significado de uma palavra é o seu uso na linguagem”<sup>37</sup>. No entanto, parece ainda em suspenso o modo como o ensino e o treinamento contribuem para a constituição do significado das palavras. O caráter normativo da regra envolvida no adestramento (*Abrichtung*) linguístico esclarece o modo como se define o uso (significado) das expressões. As definições ostensivas por meios das quais se estabelece a associação entre o nome e a coisa são os agentes da função normativa, elas guiam o comportamento linguístico provendo os padrões de correção para o uso de expressões cujo significado elas explicam<sup>38</sup>.

Nas definições ostensivas o mundo entra na linguagem conforme o roteiro prescrito pela gramática. A função investida aos elementos do mundo pela norma faz deles uma espécie de padrão de medida, um objeto de comparação, e não uma ideia preconcebida a qual a realidade deve corresponder<sup>39</sup>. Pouco a pouco vão se desmontando as bases daquilo que outrora se entendia por uma conexão entre linguagem e mundo. O acordo entre o mundo e a realidade era anteriormente assegurado pela identidade formal entre as duas partes, ambas tinham a mesma forma lógica. Agora, na medida em que as possibilidades lógicas são determinadas não mais pelos objetos envolvidos numa relação afiguradora, deve-se então dizer que a harmonia entre linguagem e realidade é travada não no mundo, mas na gramática<sup>40</sup>. Uma relação intralinguística é costurada entre um elemento do mundo — convertido em instrumento da linguagem<sup>41</sup> — e a regra que o instala em um espaço gramatical já preparado.

Considerando tudo que foi examinado até aqui, podemos dizer que o movimento que conduz ao distanciamento da concepção segundo a qual as possibilidades lógicas são postas por elementos do mundo cujas possibilidades a linguagem deve espelhar começa com uma inversão. David Pears anota essa mudança:

O distanciamento [da tese tractariana de que os objetos impõem sua lógica à linguagem] teria começado com a reflexão de que não pode ser a rede última

37 WITTGENSTEIN. *Philosophical Investigations*, §43.

38 HACKER, Peter. *Wittgenstein: Understanding and Meaning*. Oxford: Blackwell Publishing, 2005, p. 88.

39 WITTGENSTEIN. *Philosophical Investigations*, §131.

40 ARRINGTON, Robert. Making contact in language: the harmony between thought and reality. In: ARRINGTON, Robert; GLOCK, Hans-Johann (org.). *Wittgenstein's Philosophical Investigations*. New York: Routledge, 2001, p. 188.

41 WITTGENSTEIN. *Philosophical Investigations*, §16.

de possibilidades elementares que constrange essa lógica sobre nós. Pode ser justo o inverso: nós já temos essa lógica e olhando o mundo através dela nós pensamos poder ver algo semelhante à estrutura de uma rede, que lhe dá suporte<sup>42</sup>.

Essa observação decisiva encontra apoio numa importante passagem das *Investigações Filosóficas*: “Acredita-se constantemente seguir a natureza, e vai-se apenas ao longo da forma através da qual nós a contemplamos”<sup>43</sup>. O movimento não é trivial. Na medida em que uma rede de possibilidade elementares não nos impõe sua lógica, não é mais preciso exigir como condição lógica do sentido a existência de objetos simples. Se não é mais preciso retornar aos termos elementares que compõem a forma fixa do mundo, a exigência de determinação do sentido que se realiza mediante um traço referencial também será abandonada. A independência dos elementos existentes libera a lógica do compromisso com uma ligação sólida e indestrutível entre a linguagem e a realidade.

A aura inalcançável do objeto se desfaz e ele se materializa na condição de peça da articulação simbólica. As partes do mundo coordenadas no usos linguísticos não se encontram para além das possibilidades enunciativas da linguagem, mas são elas mesmas peças da sua engrenagem, instrumentos seus. O metro de Paris não tem qualquer propriedade extraordinária, seu lugar privilegiado se deve ao papel peculiar que lhe é emprestado no jogo de linguagem de medir com padrão metro<sup>44</sup>.

## 2.4 PARADIGMAS: ELEMENTOS DO MUNDO

A noção de paradigma é de imensa importância para o projeto de afirmar a autonomia da gramática. Não sem motivo estivemos ocupados desde o início com o conceito de objeto e com a reconstrução sumária do percurso que conduz do conceito *tractatiano* até o ponto em que estamos. O paradigma e suas circunstâncias conceituais são a resposta de Wittgenstein ao problema do simples<sup>45</sup>. Portanto, comparar objeto e paradigma apresenta-se como uma ocasião especialmente interessante para enxergar os compromissos assumidos por um novo

42 PEARS. **The false prison**, p. 30.

43 WITTGENSTEIN. **Philosophical Investigations**, §114.

44 WITTGENSTEIN. **Philosophical Investigations**, §50.

45 SALLES, João Carlos. A noção de *Porträt* em Wittgenstein. In: \_\_\_\_\_. **O retrato do vermelho**. Salvador: Editora Quarteto, 2009.

modo de entender aquilo que denominamos com a relação entre linguagem e mundo.

Uma vez mais encontramos nos comentários de Wittgenstein sobre o *Tractatus* a oportunidade para discutir essa relação. Nas *Investigações* são incontáveis as ocasiões em que ele se serve de noções do seu primeiro livro como ponto de partida para observações e esclarecimentos. Nesse mesmo espírito, tomemos o parágrafo 55 como princípio de nossas próprias considerações e vejamos o que ele nos diz:

Mas em certo sentido esse homem é de fato aquilo a que seu nome corresponde. No entanto, ele é destrutível, e seu nome não perde o sentido quando o portador é destruído. — Um exemplo de alguma coisa correspondente a um nome, e sem o qual ele não teria significado, é um paradigma que é usado em conexão com o nome no jogo de linguagem.

No *Tractatus*, a determinação semântica é necessária à constituição do sentido proposicional. Entretanto, satisfeitas as condições de sentido, não interessa à lógica quais sejam os vínculos efetivamente determinados. As determinações efetivas são pressupostas, não sendo possível à lógica cumprir a tarefa de indicar que objetos se ligam a que nomes<sup>46</sup> — tarefa que lhe custaria o caráter formal, pois a comprometeria com uma determinação ontológica. A diferença entre os livros não reside nesse tratamento.

É no exercício de uma investigação com preocupações lógicas que se chega à necessidade dos objetos simples e, mais ainda, à exigência de que eles sejam indestrutíveis. O caráter indestrutível dos objetos é uma exigência que explica o fato de podermos combinar palavras para figurar situações inexistentes. O que nos permite falar de estados de coisas inexistentes é o fato de que estados de coisas existentes ou inexistentes tenham em comum uma mesma substância. O estado de coisas é uma articulação possível de elementos necessários, e é preciso que eles sejam necessários para que a articulação seja possível.

No fragmento em questão Wittgenstein subordina o nome e sua conexão com a coisa nomeada (o paradigma) a um jogo de linguagem. Isso significa que a determinação não é pressuposta. A determinação, no *Tractatus*, não acontece no mundo. Ela é condição dos usos simbólicos, mas não é lógica que a realiza (embora ela seja uma das suas exigências) — pelas razões que já mencionamos. Se não quisermos mergulhar nos problemas envolvidos na interpretação do modo como se institui esse vínculo devemos dizer apenas que, para a linguagem funcionar, é preciso que a necessária ligação entre mundo e linguagem já tenha

---

46 Sabemos que esse ponto inspira muitas dificuldades, sendo fonte de interpretações instigantes como a do professor João Vergílio Cuter em *O Tractatus precisa de um sujeito transcendental?*

sido instaurada.

Nas *Investigações*, a associação acontece no mundo. Ao contrário do *Tractatus*, a imanência da associação não compromete o caráter lógico do ato. Não é preciso supor a diferença entre dizer e mostrar, pois a condição especial que se reconhecerá na coordenação entre nome e coisa se resolve na função que ela desempenha num jogo de linguagem. Fora do contexto em que não podemos dizer as condições lógicas de sentido sob pena submetê-las à bipolaridade inerente à proposição não há risco de que a enunciação ou a mera condição fática da nomeação ameace a necessidade que ela deve carregar consigo, pois a necessidade própria ao vínculo engendrado pela nomeação aponta para o caráter organizador do jogo de linguagem ao qual a nomeação está subordinada. A associação entre nome e coisa não é uma condição lógica necessária que devemos manter afastada da contingência própria ao reino dos fatos, mas antes a operação pela qual um elemento no reino dos fatos é investido de uma função lógica dentro de um jogo de linguagem que não admite a contingência. Esse ponto será melhor esclarecido quando abordarmos as noções de norma e convenção.

O estatuto lógico e as possibilidades gramaticais de um instrumento da linguagem não resultam das propriedades internas do objeto coordenado. Daí que não seja preciso pressupor a existência de uma substância, de objetos cuja forma consiste em possibilidades lógicas comuns aos nomes. Os jogos se fazem intermediários, regulam, organizam o agenciamento do mundo pela linguagem, conforme manifesto no comentário de Wittgenstein: “um exemplo de alguma coisa correspondente a um nome é um paradigma que é usado em conexão com o nome no jogo de linguagem”. Neste fragmento, há três elementos a serem devidamente destacados: (1) um exemplo de alguma coisa correspondente a um nome, (2) o nome e o (3) jogo de linguagem. A conexão entre a coisa e o nome é forjada dentro do jogo de linguagem. Se a conexão é interna a um jogo de linguagem isso quer dizer que não importa qual seja o objeto, a função que ele desempenhará será definida arbitrariamente — se com isso queremos dizer que a função lógica desempenhada pela coisa independe de suas próprias características. Em verdade, algo de mais *perturbador* pode ser extraído dessa consequência: as próprias características *internas* dos objetos são definidas por uma gramática.

Uma tal consequência corresponde a um forte depoimento em favor da autonomia. Se a essência está expressa na gramática<sup>47</sup>, isto é, no conjunto de regras que orienta o uso correto das palavras, então nenhuma realidade pode se apresentar como fundamento último das

---

47 WITTGENSTEIN. *Philosophical Investigations*, §371.

nossas práticas linguísticas. Isso significa que há uma assimetria radical na relação entre mundo e linguagem. Não se trata mais de ligar diretamente duas partes que devem ter uma mesma identidade lógica, a necessária simetria dessa relação é abandonada em favor de um novo tipo que não se constitui no espaço etéreo das coisas inefáveis, mas no interior de um domínio previamente regrado, no corpo mesmo de uma gramática estreitamente ligada às práticas humanas. Esse vínculo entre associação e jogo de linguagem reflete o caráter preparatório do jogo de nomear<sup>48</sup>, e em especial a autonomia das regras de uso em relação às partes do mundo mobilizadas no jogo. Assim, duas novidades muito próximas se apresentam: a possibilidade de que uma mesma associação seja engajada em diferentes jogos e, por consequência, o caráter não absoluto das regras responsáveis pela organização das conexões entre linguagem e mundo. Talvez as mesmas possibilidades pudessem ter sido apresentadas como apenas uma, no entanto, gostaríamos de enfatizar dois aspectos sutilmente diferentes: com a possibilidade de que uma mesma nomeação se engaje em diferentes jogos queremos destacar que a associação, ou melhor, o objeto ao qual o nome se associa não nos compele a nenhum compromisso sintático. Ainda é preciso que uma gramática mostre o lugar onde a palavra será estacionada<sup>49</sup>. Com o caráter não absoluto das regras queremos sublinhar a arbitrariedade gramatical. As regras que ora organizam nossa experiência poderiam ser outras, nossa gramática não é mais adequada que qualquer outra possível, pois nenhum simbolismo é necessário<sup>50</sup>.

O papel lógico dos paradigmas indica o caminho para compreensão da resposta wittgensteiniana ao problema posto pelo simples, pois por esse meio se opera uma cisão fundamental entre o objeto e suas propriedades internas, ou seja, o objeto que recebe uma função gramatical não está indissociavelmente ligado às suas funções, aos usos nos quais tem papel paradigmático. Uma cisão de tal ordem não ameaça a estabilidade necessária à linguagem, pois não será mais a natureza especialmente rígida dos objetos a fiadora da estabilidade lógica. Isso posto, se ainda resta explicar de que maneira então os objetos podem ser coordenados pela linguagem, como a ligação lógica entre o objeto nomeado e seus usos futuros pode ser restituída sem o apelo à natureza do objeto, precisamos admitir que as possibilidades de uso de um objeto nomeado não estão mais subordinadas ao que quer que seja. Queremos dizer com isso que as regras que orientam o emprego de um objeto,

---

48 WITTGENSTEIN. *Philosophical Investigations*, §49.

49 WITTGENSTEIN. *Philosophical Investigations*, §257.

50 WITTGENSTEIN apud GLOCK, Hans-Johann. *Relativism, Commensurability and Translatability*. In: John Preston (Ed.). *Wittgenstein and reason*. Oxford: Blackwell Publishing, 2008, p. 25



paradigma da linguagem, são arbitrárias. Porém, uma vez que suas possibilidades de uso não estão dadas, para esclarecer a relação entre objetos e suas propriedades internas (para usar o vocabulário tractariano) é preciso mencionar o gesto pragmático que instaura essa relação, que fixa a ligação interna que antes se resolvia na natureza do objeto.

Isso que apenas didaticamente seguimos designando como “objeto” só interessa à lógica na medida em que é investido de função no interior dos jogos de linguagem. Despojado de suas propriedades internas, sua condição anterior — ou a condição anterior de qualquer elemento do instrumental linguístico — não é de nenhum interesse a uma investigação das condições lógicas da significação, a uma investigação filosófica. O objeto agora, instalado num jogo de linguagem, torna-se um paradigma, uma ferramenta a serviço das nossas práticas. Nossa atenção, de agora em diante, deverá se orientar pelo intuito de entender o contexto e o estatuto desses gestos pragmáticos responsáveis pela determinação do sentido, pela outorga de funções lógicas a amostras do mundo que só nos interessam na medida em que foram selecionadas para integrar a linguagem.

### **3 PARADIGMAS, REGRAS E FATOS**

#### **3.1 NORMATIVIDADE E CONVENCIONALISMO**

Como temos visto até aqui, a noção de paradigma vem no lastro de uma mudança decisiva: nas *Investigações Filosóficas*, as possibilidades de uso de uma palavra não estão essencialmente ligadas às possibilidades do objeto que ela designa. Quando um objeto se vincula a uma palavra, ele recebe de fora o papel que deverá cumprir. Portanto, é admitido que um mesmo objeto tenha funções diversas em contextos diferentes ou em diferentes jogos de linguagem, e não é necessário que ele cumpra a função gramatical que ora desempenha e que tenha as possibilidades que ora possui. A associação entre nome e coisa está subordinada ao jogo de linguagem que prescreve a função do paradigma e que constitui as próprias características do objeto. O sentido das frases em que as palavras aparecem não é determinado pelo significado dos termos componentes, mas antes, o sentido dos termos componentes se explica pelo uso que se faz deles em proposições que servirão de regras para o uso correto da

palavras. O papel normativo das proposições definirá o sentido dos termos mobilizados em sua estrutura.

Assim, o sentido se organiza em torno do gesto fundamental que investe a uma proposição um papel diferenciado. A ideia de convenção responde à dificuldade de explicar a necessidade lógica, sem recorrer a um expediente que exponha a dimensão reguladora que se constitui a partir dela à ameaça de uma experiência contrária. Nas *Investigações*, convenção e conceitos correlatos aparecem em número quase inexpressivo. Porém, numa dessas ocasiões, o papel das convenções é apresentado de maneira clara e concisa. Wittgenstein escreve: “ (...) essa linguagem, como qualquer outra, está fundada sobre convenções”<sup>51</sup>. A afirmação categórica que atribui a toda linguagem um solo convencional não é senão o reconhecimento explícito da função central das normas na organização da experiência. Que a linguagem esteja fundada sobre (*beruhen auf*) convenções significa que as últimas oferecem suporte às operações simbólicas da primeira, constituindo os padrões de correção que servirão de normas de uso das palavras.

Se quisermos evitar dificuldades e tensões presentes no próprio texto, precisamos nos ocupar do trabalho preliminar de distinguir em que consistem e como se constituem tais normas. A oportunidade propícia aparece no parágrafo 251, onde é apresentada a proposição “Eu não posso imaginar o contrário disso”. Não se trata de uma proposição empírica cujo registro descreve os limites da capacidade imaginativa de quem a enuncia. Mas a falsa aparência também não é trivial. Que lhe seja negado o estatuto empírico, apesar do forte pendor que nos constrange a considerá-la assim, é justo o que se precisa para fazer ver a tênue diferença que se estabelece entre proposições empíricas e normas. Ele então continua explorando exemplos semelhantes:

“Toda barra tem um comprimento”. Isso significa alguma coisa como: nós chamamos alguma coisa de “comprimento da barra” — mas nada de “o comprimento da esfera”. Eu posso imaginar que “toda barra tem um comprimento”? Bem, eu imagino apenas uma barra; e isso é tudo. Apenas essa imagem, em conexão com essa proposição, tem um papel completamente diferente daquela usada em conexão com a proposição: “Essa mesa tem o mesmo comprimento que aquela lá”.

Wittgenstein não permite que se imagine que “toda barra tem comprimento”. Ele diz: basta que se imagine uma barra! A relação entre a barra e o comprimento, enunciada na primeira frase “toda barra tem comprimento”, é uma relação interna. O que se expressa nessa

51 WITTGENSTEIN. *Philosophical Investigations*, §355.

proposição não pode ser contrariado pela experiência. Com ela, o que se diz é: “assim nós usamos as palavras”, chamamos algo de “comprimento da barra”, mas nada de “comprimento da esfera”. No recuo que nos permite identificar os pontos em que a linguagem lança bases sobre chão firme, o que encontramos, no final das contas, é uma convenção de uso das palavras. Por esse meio, fixam-se as bases operativas da linguagem, pela atribuição a certas proposições, as proposições gramaticais, o papel regulador que lhes permitirá participar decisivamente da demarcação do campo do que pode ser dito significativamente.

O que se pode dizer de fundamental sobre as proposições gramaticais é aquilo que se reflete na *impossibilidade* de imaginar “o contrário disso”. Proposições gramaticais, regras gramaticais, normas, estão *imunes* à experiência contrária. Impossibilidade e imunidade esclarecem algo sobre as proposições gramaticais. Não nos é dado experimentar o contrário de algo, caso a gramática não estipule essa experiência como possível. Não se trata de uma estipulação ontológica da gramática, mas de uma estipulação *lógica* — isto é, tudo no mundo pode se alterar e deixar de ser como é hoje, mas, nesse mundo cambiante, nenhuma experiência pode se nos impor como uma experiência contrária à proposição “toda barra tem comprimento”. Por assim dizer, nós não estamos capacitados a reconhecer uma barra sem comprimento. Nossas técnicas e o treinamento que nos habilitou a empregá-las limitam o âmbito das nossas experiências possíveis, mas não no sentido de limitar nossa capacidade imaginativa — mas de definir o que faz sentido dizer. Portanto, não se trata de uma questão empírica, não é algo relativo à experiência ela mesma e seus elementos. A impossibilidade de imaginar a experiência contrária, ou a imunidade a ela, são marcas das determinações de sentido gramaticais, determinações de tal modo encrustadas em nossas práticas, em nossa vida, que pensamos ver nelas a natureza das coisas — e não a forma através da qual a contemplamos. Elas designam a impossibilidade de sair das tramas gramaticais, daquilo que a gramática estipula como significativo e apontam para a falta de sentido de certas expressões que nos parecemos tentados a empregar.

Não é possível imaginar o contrário — mas é indicativo que Wittgenstein também negue que se possa imaginar que “toda barra tem um comprimento”, pois nesse caso “eu apenas imagino uma barra”. A proposição “toda barra tem comprimento” não descreve uma experiência cuja verdade poderia ser contrariada por transformações dos fatos, mas apresenta uma norma de uso que cumpre um papel no contexto das nossas práticas. Afirmá-la tem tanto sentido quanto contrariá-la, apesar da tendência a contestar sua afirmação com expressões

desse gênero: “naturalmente!”<sup>52</sup>. Os fatos podem se transformar de maneira que a norma perca seu uso, seu sentido, mas isso não significa que tenha sido falseada ou contrariada. Uma norma não é informativa ou verdadeira, portanto, não admite ser contrariada como poderíamos dizer que um fato contraria outro fato.

De modo semelhante, no *Tractatus*, às proposições que pretendiam apresentar significativamente as condições lógicas da significação era imputado um irremediável sem sentido, pois sua pretensão violava as mesmas condições que se buscava apresentar. Assim, a doutrina do dizer e mostrar assegurava que se mantivessem intransponíveis os limites entre o conceitual e o empírico, preservando um desnível que permaneceu incólume. Proposições gramaticais e proposições empíricas se distinguem radicalmente. Certa formulação pode ser de algum uso aqui: das proposições gramaticais diz-se que elas efetuam uma “determinação do sentido”, enquanto as proposições empíricas realizam uma “aplicação do sentido”<sup>53</sup>. Por fundamental que seja a diferença, ela não é, no entanto, tributária à própria natureza da proposição. Nesse ponto, tem-se a exata medida daquilo que caracteriza a filosofia das *Investigações* e, aliás, a própria noção de convencionalismo. O papel desempenhado por uma proposição independe de quais sejam os elementos, os paradigmas que por ela mobilizados, e com isso queremos dizer: não é fora da gramática que se explica a função lógica de uma proposição. Talvez, para efeito de esclarecimento, pudéssemos nos valer de uma distinção artificial entre função e natureza. Das proposições diz-se que elas tem função, mas não natureza. A expressão “a natureza das proposições gramaticais” carrega um teor emblemático, de todo avesso ao que Wittgenstein propõe esclarecer — e por isso mesmo nos parece especialmente útil. A relação entre a proposição e o uso que se faz dela numa linguagem não deve ser congelada em uma natureza, pois dessa forma desaparece justo o que mais importa: o gesto pragmático que, mergulhado numa forma de vida, empresta à proposição uma função conforme interesses que lhe são próprios. Não convém isolar a linguagem das práticas que lhe emprestam sentido, práticas que são a própria fonte a partir da qual se instituem as normas.

Não é a posse de características especiais que distingue o metro de Paris daquilo que pode ser objeto de medição, mas o papel que lhe é investido nos jogos de linguagem de medir usando o metro<sup>54</sup>. É um indicativo da diferença fundamental entre determinação e utilização do sentido que o padrão de metro não possa ele mesmo ser visado pelo propósito de medir.

52 “Nós poderíamos responder à frase ‘este corpo tem extensão’: ‘Sem sentido!’ — no entanto somos tentados a responder: ‘Naturalmente’ — Por que?” WITTGENSTEIN. *Philosophical Investigations*, §252.

53 Cf. BOUVERESSE, Jacques. *La force de la règle*. Paris: Les Éditions de Minut, 1987, p. 104;

54 WITTGENSTEIN, *Philosophical Investigations*, §50.

Toda medição solicita a vigência de um padrão pelo qual se pode aferir a dimensão de certo objeto, a pretensão de medir o padrão internacional reclama portanto o próprio padrão que se quer medir e estaria assim caracterizado o círculo que consiste em pedir que o metro de Paris sirva de parâmetro para ele mesmo. Em que circunstância poderíamos dizer que o metro não corresponde a ele mesmo? Se não podemos negar, tampouco se pode afirmar a verdade da proposição que declara que o metro de Paris tem um metro. Os padrões de medição não correspondem a verdades cristalizadas acerca da relação entre o mundo e a linguagem, como as normas não consistem na institucionalização de verdades sobre o mundo. Servimo-nos com frequência dos padrões de medida como expedientes para explicar a constituição de diferentes descrições do espaço físico, a depender do padrão adotado. Nesse sentido, os padrões são análogos à gramática. O que explica as diferentes avaliações e, especialmente, que elas possam coexistir sem conflito é que cada uma resulte da aplicação de normas diferentes. Tais normas, elas mesmas não são verdadeiras ou falsas, mas condição da possibilidade de se dizer o verdadeiro ou falso. Do mesmo modo, a gramática não veicula verdades sobre o mundo, ela consiste nas regras que determinam o sentido, não sendo de sua competência a tarefa de determinar a verdade. Tudo que se pode dizer da aplicação de diferentes conceitos, como de diferentes gramáticas, é que elas são diferentes.

O caráter normativo atribuído a uma proposição não se explica pela remissão à realidade, as normas não são justificadas pelo mundo. Esse é um dos obstáculos que o convencionalismo pretende remover: a tentativa de explicar a normatividade apelando ao mundo. Wittgenstein reconhece a inclinação a explicar assim a constituição da necessidade expressa nas normas e sua resposta é um testemunho decisivo para o nosso projeto: “o único correlato na linguagem a uma necessidade intrínseca é uma regra arbitrária”<sup>55</sup>. Desse modo, se admitíssemos a possibilidade de uma necessidade intrínseca, abriríamos espaço também a uma investigação que, anterior à própria constituição gramatical, reduziria a princípios, ou melhor, a uma teoria, a relação entre necessidade e normatividade. As normas seriam assim produtos do reconhecimento de necessidades intrínsecas ao mundo — sendo tudo menos arbitrárias.

Recuperando as duas passagens centrais que foram destacadas nessa seção, a primeira na qual se diz que a linguagem é fundada em convenções e a segunda, onde se expressa a correlação entre o que se pensa ser uma necessidade intrínseca e uma regra arbitrária,

---

55 WITTGENSTEIN, *Philosophical Investigations*, §372.

chegamos a uma inversão que nos permite entender a arbitrariedade gramatical. Não são necessidades próprias ao mundo que explicam o papel normativo das regras, antes, é a normatividade das regras que engendra a necessidade que elas nos impõe. Essa mudança fundamental nos libera da investigação pela qual pensávamos poder flagrar as necessidades coladas ao mundo. Isso significa que só pela admissão de que a normatividade constitui a necessidade de certas proposições podemos preservar a integridade das fronteiras entre o gramatical e o empírico. De outro modo, faríamos a necessária solidez das bases que nos facultam as operações linguísticas depender de uma investigação que, por natureza, não pode eliminar a dúvida. Em determinadas circunstâncias, quando declaramos não poder imaginar o contrário de uma proposição, estamos reconhecendo indiretamente o papel central que uma proposição cumpre dentro de um jogo de linguagem. Dizer que não se pode imaginar o contrário de “o branco é mais claro que o preto” é atestar o caráter organizador que essa proposição assume em nossa vida com os fenômenos cromáticos. No entanto, se a normatividade apresentada na proposição depende da constatação prévia de uma necessidade na qual ela se funda, retorna à cena, como admissível, a possibilidade de que se imagine o contrário. A impossibilidade (lógica) que reconhecemos em certas situações é tributária do caráter convencional das regras que usamos para organizar a experiência e da adoção de normas que excluem certas possibilidades, possibilidades essas que retornariam caso pudéssemos explicar a adoção das normas que empregamos apelando ao mundo.

O ponto decisivo do modo de pensar convencionalista é a rejeição da crença em fatos necessários<sup>56</sup>. É certo que vemos no mundo a necessidade que buscamos explicar mediante o apelo aos fatos. As coisas nele parecem impregnadas de uma essência que justifica a forma de representação que empregamos para falar delas. Mas a profundidade que enxergamos na essência é tão somente a profunda necessidade da convenção; a convenção é aquilo que se constata ao falar de essência<sup>57</sup>. O convencionalismo se explica na impossibilidade radical de reconhecer uma proposição como incapaz de ser falseada, qualquer que seja a circunstância, mas também no reconhecimento de que o acordo que se expressa na linguagem não é um acordo de opiniões, não é um decisão consensual sobre a verdade de certas proposições. O que os homens dizem é verdadeiro ou falso — sobre a linguagem que utilizam, eles estão de acordo. O convencionalismo de Wittgenstein é de tipo peculiar, pois não se encaixa nos

---

56 BOUVERESSE, *La force de la règle*. p. 45.

57 WITTGENSTEIN, Ludwig. *Remarks on the foundations of mathematics*. Oxford: Basil Blackwell, 1978. p. 65.

modelos costumeiramente mobilizados, especialmente porque recusa pensar a constituição das normas como produto de decisão ou aceitação unânime de um conjunto de verdades. A harmonia que em geral resulta da decisão consensual e que engendra a necessidade lógica fixada às regras gramaticais, aqui, é um fato, ou melhor, fatos da nossa história natural\*. Agimos assim, mas bem poderíamos agir de outro modo. Portanto, que estejamos de acordo, não é matéria de decisão, mas uma questão de fato que não se deixa explicar, que é o próprio limite da explicação — e esse é o sentido do convencionalismo de Wittgenstein. E é esse sentido próprio que irá abrir espaço para que possamos considerar diferentes formas de ação, diferentes respostas aos mesmos problemas, não como indicativos de falta de compreensão ou irracionalidade, mas denotando formas de ação distintas\*\*.

Retomando a consideração sobre a rejeição de fatos necessários devemos indicar que as verdades necessárias que constantemente pensamos reconhecer em nossas práticas linguísticas não supõem fatos especiais aos quais devem corresponder certas proposições. Os fatos tomados como paradigmáticos são de espécie usual; para que se convertam em instrumentos da linguagem basta que sejam abrigados de certas possibilidades, construindo assim uma necessidade que não lhes é própria, constitutiva, mas relativa ao jogo dentro do qual desempenharão um papel. Ao proceder dessa maneira, estipulamos que de nenhum fato pode-se dizer que ele refute uma proposição necessária.

Um modo de expressão adequado nem sempre basta para dirimir mal-entendidos, mas o emprego de termos como “verdade” ou “proposição” parece encobrir diferenças entre normas e proposições empíricas que precisam ser realçadas. A atribuição de um estatuto especial a dadas proposições não equivale a uma garantia do caráter absoluto da verdade que elas veiculam. Não a verdade, mas a necessidade das proposições gramaticais depende do seu status normativo<sup>58</sup>. Tratar a oposição entre necessidade e contingência como oposição entre dois tipos de verdade, ou como duas espécies distintas de proposição, mascara a diferença fundamental entre elas, fazendo-a parecer menor do que efetivamente é<sup>59</sup>. As proposições empíricas descrevem fatos do mundo, as proposições gramaticais não descrevem fatos de nenhuma ordem. No entanto, a tentação consiste em dizer que proposições gramaticais

\* Sobre o caráter factual desse acordo, ver a última seção desse capítulo e a última seção do capítulo posterior.

\*\* Barry Stroud (Wittgenstein and logical necessity. **The Philosophical Review**, Vol. 74, No. 4, Outubro, 1965.) examinará em detalhe o caráter distintivo do convencionalismo de Wittgenstein, valendo-se especialmente de cálculos matemáticos, e recusando o convencionalismo radical que se imputa ao filósofo.

58 GLOCK, Hans-Johann. Necessity and language: in defence of conventionalism. **Philosophical Investigations**. Oxford, v. 1, n. 31, p. 28, janeiro 2008.

59 BOUVERESSE, **La force de la règle**. p. 41.

descrevem fatos de ordem superior, de tipo transcendente, que pela sua condição *a priori* determinam as possibilidades que constituem o espaço das proposições empíricas. Portanto, a dimensão pragmática indissociavelmente ligada à ideia de convencionalismo apresenta também uma resposta ao *platonismo*, ao propósito de explicar o caráter organizador imputado às proposições gramaticais supondo o espelhamento de uma ordem fixa do mundo cuja correspondência garante a operacionalidade das proposições necessárias.

Esse tipo de resposta, o *platonismo*, porém, não dá conta de problemas aos quais o convencionalismo responde. Se a proposições necessárias correspondem fatos necessários, não se elimina, mediante esse recurso, a possibilidade do erro. Uma vez admitido que a dúvida e o erro se instalem no espaço que a lógica reserva à certeza, isto é, se se permite que as proposições que organizam a experiência estejam expostas à contingência característica do que é passível ao erro, então colapsa a possibilidade da linguagem<sup>60</sup>. A certeza é condição da própria dúvida. O erro deve ser uma possibilidade ausente no campo das proposições gramaticais. Todavia, se tais proposições estão originalmente vinculadas a fatos necessários aos quais devem seu caráter normativo, conforme contam as narrativas concorrentes ao convencionalismo, não é possível afastar a possibilidade de erro no estabelecimento dessa correlação entre fato e proposição. Em verdade, não se explica através de expedientes semelhantes o que efetivamente distingue fatos necessários e fatos contingentes. Tudo se resolve na constatação de que as coisas são assim — e não de outro modo.

A investigação filosófica, buscando estabelecer as condições lógicas do sentido, acaba inevitavelmente envolvida com uma ontologia a partir da qual se determina que simbolismo presta-se ao propósito de dizer os fatos ao qual corresponde. Sendo fatos necessários o tribunal superior ao qual as proposições da gramática respondem, admite-se que se possa fazer uso de termos como correto ou incorreto, verdadeiro ou falso, no que respeita a diferentes simbolismos. Ou melhor, as possibilidades da linguagem se esgotam no limite estrito posto pelo fatos necessários aos quais ela deve estar subordinada. A esse respeito teremos maior clareza quando, nas próximas seções, examinarmos a natureza da relação de correspondência entre fatos e conceitos, destacando não o fechamento relativo a uma relação de determinação causal, mas uma liberdade, ou melhor, uma autonomia em nada incompatível com a admitida correspondência.

---

60 WITTGENSTEIN, Ludwig. **On Certainty**. New York: Harper Torchbooks, 1972, §114-115.



A suposição de fatos necessários implica também o congelamento das proposições necessárias. O estatuto especial que se reconhece a uma proposição não tem caráter irrevogável, portanto, o convencionalismo, no sentido oposto, torna compreensível que as proposições necessárias tenham uma historicidade<sup>61</sup>, afastando o conseqüente congelamento resultante da subordinação a fatos necessários.

Assim, o convencionalismo contribui decisivamente para sabotar o pendor a considerar proposições necessárias como correlatos de fatos cuja verdade necessária devem ser encontradas do mundo. A ênfase normativa que distingue o convencionalismo consiste numa explicação para o problema de constituição da necessidade lógica. A despeito da tênue fronteira que separa proposições empíricas e gramaticais, a solução que se oferece exige clareza quanto à diferença que distingue os dois tipos de proposição, visto que suas funções nunca podem ser postas em qualquer escala de correspondência. As proposições necessárias não se compõem de material especialmente rígido, de tal sorte que possamos, por remissão à sua natureza, explicar a coerção (*Zwang*) que elas nos impõem. A fundação convencional da linguagem nos mostra que a força lógica não é senão o reflexo do *compromisso* dos usuários de uma linguagem em empregá-la inexoravelmente.

Uma proposição cuja negação não pode ser imaginada é uma proposição que não tem condições de verdade. Se o mundo pudesse justificar as regras de representação, nós não poderíamos chamá-las de convenções<sup>62</sup>. Não saberíamos explicar a historicidade das proposições necessárias, tampouco estaríamos aptos a excluir a possibilidade do erro do solo fundante que deve resultar da trama de proposições da gramática. Até mesmo a diferença essencial entre fatos necessários e fatos efetivos seria lançada numa zona cinza, abstraído o convencionalismo que empresta aos fatos necessários um papel lógico segundo o prévio roteiro de um jogo de linguagem. A convenção fecha a linguagem nela mesma, ou, pelo menos, aponta seu papel preponderante na designação do papel lógico que caberá aos elementos do mundo, pois que a ameaça à autonomia não vem do reconhecimento da relação indissociável que a linguagem mantém com o mundo, mas da confusão produzida pela impressão de que o mundo dispõe ou avaliza as formas de representação com as quais o visamos. A noção de autonomia se liga estreitamente ao convencionalismo.

Por fim, a manutenção da ideia professada por Wittgenstein de que a linguagem está fundada em convenções depende de que possamos contornar os perigos apresentados pela

---

61 BOUVERESSE. *La force de la règle*. p. 152.

62 WITTGENSTEIN, Ludwig. *Philosophical Grammar*. Oxford: Basil Blackwell, 1974, p. 186.

inclinação a buscar no mundo justificativas para nossa organização gramatical. Os obstáculos à autonomia são também obstáculos ao convencionalismo.

### 3.2 O CONCEITUAL E O OBJETIVO

A normatividade da linguagem se explica em seu caráter convencional. No entanto, como já indicamos nos últimos parágrafos da seção anterior, a ameaça à normatividade reside no empenho em buscar no mundo a resposta para sua gênese. Nas *Investigações Filosóficas*, são frequentes as expressões da recusa em aceitar que a investigação que lhe é própria se confunda com o trabalho de identificação de nexos causais. Porém, em pelo menos uma oportunidade, Wittgenstein parece ceder, ou ao menos encenar uma concessão ao pendor que se manifesta nesse propósito. Ele dá voz às preocupações que consideram importantes para a faina filosófica que o trabalho lógico de determinação das condições do sentido seja antecedido por uma investigação que pretenda examinar ou descobrir as bases sobre as quais se erigem tais condições lógicas. Pretendemos, portanto, distender ao máximo esse fragmento, a fim de que ele enseje nossas considerações sobre as diferenças significativas entre o trabalho científico e a atividade filosófica. Mais ainda, que essa seja a ocasião para que possamos também salientar a distinção fundamental entre o conceitual e o objetivo — e os perigos que incorremos quando não atentamos para a diferença.

O trecho ao qual nos referimos está nas últimas páginas das *Investigações*, num contexto especialmente importante para nós, pois compreende uma passagem em que se manifesta claramente uma posição diante de uma perspectiva que materializa a ameaça à autonomia. Vejamos então:

Se a formação de conceitos pode ser explicada por fatos da natureza, nós não deveríamos nos interessar, não pela gramática, mas por aquilo que na natureza é a base da gramática? — Nosso interesse certamente inclui a correspondência entre conceitos e fatos muito gerais da natureza. (Tais fatos quase sempre não nos chamam a atenção por causa de sua generalidade.) Mas nosso interesse não recai sobre aquelas possíveis causas da formação de conceitos. Nós não estamos fazendo ciência natural. Nem história natural — pois nós também podemos inventar uma história natural fictícia para nossos propósitos<sup>63</sup>.

---

63 WITTGENSTEIN, *Philosophical Investigations*, II, p. 230.

Aqui, propõe-se que o interesse pela base da gramática deva anteceder nosso interesse pela gramática em si mesma, ou, de forma mais radical, que um seja substituído pelo outro. Assim, dirigiríamos nossas preocupações à natureza e aos fatos seus, na qualidade de anteparo das construções gramaticais. Apresenta-se dessa maneira um esquema geral que dispõe as perguntas e esboça o tipo de resposta caracteristicamente incompatível com os aspectos axiais da concepção filosófica de Wittgenstein. Da performática dúvida quanto ao interesse filosófico pela base da gramática, passando pela afirmação de uma correspondência entre fatos e conceitos, até por fim chegarmos à sugestão de uma história natural fictícia, todos os detalhes desse breve fragmento representam uma transição que nos importa explorar. Queremos compreender de que maneira passamos da aparente legitimidade da pergunta pela base da gramática até a sua antípoda, a sugestão de que para os interesses filosóficos poderíamos mesmo imaginar uma história natural fictícia.

No curso do esclarecimento dessa transição, o fragmento acima servirá de guia, estará sempre ao fundo das nossas considerações. A partir dele, queremos reiterar a distinção entre filosofia e ciência, destacando a importância dessa distinção para constituição de um cenário adequado à autonomia. E, acima de tudo, pretendemos fazer desse fragmento a ocasião para abordarmos o que julgamos o mais importante para a discussão sobre a autonomia: o estatuto da correspondência entre fatos e conceitos. Essas duas preocupações servirão de mote para as seções subsequentes, tendo sempre em vista elementos e aspectos contidos no fragmento acima. Nosso juízo é de que todo o contexto que cerca essa passagem nos permite alinhar diferentes momentos e comentários nas *Investigações* em torno de uma perspectiva comum: ilustrar o modo como fatos naturais se articulam à linguagem sem que isso implique numa determinação que aliene a gramática a sua condição autônoma.

### 3.2.1 Filosofia e Ciência

O reconhecimento da importância de certos fatos naturais engendra as armadilhas que o próprio Wittgenstein se encarrega de contornar assumindo ou encenando uma posição que não lhe representa. Mais adiante, tentaremos advogar em favor dos fatos naturais, mostrando que efetivamente Wittgenstein imputava à natureza um papel expressivo na armação das

condições lógicas do discurso. Por ora, estaremos ocupados com a perspectiva apresentada, segundo a qual é de interesse filosófico investigar a natureza, entendida como base da gramática, causa da formação de nossos conceitos.

A disposição a investigar a natureza deriva da compreensão de que fatos determinam conceitos. Por consequência, se impõe uma investigação cujo objetivo é determinar quais sejam os fatos que definem os conceitos que ora empregamos. É por esse caminho que o trabalho empírico toma parte de um domínio estritamente objetivo e que a concepção de filosofia da Wittgenstein se vê ameaçada pela confusão que mistura conceitual e objetivo.

Portanto, se queremos interditar a perspectiva mencionada, é preciso apontar o equívoco que consiste em pensar que os fatos e a natureza podem desempenhar uma função semelhante. Wittgenstein parece ter identificado a tendência a explicar assim o papel da natureza. Sua resposta é breve e cortante: “Se alguém diz: ‘Se nossa linguagem não tivesse essa gramática, ela não poderia expressar esses fatos’ — deveria ser perguntado o que ‘poderia’ significa aqui”<sup>64</sup>. A formulação não deixa dúvidas de que seu propósito é representar o tipo de posição que estamos considerando. A contraposição entre a gramática e os fatos indica a função que lhes cabe. Se a expressividade dos fatos está ligada a uma determinada gramática, de maneira que nenhuma outra poderia expressá-los, devemos destacar importantes consequências: se podemos considerar gramáticas que não permitem a expressão de fatos é porque sua existência é independente deles, a gramática é como uma espécie de artifício que se presta ou não ao propósito de expressar os fatos aos quais se dirige; as gramáticas, portanto, mantêm independência relativamente aos fatos.

Todavia, se precisamos justificar a adoção de certas regras gramaticais — e isso está implícito na suposição de que existem gramáticas que permitem a expressão de certos fatos, enquanto outras não o permitem — é preciso que os fatos e que a natureza assumam a função de critério de determinação gramatical. Dessa forma, os fatos nos constroem uma certa estrutura simbólica de sorte que, se abandonássemos a gramática adequada, não seríamos capazes de expressar os fatos aos quais ela se ajusta. O emprego de uma gramática se justifica pela remissão aos fatos que ela pretende expressar. Assim, eles ganham estatuto especial, porquanto passam a justificar as regras empregadas para organizar a experiência. Na medida em que são apresentados como independentes das regras gramaticais, os fatos, na condição de elementos a serem expressos e representados, assumem a função seletiva por meio da qual

---

64 WITTGENSTEIN, *Philosophical Investigations*. § 497.

determinam que gramática deve ser excluída ou admitida. Essa independência em relação às regras de organização, aliada à precedência que o representado mantém sobre a representação, nos direciona a uma investigação empírica por meio da qual buscamos chegar aos fatos que por fim justificam nossas escolhas simbólicas.

Assim, admitir que fatos determinam conceitos equivale a admitir a independência e a precedência dos fatos em questão. Nesse cenário, o exame das condições lógicas da significação acaba inevitavelmente imiscuído à preocupação empírica de determinar fatos. Se o sentido depende de que as regras de organização simbólica correspondam a fatos naturais, é parte do ofício filosófico a tarefa de determinar os fatos aos quais remontam os conceitos da nossa linguagem. Dessa maneira, mediante a subordinação do conceitual ao empírico, se constitui a rota degenerativa da filosofia.

A suposta determinação entre fatos e conceitos consiste numa resposta intuitiva à impressão de que podemos enxergar a natureza das coisas. Mas a esse respeito Wittgenstein já havia nos alertado: “Acredita-se constantemente seguir em direção à natureza, e vai-se apenas ao longo da forma através da qual nós a contemplamos”<sup>65</sup>. Sua atitude diante das dificuldades inspiradas pela posição que apresentamos se distingue justo pela recusa em conservar a independência entre mundo e linguagem, em aceitar que os fatos componham uma dimensão cuja intuição nos permitiria divisar o tipo de organização simbólica correta. A gramática nos ensina a ver os fatos e, se é assim, não podemos por nenhum meio nos distanciar das suas lentes, a fim de contemplar a natureza ela mesma, despida da forma gramatical. A precedência que imputa aos fatos o papel determinante que eles assumem na perspectiva em causa também é posta de lado, uma vez que os próprios fatos já se veem inseparavelmente ligados às regras gramaticais que se pretendia justificar por meio deles.

É certo que uma tradição de enfrentamento de problemas filosóficos nos encorajou a confiar nessa indústria a esperança de atender a necessidade de explicar nossas escolhas simbólicas. Esse expediente, no entanto, não logra satisfazer certas necessidades lógicas. A prioridade do trabalho empírico mediante o qual se determinam os fatos naturais decisivos para a definição dos conceitos reintroduz um problema. Quando não se tem clareza sobre as fronteiras entre os trabalhos científico e filosófico, ou melhor, quando não é clara a necessidade dessa distinção, as pretensões científicas avançam até o ponto em que comprometem as próprias bases do discurso significativo. A ciência não deve recuar até o

---

65 WITTGENSTEIN. *Philosophical Investigations*, § 114.

domínio da filosofia, sob pena de instalar a contingência no solo onde a dúvida deve se ausentar. O propósito de encontrar fatos naturais que determinem causalmente a formação de conceitos e, portanto, que se apresentem como critérios por meio dos quais selecionamos gramáticas, empresta à correspondência entre fatos e conceitos um teor (perigosamente) empírico. Se a correspondência deve ser assinalada por uma ciência empírica, devemos reconhecer a impossibilidade de afastar a dúvida desse empreendimento.

A distinção entre filosofia e ciência reflete distinções fundamentais à filosofia de Wittgenstein; a distinção entre proposições gramaticais e empíricas, a diferença entre determinação do sentido e aplicação do sentido<sup>66</sup>. A filosofia e as investigações filosóficas não se ocupam com o domínio da aplicação do sentido, senão como possibilidade aberta pela realização de uma determinação do sentido. A ciência sim tem como escopo esse domínio. Confundir os dois focos de interesse equivale a solapar a diferença fundamental entre determinação e aplicação do sentido, lançando as bases do comportamento normativo no terreno da contingência, ameaçando, desse modo, a própria normatividade da qual depende a aplicação das regras.

A diferença que buscamos destacar pode ganhar maior ênfase se considerarmos as observações já elaboradas à luz de uma passagem especial das *Investigações*: “Se alguém tentar estabelecer *teses* em filosofia, não seria possível debatê-las, pois todos estariam de acordo com elas”<sup>67</sup>. Em filosofia há algo como um acordo, um consenso, de maneira que o intuito de emprestar às considerações filosóficas um estatuto equivalente ao estatuto das proposições científicas produz o estranho efeito que consiste em anular o espaço do debate, da controvérsia, da diferença. O que significa reconhecer a diferença entre o estatuto dos enunciados científicos e filosóficos. À ciência concerne o espaço do debate, domínio no qual a possibilidade de desacordo, quando muito, resulta em imagens do mundo que, apesar de diferentes e não raras vezes incompatíveis, conservam-se igualmente significativas, inteligíveis e razoáveis a todos os contentores\*. O discurso científico já conta com a medida do que pode ser o denominador comum de estruturas simbólicas que pretendem, cada uma a sua maneira, projetar representações do mundo não só diferentes, mas incompatíveis. As

---

66 WITTGENSTEIN, *Remarks on the foundations of mathematics*, p. 168.

67 WITTGENSTEIN. *Philosophical Investigations*, § 128.

\* Alguém poderia alegar com razão que diferentes gramáticas podem produzir diferentes imagens do mundo. Aqui, porém, queremos enfatizar o fato de que a adesão a certas teorias científicas pode implicar em perspectivas notoriamente singulares e abrangentes que, no entanto, ainda estão expostas à contingência e às intempéries inerentes ao discurso sobre o empírico. Portanto, as diferenças inauguradas pela gramática são de outra ordem.

incompatibilidades, aqui, não anulam o caráter significativo que podemos reconhecer em todas as representações consideradas. A ciência tem suas bases instaladas no terreno sólido de acordos fundamentais que condicionam os desacordos que caracterizam o debate científico.

A determinação da verdade ou falsidade que superficialmente poderíamos identificar como propósito da ciência consiste numa possibilidade que se oferece somente a partir de um acordo fundamental. Na medida em que filosofia não tem o mesmo escopo que a ciência, seu interesse se dirige a esse acordo, como condição lógica que instaura a possibilidade do discurso científico. A mesma ideia está assim registrada nas *Investigações Filosóficas*:

“Então você está dizendo que o acordo entre homens decide o que é verdadeiro e o que é falso?” — Verdade ou falsidade é o que os homens dizem; e na linguagem os homens estão de acordo. Esse não é um acordo de opinião, mas de formas de vida<sup>68</sup>.

Aqui, vemos reiterada a distinção que temos insistido em enfatizar: a diferença entre determinação do sentido e aplicação do sentido. Verdadeiro ou falso é o que os homens dizem, mas para que possam proferir enunciados significativos, passíveis de atribuição de verdade ou falsidade, é preciso que antes eles estejam de acordo na linguagem, no uso das palavras. A aplicação do sentido é antecedida pela determinação do sentido\*. Há um nível mais fundamental que diz respeito aos acordos que tornam possíveis os usos da linguagem e, nesse nível, a contingência própria ao domínio da ciência não entra. No espaço da filosofia, espaço no qual se pudéssemos elaborar teses, estranhamente estaríamos todos de acordo sobre elas, os acordos que permitem os usos veri funcionais da linguagem não consistem em acordos de opinião, isto é, não equivalem a arranjos que, como as opiniões, ainda admitem a possibilidade do desacordo. Nesse nível fundamental que concerne à filosofia, o desacordo não é uma possibilidade admitida, ao contrário, o acordo entre seres humanos é uma pressuposição da lógica<sup>69</sup>. Para que a lógica da nossa linguagem funcione é preciso pressupor um acordo fundamental, de tipo diferente daqueles que poderíamos estabelecer mediante o uso da linguagem uma vez instituída. Wittgenstein denominará de *acordo de formas de vida* (*Übereinstimmung der Lebensform*) esse arranjo cuja pressuposição condiciona a possibilidade da nossa linguagem.

68 WITTGENSTEIN. *Philosophical Investigations*, § 241.

\* O que não significa dizer, convém notar, que a regra anteceda a prática. A relação entre regra e prática, nas *Investigações*, não pode mais ser considerada à luz da distinção entre mundo e linguagem. Pretendemos, nas seções que se seguem, esclarecer o modo como devemos entender essa relação.

69 WITTGENSTEIN, *Remarks on the foundations of mathematics*, p. 353.

Em outro momento nos ocuparemos da importante noção de formas de vida. Por ora, cabe-nos destacar a diferença decisiva que demarca dois campos de atuação distintos. De um lado, a filosofia, cujo interesse recai sobre as condições lógicas do discurso significativo, redundando numa investigação que, por sua própria natureza, não pode produzir teses. De outro, a ciência, trabalho cujo propósito essencial visa a produção de teses. Se compreendermos o que está em causa na exigência de um acordo entre seres humanos, a diferença, ou melhor, a necessária fronteira que separa o discurso científico do discurso filosófico se tornará nítida.

É nesse sentido em que a busca e a descoberta de fatos novos não interessa à filosofia<sup>70</sup>. A ela importa tão somente aquilo que está ao alcance da vista. Assim, nós queremos entender o que já está diante dos nossos olhos — e não buscar algo recôndito. Confundir filosofia e ciência significaria também imputar à necessária harmonia exigida pela linguagem um teor contingente, significaria alijá-la do caráter de pressuposto lógico para condicioná-la em terreno empírico. Ou seja, faríamos daquilo que a filosofia só pode indicar como condição lógica um produto da aplicação da lógica da linguagem, engendrando assim um círculo do qual não temos meios de sair.

Vê-se que o intuito de fazer a filosofia participar de incursões empíricas provoca sérias dificuldades, sendo, portanto, central à sua própria definição que tenhamos clareza acerca dos limites entre o trabalho científico e a atividade filosófica.

### 3.2.2 Correspondência entre fatos e conceitos

O fragmento em destaque na seção 3.2 é um dos mais importantes e fecundos à nossa pesquisa. Recordemos um importante registro ali ressaltado:

Nosso interesse certamente inclui a correspondência entre conceitos e fatos muito gerais da natureza. (Tais fatos, devido a sua generalidade, quase nunca nos chamam atenção.)

O tema da generalidade é recorrente e parece sempre ligado à observação quanto ao modo como fatos gerais se nos apresentam (*auffallen*). Em outras ocasiões Wittgenstein já

---

70 WITTGENSTEIN. *Philosophical Investigations*, § 89.



havia anotado observações semelhantes. Há, portanto, uma insistente afirmação de algo que, diante dos nossos olhos — nunca escondido! —, nos escapa. Algo geral, trivial até, e, sobretudo, especialmente importante. Vejamos três comentários acerca da generalidade e seus aspectos correlatos com o intuito de identificar os traços comuns à observação que ora examinamos:

Aquilo que nós devemos dizer para esclarecer o significado, eu quero dizer a importância, de um conceito são com frequência fatos extremamente gerais da natureza. Tais fatos, devido a sua grande generalidade, raras vezes são mencionados<sup>71</sup>.

Em razão de um caráter extremamente geral, fatos naturais são poucas vezes mencionados. Isso, contudo, não lhes subtrai o valor, uma vez que Wittgenstein lhes atribui a condição daquilo que deveríamos esclarecer para destacar a importância de um conceito. Em outra ocasião, comentário semelhante é sugerido:

Os aspectos para nós mais importantes das coisas estão mascarados pela sua simplicidade e trivialidade. (Não podemos notá-los, — pois os temos sempre diante dos olhos.) Os verdadeiros fundamentos de sua pesquisa não chamam a atenção dos homens. A menos que eles já os tivessem notado alguma vez. — Isso quer dizer: não nos damos conta daquilo que, uma vez visto, é o mais marcante e o mais forte<sup>72</sup>.

A simplicidade e trivialidade das coisas dissimulam sua importância. Não notamos o que está sempre diante dos nossos olhos — mesmo o que é importante a ponto de ser reconhecido na qualidade de *fundamento* (a despeito do caráter enganador que essa expressão carrega). Em pelo menos um momento mais Wittgenstein retorna à temática:

O que nós fornecemos são na verdade observações sobre a história natural do homem; não são curiosidades, mas constatações das quais ninguém duvidou, e que escaparam à observação apenas porque estão sempre diante dos nossos olhos<sup>73</sup>.

Reunimos assim uma coleção significativa de fragmentos que, apesar da heterogeneidade, apresentam traços notoriamente comuns. Em todos eles, algo escapa à nossa atenção, não porque esteja escondido, ao contrário. O que Wittgenstein defende é a tese inversa: às vezes (ou sempre) o que nos escapa está diante dos nossos olhos. Nesse último fragmento uma observação ainda mais importante se soma às outras, ali se diz algo sobre o

71 WITTGENSTEIN. *Philosophical Investigations*, § 143.

72 WITTGENSTEIN. *Philosophical Investigations*, § 129.

73 WITTGENSTEIN. *Philosophical Investigations*, § 415.

estatuto das constatações fornecidas: delas, ninguém duvidou. A exclusão da dúvida não é um aspecto de pouca monta, lembremos o que o autor já nos havia dito sobre a própria filosofia — aliás, no parágrafo imediatamente anterior à segunda passagem apresentada aqui: “Se quiséssemos expor *teses* em filosofia, nunca chegaríamos a um debate sobre elas, pois todos estariam de acordo”<sup>74</sup>.

A filosofia não visa a produção de teses, pois se ocupa com as condições lógicas do sentido, daquilo cuja função não deve estar exposta à dúvida. Cruzando as observações, apuramos o caráter lógico das *constatações sobre as quais ninguém duvidou*. A exclusão da dúvida é a insígnia da sua propriedade lógica. O que está continuamente diante dos nossos olhos não se deixa notar em razão da simplicidade e generalidade, no entanto, tem papel lógico central. É justo porque não há disputa em seu entorno que os aspectos mais importantes das coisas escapam à atenção: sobre eles todos estão de acordo.

Direta ou indiretamente, os quatro extratos sugerem que fatos muitos gerais tem papel lógico central e que, apesar dessa condição, ou melhor, por causa dela, passam como que despercebidos. Adiante tentaremos esclarecer a aparente controvérsia envolvida na afirmação de que a condição geral dos fatos naturais relevantes para a lógica engendra a dificuldade em apreendê-los. Por ora, retornemos às cercanias do fragmento que apresentamos no início do capítulo, o fragmento da página 230. Logo abaixo encontramos uma formulação central, de grande interesse: “Não digo: fossem outros os fatos naturais, então os homens teriam outros conceitos (no sentido de uma hipótese)”<sup>75</sup>. A correspondência entre fatos e conceitos está em causa; aqui, Wittgenstein nos diz: a natureza da relação entre fatos e conceitos é lógica, de sorte que as implicações resultantes na alteração do quadro inicial não devem ser compreendidas à luz de hipóteses.

É inegável que mudanças naturais podem afetar o simbolismo, a linguagem não está isolada do mundo — ao contrário, ela se constitui como parte dele, de modo que sua própria constituição depende da constituição do mundo. E aqui entram os fatos naturais.

No entanto, essa tópica importa à discussão sobre a autonomia porque a admitida alteração poderia ser lida segundo outra chave. É o próprio Wittgenstein quem o admite ao negar o sentido de uma hipótese a sua afirmação. Tomá-la como hipótese significa reconhecer uma determinação causal na mudança conceitual resultante da alteração na rede de fatos naturais. Assim se restabelece a ameaça à autonomia, porquanto os fatos parecem ditar os

74 WITTGENSTEIN. *Philosophical Investigations*, § 128.

75 WITTGENSTEIN, *Philosophical Investigations*. p. 230.

conceitos de maneira que uma mudança natural implicaria também uma mudança conceitual. Na seção anterior apontamos consequências dessa leitura, aqui, enfocaremos preferencialmente o modo como se estabelece a correspondência entre fatos e conceitos a fim de afastar assim o risco de reduzi-la a uma resposta empírica, o que representaria, por certo, o colapso da autonomia.

No parágrafo 142 encontramos a expressão da correspondência precisamente na ocasião em que ela parece se desfazer — e não sem razão. Dessa forma quer-se enfatizar o estatuto lógico da ligação. Vejamos então o que o fragmento nos diz:

Se as coisas fossem inteiramente diferentes de como elas efetivamente são — não haveria, por exemplo, expressão característica da dor, do medo, da alegria. Fosse o que é exceção, regra e o que é regra, exceção; ou se ambas se tornassem fenômenos de frequência relativamente semelhante — com isso nossos jogos de linguagem normais perderiam o sentido (*Witz*). O procedimento de colocar um pedaço de queijo sobre uma balança e determinar o preço conforme sua indicação perderia seu sentido se os pedaços com frequência crescessem ou diminuíssem repentinamente, sem causas (*Ursache*) óbvias<sup>76</sup>.

Nesse fragmento Wittgenstein destaca uma perda — algo se perde! Algo cuja presença fecha o circuito necessário às operações linguísticas. O que se perde é a *regularidade*. Portanto, importa ao entendimento da correspondência entre fatos e conceitos que examinemos a importância central da regularidade para a constituição da linguagem. A esse respeito Wittgenstein diz: para que possamos reconhecer uma linguagem, é preciso que não falte a regularidade (*Regelmäßigkeit*)<sup>77</sup>. “O fenômeno da linguagem é baseado em regularidade”<sup>78</sup>. A regularidade é parte constitutiva da linguagem e sua perda acarreta a ruína das suas operações, sem ela seus jogos perdem o sentido (*Witz*). Encontramos nas *Investigações Filosóficas* fragmentos sugestivos, estreitamente vinculados à discussão. Nos parágrafos 224 e 225 já se entrevê alguns aspectos fundamentais: “As palavras ‘acordo’ e ‘regra’ (*Regel*) estão correlacionadas, elas são primas. Se eu ensino a alguém o uso de uma delas, ele aprende também o uso da outra”; “O emprego da palavra ‘regra’ está entrelaçado ao emprego da palavra ‘igual’ (*gleich*)”. A regularidade aponta à noção de acordo (*Übereinstimmung*), o propósito dessa ênfase se esclarece mais adiante, quando Wittgenstein escreve: “Para comunicação através da linguagem é preciso não apenas acordo sobre

76 WITGENSTEIN, *Philosophical Investigations*, § 142.

77 WITGENSTEIN, *Philosophical Investigations*, § 207.

78 WITGENSTEIN, *Remarks on the foundations of mathematics*, VI, § 39.

definições, mas (por estranho que isso possa parecer) um acordo sobre aplicações<sup>79</sup>. Para nossos propósitos diremos que a regularidade exigida pelas práticas linguísticas tem dupla face\*.

A primeira delas tem importância decisiva, embora não seja o objeto direto das nossas preocupações momentâneas, e se reflete no acordo sobre definição e aplicação dos conceitos. O parentesco acentuado entre *regra, acordo, igual, mesmo*, dispõe-se a realçar o vínculo interno entre a regularidade da linguagem e as definições e práticas acordadas entre os homens. Certamente convém esclarecer a estranheza que se reconhece na alegação de que um acordo sobre aplicações também se faz necessário. Isso será tratado em seções subsequentes. Momentaneamente, visando apenas apresentar o modo como abordaremos a questão, queremos tão somente enfatizar a relação entre o acordo entre seres humanos e a regularidade necessária à linguagem, na medida em que esse acordo consiste numa condição, ou melhor, numa pressuposição da lógica da nossa linguagem<sup>80</sup>.

Na linguagem que empregam, os homens estão de acordo. Esse acordo, contudo, não basta para garantir a regularidade necessária à linguagem — é isso o que nos mostra a situação que Wittgenstein apresenta no parágrafo 142. Uma alteração inexplicável na estabilidade dos corpos embargaria os jogos nos quais eles se veem envolvidos, ainda que estivéssemos de acordo sobre os usos relativos a tais jogos. Resta ainda uma variável nessa equação.

A segunda face da regularidade linguística concerne àquilo que estamos examinando nessa seção, à correspondência entre fatos e conceitos, e ela nos provê a chave para entender o trabalho da linguagem, a variável faltante na equação. Trata das condições cuja ausência importa na perda do sentido dos nossos jogos de linguagem normais, diz respeito, portanto, à constância das condições empíricas. Ao sugerir alterações conceituais implicadas na transformação de fatos naturais ou, mais especificamente, ao destacar a perda do sentido (*Witz*) dos jogos diretamente ligados a certos fatos, Wittgenstein não está *subordinando* a lógica às condições empíricas, mas *instituindo* ou *enfatizando* a instituição de uma correspondência entre conceitos e fatos, entre conceitos e condições empíricas que, doravante, serão parte da engrenagem lógica. Há uma diferença de ênfase, de todo sutil, mas de extrema

---

79 WITTGENSTEIN, *Philosophical Investigations*, § 242.

\* A dupla face é um recorte metodológico, pois quer a regularidade que se expressa na natureza, quer a regularidade que se manifesta no uso da linguagem, no seguir a regra, podem ser indistintamente tratados sob a perspectiva de fatos que compõem a história natural do homem.

80 WITTGENSTEIN, *Remarks on the foundations of mathematics*, VI, § 49.

relevância, entre as duas perspectiva: as circunstâncias empíricas não condicionam regras, não filtram os conceitos adequados, mas incorporam-se a eles; desde o início as regras e conceitos estão internamente ligados ao contexto de aplicação, à estabilidade necessária ao seu exercício regular. É o que se lê também ao final do parágrafo 242: “o que nós chamamos ‘medir’ é também determinado por uma certa constância no resultado das medições”. Assim, reforça-se uma vez mais a relação interna entre fatos e conceitos. A *constância* que também determina o significado do que chamamos medir é uma maneira de enfatizar o vínculo necessário entre o conceito de medir e os fatos que o tornam, não só possível, mas útil<sup>81</sup>. Uma maneira de sugerir a impossibilidade de separá-los. Se o sentido do que chamamos medir se define pela prática da medição, as condições empíricas integram também a moldura que determina seu significado. A alteração dos fatos naturais acarretaria uma mudança conceitual não porque entre fatos e conceitos exista uma relação determinante, de tipo causal, mas porque as práticas e usos — portanto, os significados — seriam alterados se modificássemos também as condições de aplicação. As condições de aplicação são também condições lógicas e as condições empíricas tornam-se também elementos de igual natureza, não importando que carreguem consigo uma contingência essencial. A esse respeito, Glock registra: “Certas regularidades contingentes são parte do arcabouço das nossas atividades linguísticas”<sup>82</sup>. O próprio Wittgenstein ratifica a ideia ao relacionar o significado às circunstâncias de aplicação:

Parece que, qualquer que seja a circunstância, eu sempre sei aplicar ou não a palavra. **Parece que primeiro era um movimento em um jogo especial mas então se tornou independente deste jogo.** (...) Mas não pode o velho jogo perder seu sentido (*point*) quando as circunstâncias mudam, por consequência a expressão cessa de ter significado, embora, é claro, eu possa pronunciá-la. (...) Nós aprendemos a palavra vermelho sob circunstâncias particulares. Certo objetos são geralmente vermelho e mantém suas cores; a maioria das pessoas concorda conosco em nossos julgamentos de cor<sup>83</sup>.

Assim, duas coisas se destacam: o acordo geral dos juízos sobre cor e a estabilidade dos contextos de aplicação. O jogo de linguagem relativo ao medir se define também pelas circunstâncias de medição, pois se os resultados das mesmas ações se alteram em razão de mudanças nas condições empíricas, que resta do jogo de linguagem senão a sua mera expressão, a simples pronúncia? Portanto, espera-se que das práticas linguísticas acordadas

81 WITTGENSTEIN, **Remarks on the foundations of mathematics**, VII, § 18.

82 GLOCK, Hans-Johann. Necessity and language: in defence of conventionalism. **Philosophical Investigations**. Oxford, v. 1, n. 31, p. 28, janeiro 2008, p. 33.

83 WITTGENSTEIN, Ludwig. II: Notes for Lectures on "Private Experience" and "Sense Data". **The Philosophical Review**, Vol. 77, No. 3, 1968, p. 306 (grifo nosso).

entre homens sigam-se consequências usuais. A expectativa em torno da manutenção das condições produz o que Wittgenstein designa como *casos normais*. “A natureza da crença na uniformidade dos fatos (*Geschehens*) torna-se mais clara na circunstância em que nós sentimos medo do esperado”<sup>84</sup>. Uniformidade é mais um correlato da regra e o medo do esperado (*Erwarteten*) revela a crença indissociável nas consequências usuais, no curso contínuo das coisas, portanto, na manutenção das condições que asseguram essa regularidade. Se as circunstâncias mantem-se inalteradas, “nós sabemos, sem dúvida, o que temos que dizer nesse e naquele caso”<sup>85</sup>. Quanto mais anormal o caso, mas temerário e hesitante será nosso comportamento. Os casos normais se referem ao contexto de aplicação, mas Wittgenstein alude também àqueles que são “declarados normais” (*normal Befundenen*). Pessoas que conseguem distinguir as cores tal como a maioria, que não sofrem, por exemplo, de daltonismo<sup>86</sup>.

Uma vez identificada a injunção de uma constância natural, nossa atenção se dirige aos fatos do mundo. Porém, a natureza aqui compreende também a natureza humana. “Sem capacidades discriminatórias compartilhadas nós não teríamos um vocabulário comum das expressões de qualidades perceptivas que nós caracteristicamente explicamos por referência às amostras (*samples*)”<sup>87</sup>. Há uma constância no comportamento natural, mas também uma constância no comportamento humano; fosse de outro modo, se as pessoas em geral não estivessem de acordo sobre as distinções cromática que efetuam, que direito teríamos de reconhecer nas palavras azul ou vermelho proferidas por outros as nossas próprias definições cromáticas?

Convém apontar também um aspecto proveitoso que o fragmento destacado oferece: o movimento que se torna independente do jogo é uma imagem útil ao esclarecimento da relação entre o conceito e as condições empíricas, pois ele sugere que o próprio jogo abrange as condições nas quais é praticado, de tal modo que, fora desse contexto, o próprio sentido do movimento se perde. Não pode haver movimento independente do jogo. Se as circunstâncias mudam, o jogo perde seu sentido, embora possamos ainda pronunciar as palavras, expressá-las como quando ainda pertenciam ao *antigo jogo*. A condição normativa de uma proposição gramatical, isto é, sua função diferenciada e organizadora, não a emancipa da rede de práticas e circunstâncias dentro da qual ela recebe seu status — ao contrário. É somente no interior

84 WITTGENSTEIN, *Philosophical Investigations*, § 472.

85 WITTGENSTEIN, *Philosophical Investigations*, § 142.

86 Cf. WITTGENSTEIN, *Philosophical Investigations*, p. 226-7.

87 HACKER, Peter M. S. *Insight and illusion*. Oxford: Clarendon Press, 1986, p. 191.

desse jogo que ela pode responder pela função que lhe cabe. O status de uma proposição pode se perder em função do desequilíbrio entre as condições que concorrem para a preservação da regularidade do jogo, ou seja, se as condições naturais se modificarem, a importância relativa a certos jogos nos quais práticas normativas tem lugar pode ser abandonada em favor de outros, novos jogos. Não só as práticas e definições pertencem ao jogo, mas também as condições empíricas de aplicação, embora devamos sublinhar que as condições se envolvem no jogo de maneira distinta das regras.

Retomemos então às nossas considerações prévias sobre a correspondência entre fatos e conceitos. O colapso da normalidade apresentado no parágrafo 142 nos dirige à busca de um fator, externo ao acordo sobre definições e práticas, que feche o circuito necessário à prática linguística. Assim, chegamos à necessidade de apontar a importância central da regularidade para a linguagem, primeiro, enfatizando o acordo entre homens, em seguida, supondo a manutenção das condições naturais de aplicação nas regras. No presente momento, a constância dos fatos da natureza detém nossa atenção. Sobre ela cabe ressaltar dois aspectos mutuamente vinculados.

Sempre que se refere à importância dos fatos, Wittgenstein destaca a generalidade e o caráter quase imperceptível que lhes são próprios. Além disso, o exemplo mais concreto da relação entre conceitos e fatos consiste num exercício de imaginação em que se supõe a ausência, ou, para usar a expressão adequada, a falta de uma constância e regularidade características. Os dois aspectos realçam a condição lógica dos fatos naturais. No entanto, uma vez que os homens estejam de acordo em suas ações, é como se tudo já estivesse dado e não precisássemos falar da condição lógica dos fatos naturais, do contexto de aplicação. Como se o acordo entre homens fosse o quanto basta para garantir a regularidade linguística. Quando estamos de acordo sobre usos e definições, por que imaginamos que não resta nada a cumprir, que as condições lógicas do sentido já foram plenamente satisfeitas? Porque de fato o acordo já supõe a realização das condições lógicas. Efetivamente, se estamos de acordo sobre definições e os usos que fazemos, tudo já se deu. *E isso só pode significar que, se estamos de acordo sobre os usos, os contextos e condições empíricas se mantiveram.* Os fatos naturais estão de tal modo presentes em nossas práticas que mal percebemos a condição essencial que lhes cabe na regularidade da linguagem.

Mas não queremos inspirar equívocos ao sugerir que as condições lógicas estão satisfeitas. Se a linguagem é um jogo, uma prática, a cada novo lance as mesmas condições

retornam e recolocam suas demandas. E se a linguagem cumpre seus propósitos, é porque suas demandas foram satisfeitas. O que buscamos enfatizar aqui é a relação interna entre práticas e fatos naturais. A importância dos fatos é escamoteada pela sua condição indissociável das práticas. Tomemos o jogo mencionado por Wittgenstein, “o procedimento de colocar um pedaço de queijo na balança e fixar o seu preço”. A determinação do preço envolvida nesse jogo funciona em razão da constância do corpo apreçado. Poderíamos imaginar um mestre de obras mensurando as dimensões de uma janela a fim de encomendar os vidros que iriam compô-la. O jogo de dimensionar e encomendar funciona porque há um acordo de práticas que tem como pano de fundo quase imperceptível a constância das condições de aplicação. Se os padrões de determinação de medida, ou mesmo as peças de vidro, se alterassem arbitrariamente o jogo perderia seu sentido — e isso significa: *não haveria mais regularidade, não haveria mais acordo*. O vidraceiro e o mestre de obras não mais fariam o *mesmo*, pois, cada um a seu tempo, faria algo diferente, não porque executassem ações diferentes, poderiam realizar as mesmas ações, os mesmos gestos e, no entanto, suas práticas não estariam de acordo. Ao jogo pertencem também as suas circunstâncias, portanto, uma vez prejudicado o contexto empírico do jogo, compromete-se também as ações e resultados obtidos a partir dele.

A constância das condições empíricas contribui para definição e manutenção dos nossos jogos de medir, isto é, “a constância no resultado das medições também determina o que nós chamamos medir”. A ligação entre a prática da medição e os fatos que a tornam possível está mascarada pela própria regularidade natural. Por essa razão, só se faria sensível uma vez que supuséssemos uma mudança na natureza. Não é comum experimentarmos a mudança nas condições elementares das nossas práticas, ao contrário, estamos de tal modo certos sobre sua constância que mal as notamos. Esse é o sentido das “constatações sobre as quais ninguém duvidou”. No *Tractatus*, as condições lógicas do sentido são inefáveis, pois não podem ser expostas à dúvida, à possibilidade essencialmente proposicional da falsidade. Aqui, o mesmo não se dá e, contudo, o papel lógico da regularidade natural gera algo semelhante a uma inefabilidade. Nós agimos como se estivéssemos certos, como se tivéssemos certeza da regularidade dos fatos naturais, fatos essenciais às nossas práticas, de tal modo que nem mesmo os mencionamos. Qualquer menção a eles soa não só excessiva e desnecessária, mas sem sentido. Glock oferece um comentário curioso e produtivo: “as regras do tênis não



incluem que ele seja jogado na gravidade terrestre”<sup>88</sup>. Por certo, a gravidade terrestre não consta na lista de requisitos à prática do tênis e, no entanto, não podemos destacá-la dessa condição. Mas que em circunstância faria sentido elencar a gravidade terrestre no rol das condições exigidas pela prática do tênis? Alguém que ouvisse semelhante declaração poderia razoavelmente perguntar: “o que você quer dizer com isso?”. Aquilo sobre o que ninguém duvida, o que é amplamente aceito, não vale a menção, transforma-se quase inevitavelmente num aspecto inefável, que ninguém percebe ou nota. O próprio Wittgenstein assim observa:

Os fatos da história natural humana que lançam luz sobre nosso problema, para nós são difíceis de descobrir, pois nossa fala passa por eles, está ocupada com outras coisas. (Do mesmo modo nós dizemos a alguém: “Vá até a loja e compre...” — e não: “Coloque seu pé esquerdo à frente do seu pé direito etc. etc., então deposite as moedas sobre o balcão, etc. etc.”)<sup>89</sup>.

Da mesma maneira que, para realizar alguma atividade trivial, não especificamos exaustivamente as etapas a serem cumpridas, as práticas linguísticas também não demandam um exaustivo detalhamento das suas condições. Suprimimos, sem nos dar por isso, etapas que convém sublinhar apenas no curso de uma investigação como a que propõe Wittgenstein — ou melhor, em certo sentido *ignoramos* tais etapas e condições<sup>90</sup>. Em que outra circunstância faria sentido realçar a importância da gravidade terrestre para a prática do tênis? Somente à luz de uma investigação preocupada em entender o modo como a própria natureza é mobilizada no interior da lógica da nossa linguagem. Mas essa natureza e a regularidade dos fatos naturais, convém ressaltar, não são componentes conceituais, nem tem papel algum na explicação do significado das nossas regras<sup>91</sup>. Conceitos são as próprias ferramentas com que se praticam os jogos de linguagem e as condições de aplicação, embora não menos importantes, compõem o pano de fundo da prática do jogo.

O caráter geral dos fatos nos leva a quase não percebê-los. Passamos por eles, sem os notar, enquanto nos ocupamos de outras coisas. O feirante, na faina diária de determinar o preço conforme o peso, mal se dá pela exigência lógica da constância das condições empíricas. Não há porque ser diferente! Dizer que agimos assim por estarmos certos de que as

88 GLOCK, Hans-Johann. **A Wittgenstein Dictionary**. Oxford: Blackwell Publishing, 1996, p. 137.

89 WITTGENSTEIN, Ludwig. **Remarks on the philosophy of psychology**. Oxford: Basil Blackwell, 1980, §78. (Volume I)

90 Ignoramos num sentido preciso: nossa relação com algumas proposições não é epistêmica, é pragmática, nossas ações mostram que as tomamos como certas, mas, por isso mesmo, por esse caráter pragmático, não nos é claro e definido quais e quantas sejam as proposições que assim consideramos. É o que se lê no *Sobre a certeza*: “Há inúmeras proposições empíricas gerais que nós consideramos como certas”. WITTGENSTEIN, **On Certainty**, § 273.

91 HACKER, **Wittgenstein: Rules, grammar and necessity**, p. 212.

condições estão plenamente satisfeitas talvez não seja adequado, pois a imagem que sugere o caráter imperceptível dos fatos, na qualidade de condição lógica da prática linguística, indica que *tais condições não são nem mesmo percebidas como tal*. Apenas quando falta o que deve existir nos damos pela necessidade do que está ausente, é esse o espírito das imagens trazidas no parágrafo 142. Quando os fatos muito gerais que condicionam a prática de alguns dos nossos jogos se modificam, podemos então notar o papel lógico que eles desempenhavam quase imperceptivelmente. Podemos compreender o sentido da afirmação, de cunho assertivamente *não-hipotético*, de que se os fatos naturais fossem outros, os homens teriam outros conceitos.

A correspondência entre fatos e conceitos é lógica e não empírica, hipotética. Os fatos estão de tal modo ligados aos conceitos que mal os percebemos, por isso mesmo a descrição gramatical não precisa mencioná-los. A atividade terapêutica da filosofia não exige que identifiquemos os fatos decisivos para nossa gramática, como condição do seu exercício — ao inverso. Recordando a mesma passagem que temos ruminado neste capítulo, o que Wittgenstein nos diz é: “nós também podemos inventar uma história natural fictícia para nossos propósitos”<sup>92</sup>. Essa não é uma declaração de desimportância dos fatos naturais, como poderia parecer aos olhos de alguém que a tomasse apressadamente. Queremos crer que já tenhamos estabelecido o papel fundamental que cabe aos fatos naturais na lógica da nossa linguagem. O que nos sugere a afirmação é algo sobre a filosofia e atividade filosófica, sobre seus expedientes e interesses. Ela anuncia a recusa em conceder aos fatos um papel central na investigação filosófica de Wittgenstein. Diz ainda mais. Sugere que poderíamos mesmo considerar um outro cenário, outra história natural, a fim de atingir o mesmo propósito. Essa afirmação parece inteiramente coerente com o papel da natureza que até então temos destacado.

Poderíamos identificar algo como um objeto da recusa, um alvo contra o qual as observações relacionadas aos fragmentos destacados na página 230 se dirigem, especialmente aquela que afasta qualquer interesse por uma determinação factual (de tipo científica). O objeto, e a recusa que ele inspira, mantêm nexos estreitos com a visão heterônoma que temos combatido. Uma vez reconhecido o papel condicionante de certas circunstâncias empíricas, parece tentador expandir e confundir sua zona de influência. Pensamos que essa condição nos impõe primordialmente a tarefa de identificar os fatos decisivos para a prática linguística,

---

92 WITTGENSTEIN, *Philosophical Investigations*. p. 230.

comprometendo a investigação filosófica com o fantasma da contaminação científica que destacamos anteriormente. Ora, se fosse assim, deveríamos supor que o feirante, na lida cotidiana com o jogo de pesar e apreçar, estivesse também ciente da necessidade de certos fatos naturais — ou ainda, que o esclarecimento do caráter fundamental que lhes é próprio pudesse ser de algum valor ao propósito terapêutico de afastar a bruma que corresponde ao enfeitiçamento pela linguagem. Sem dúvida, uma certa mobilização do papel da natureza convém à atividade filosófica — o próprio exercício ficcional é um caso exemplar, logo o apresentaremos —, mas decerto nenhuma que tenha a marca do trabalho científico.

O objeto da recusa se identifica no projeto de distinguir e determinar os fatos naturais condicionantes, aqueles aos quais nossos conceitos estão em correspondência. “Nosso interesse certamente inclui a correspondência entre conceitos e fatos muito gerais da natureza”, “aquilo que na natureza é a base da gramática”, mas isso não significa que devemos nos ocupar com as causas das formações conceituais. No lastro dessa tensão a ficção gramatical pode encontrar oportunidades de esclarecimento. O que a ficção sugere é o desinteresse pelos fatos naturais. *Mas como é possível conciliar o confesso interesse pela correspondência entre fatos e conceitos, a admitida importância da natureza para a lógica da nossa linguagem, e o desinteresse manifesto nessa declaração?* O que não nos interessa é uma certa perspectiva, determinada abordagem. Wittgenstein dá um testemunho eloquente a respeito da maneira como a natureza se manifesta para nós:

Sim, mas então a natureza aqui não tem nada a dizer? Tem — mas ela se faz audível de outra maneira. “Em algum ponto você vai se deparar com a existência ou não-existência”. Mas isso significa, com fatos, e não conceitos<sup>93</sup>.

A diferença de perspectiva que queremos enfatizar se expressa em função da maneira como a relação entre fatos e conceitos é considerada. O fragmento acima é decisivo, na medida em que apresenta uma negativa importante. Os conceitos não forjam a camada elementar com a qual nos deparamos quando recuamos em busca da voz da natureza. Há uma anteposição dos fatos relativamente aos conceitos. Porém, se é mesmo esse o conteúdo das observações de Wittgenstein, restam algumas dúvidas — é necessário precisar o significado dessas afirmações.

Nesse propósito, convém partir daqui: os conceitos tem um papel organizador, eles nos ensinam a ver os fatos. Quando Wittgenstein questiona a pretensão ao conhecimento da

93 WITTGENSTEIN, Ludwig. *Zettel*. Berkeley: University of California Press, 1970. § 364.

natureza, ele se expressa assim: “Acredita-se constantemente seguir a natureza, mas vai-se apenas ao longo da forma através da qual nós a contemplamos”<sup>94</sup>. Combatendo o realismo matemático, sugere as seguintes perguntas:

“Para ser prática, a matemática deve nos dizer fatos.” — Mas esses fatos tem que ser fatos *matemáticos*? — Mas por que não deve a matemática, ao invés de “nos ensinar fatos”, criar as formas do que nós chamamos “fatos”<sup>95</sup>?

Os fatos, nessas imagens, são antecidos por formas. Sua própria constituição deve-se a uma forma que lhes empresta as feições. É certo que não se trata de uma substancialização da forma — pois Wittgenstein não pretende substituir uma ilusão por outra. É preciso compreender essa imagem à luz do método filosófico do autor, sem perder de vista o propósito terapêutico que anima seus exemplos, suas imagens, seus casos. Assim, a ênfase na forma é um recurso para escapar a dadas preocupações ontológicas, empíricas, que nos induzem a inverter a ordem que Wittgenstein apresenta por meio de uma investigação que busque extrair da natureza a forma adequada a sua expressão. A forma destaca um aspecto importante: a experiência é condicionada pelas regras de organização que elaboramos, a essência está expressa na gramática<sup>96</sup>.

Mas isso só pode nos conduzir a um novo dilema: se por assim dizer a forma antecede os fatos, se enxergamos nos fatos a forma através da qual os contemplamos, como podemos, por fim, nos deparar com a existência ou não-existência de fatos — e não conceitos? Acreditamos que aqui se faz necessária uma distinção. Ao sublinhar o vínculo entre conceitos e fatos, destacando o modo como os últimos estão condicionados aos primeiros, temos em vista uma relação similar a de um sistema de medição e os seus resultados. Com frequência Wittgenstein se vale de imagens análogas para representar o modo como as proposições gramaticais inauguram um espaço plástico de possibilidades. Nas *Observações sobre os fundamentos da matemática* a relação ganha um contorno nítido: “Sim: é como se a formação de um conceito guiasse nossa experiência dentro de canais particulares”<sup>97</sup>. No *Sobre a certeza* a plasticidade é ressaltada através da ênfase no caráter funcional das proposições que se prestam a canais para outras proposições:

94 WITTGENSTEIN, *Philosophical Investigations*, § 114.

95 WITTGENSTEIN, *Remarks on the foundations of mathematics*, VII, § 18.

96 WITTGENSTEIN, *Philosophical Investigations*, § 371.

97 WITTGENSTEIN, *Remarks on the foundations of mathematics*, IV, § 33.

Poder-se-ia imaginar que certas proposições com a forma de proposições empíricas enrijeceriam e funcionariam como canal para as proposições empíricas fluídas, não enrijecidas; e que tal relação se modificasse com o tempo, de sorte que proposições fluídas enrijecessem e rígidas se tornassem fluídas<sup>98</sup>.

Nessa perspectiva, os fatos se apresentam como conformações produzidas por conceitos. Porém, no fragmento recortado de *Zettel* bem como nas quatro passagens mencionadas no início dessa seção, um traço distintivo lhes caracteriza. Se certos fatos naturais condicionam nossos conceitos, ligando-se a eles numa relação de correspondência lógica, não poderíamos entendê-los como conformações conceituais. Tais fatos tem, portanto, um estatuto diferente daquele que reconhecemos nos fatos enunciados em proposições empíricas. As proposições empíricas são contingentes, a verdade que pretendem depende do mundo, sendo a esse respeito admitido o desacordo, *sem que o sentido seja comprometido*. É certo que as proposições gramaticais também dependem do mundo, os jogos aos quais pertencem podem ser derogados em função de mudanças nos fatos da natureza, esse é o sentido da correspondência lógica entre fatos e conceitos — mas sua função não admite a possibilidade de desacordo. Uma regra não deixa espaço para a dúvida.

Uma regra se apresenta como uma placa de orientação (...) a placa de orientação não deixa espaço para dúvida. Ou melhor: às vezes ela deixa espaço para dúvida, às vezes não. E agora essa não é mais uma proposição filosófica, mas uma proposição empírica<sup>99</sup>.

A função normativa das regras e proposições gramaticais não deixa espaço para a dúvida. Não faz sentido negar uma proposição a priori. O que significaria dizer que uma barra não tem comprimento? O acordo envolvido no uso das proposições gramaticais exclui a dúvida — como já sublinhamos, um acordo semelhante é pressuposto lógico. As proposições gramaticais, em sua condição normativa, comportam necessidade e designam como sem sentido qualquer proposição contrária.

Assim, fatos enunciados em proposições empíricas são aplicações de sentido, informativos, portanto, contingentes e abertos à falsidade e à contrariedade. Os usos diferenciados da noção de fato parecem sugerir outro estatuto. Os fatos aos quais os conceitos se ligam, aos quais se correspondem, não estão expostos à contingência, ou melhor, nós agimos como não se eles não estivessem, como se não fosse possível que as coisas existissem

98 WITTGENSTEIN, *On Certainty*, §96.

99 WITTGENSTEIN, *Philosophical Investigations*, § 85.

de outro modo. Wittgenstein escreve: “A verdade de certas proposições empíricas pertence ao nosso quadro de referências”<sup>100</sup>. A verdade de algumas proposições empíricas se solidifica, dando forma ao canal por meio do qual passam outras proposições, fluídas. Assim, a prática da linguagem mascara os fatos tomados como *necessariamente verdadeiros*. A verdade de tais fatos não é resultado da aplicação de conceitos, como uma proposição regular sobre o mundo, mas um componente essencial e quase imperceptível do acordo pressuposto à lógica da nossa linguagem. Os homens agem assim, e isso é tudo. A *necessária verdade* de tais fatos, se nos é permitido tal expressão, não é uma qualidade que lhes é inerente, sua condição necessária não poderia ser descoberta mediante empreendimentos científicos de qualquer espécie. Ela se deve antes à função lógica que certos fatos naturais desempenham num conjunto de ações, numa rede de práticas cuja regularidade se mantém apenas pela constância de fatos muito gerais, embora passe despercebido o papel essencial que cabe à constância e a tais fatos. Negando que a condição dos fatos naturais seja um produto conceitual queremos ressaltar que os conceitos, na qualidade de agentes organizadores da experiência, estão logicamente vinculados à rede de práticas que lhes outorga funções, tais práticas, por sua vez, vinculam-se aos fatos naturais nos quais estão mergulhadas e dos quais são, por assim dizer, contemporâneas. Assim, um conceito está internamente ligado aos fatos cuja constância concorre para o seu significado. Os fatos ligados dessa forma ao conceito não devem ser confundidos com os fatos determinados a partir dele.

Os diferentes usos para a noção de fato — ora empregado como produto da aplicação de uma *forma*, de um sistema conceitual particular, ou seja, no papel de condicionado, ora entendido como condição lógica fundamental, necessária à própria possibilidade de operações com conceitos, ou seja, no papel de condicionante — explicam a afirmação sobre o que a natureza tem a dizer. “Em algum ponto nos deparamos com a existência ou não existência” soa como um processo, uma operação que vai recursivamente em busca de algo até que, em algum ponto, atinge uma camada elementar. Lá, diz-se, nos deparamos “com fatos, não conceitos”. Nesse camada elementar a natureza oferece fatos, pois não traz intrinsecamente em sua constituição conceitos e regras. Não é oferecendo conceitos que a natureza se faz ouvir. Ela faz-se audível de outra maneira, através de fatos naturais que são condicionantes à aplicação dos nossos conceitos. Seguramente a natureza se faz ouvir assim, uma vez que um conceito não pode ser divorciado da prática da qual retira o significado, estando, portanto,

---

100 WITTGENSTEIN, *On Certainty*, §83.

logicamente vinculado às *regularidades contingentes* que distinguem os fatos naturais.

Nós subordinamos a distinção ora efetuada a uma pergunta embaraçosa: como é possível conciliar o confesso interesse pela correspondência entre fatos e conceitos, a admitida importância da natureza para a lógica da nossa linguagem, e o desinteresse manifesto nessa declaração? E sugerimos que se tratava de uma questão de perspectiva, de abordagem. Wittgenstein recusava uma abordagem em particular. A noção de fato encarna duas perspectivas, a que devemos abraçar e a que é preciso recusar. Devemos admitir o interesse por fatos na medida em que é preciso salientar o papel lógico que cabe à natureza, a maneira como ela se faz audível. Mas esse interesse é tão somente um modo de destacar a relação lógica entre conceitos e seu contexto prático de aplicação, entre conceitos e fatos. Os conceitos de pesar, medir, não são independentes da determinação e do método de determinação do peso e comprimento. “O significado da palavra ‘comprimento’ se aprende aprendendo, entre outras coisas, o que é determinar o comprimento”<sup>101</sup>. Se algo afeta a determinação do peso, afeta também o significado da expressão “peso” — e todo o jogo no qual a palavra se encaixa. O parágrafo 142, o colapso das condições normais de aplicação, foi inteiramente projetado para tornar enfática essa consequência.

Uma perspectiva diferente, no entanto, toma os fatos sob outro ponto de vista, ou melhor, faz do interesse por fatos a marca da injunção que compele a filosofia a preocupações empíricas. Vê-se, portanto, que as dificuldades apresentadas por essa visão são gestadas originalmente a partir de um falso dilema. A importância que se reconhece às condições empíricas não é incompatível com o desinteresse por fatos naturais. O sentido fundamental da ideia de uma história natural fictícia reside na modificação do enfoque que frequentemente recai sobre os fatos, indicando o limite do interesse da investigação filosófica. À filosofia basta tão somente apontar o papel central dos fatos e condições empíricas à lógica da nossa linguagem. Não é preciso determiná-los. Mesmo quando Wittgenstein especifica fatos, quando se detém particularmente em circunstâncias naturais necessárias à prática linguística, como, por exemplo, nos casos e cenários apresentados no parágrafo 142, seu interesse é estritamente lógico. A discriminação de condições naturais exigidas por certos jogos não é uma etapa no curso da atividade filosófica, uma demanda filosófica. Nas raras vezes em que se tem a impressão de que sua investigação está fixada em alguma condição empírica em particular, devemos atentar para a finalidade desse gesto e então encontraremos aquilo que efetivamente

---

101 WITTGENSTEIN, *Philosophical Investigations*, II, p. 225.

lhe dá ânimo: o propósito de enfatizar a importância da conservação de condições empíricas para os conceitos e o exercício da aplicação conceitual e de destacar o modo como o caráter geral obstrui nossa visão dos fatos, isto é, daquilo que nossa prática toma como certo. Assim, o que parece um olhar para fora, não é senão uma maneira de realçar as ligações internas. O que dirige o olhar filosófico aos fatos naturais não é a preocupação em determiná-los, mas antes o propósito de destacar a ligação interna entre conceitos e seu contexto prático de aplicação, entre conceitos e fatos. Se os conceitos de uma linguagem ganham sentido no interior de práticas mergulhadas em ambiente empírico, é preciso realçar a relação entre os conceitos e tal ambiente. Para tanto, podemos pensar os mais variados contextos — mesmo hipotéticos e ficcionais.

A compatibilidade entre o interesse manifesto na identificação da função lógica atribuída a fatos naturais e o desinteresse patente na recusa em deles se ocupar resulta de uma diferença de abordagens. *A abordagem filosófica é estritamente lógica, não se compromete com os propósitos que induzem a tarefa de determinação.* Daí a liberdade para, não só rejeitar o intento científico ou historiográfico de cuidar dos fatos determinantes para a nossa gramática, mas também para inventar e fantasiar outros. A história natural fictícia é o ponto máximo de distensão de uma resposta negativa à pergunta pelo interesse filosófico por fatos naturais. Resposta que se enraíza na concepção da atividade filosófica indicada por Wittgenstein. Ele nos diz: “Nossa investigação, entretanto, se dirige não aos fenômenos, mas, como poderíamos dizer, às possibilidades dos fenômenos”<sup>102</sup>. Certos fatos importam na medida em que se reconhece a importância da natureza, o vínculo interno que a enlaça aos nossos conceitos. Isso posto, não importa quais sejam os fatos efetivamente condicionantes. Importa que saibamos, sejam quais forem eles, o caráter axial que lhes é imputado pela lógica da nossa linguagem. Que os fatos sejam esses — e não outros — é um aspecto meramente accidental, todos eles, entretanto, efetivos ou ficcionais, ligam-se inseparavelmente aos conceitos da nossa linguagem, condicionando sua prática, permitindo seu exercício regular. Não é o efetivo o que interessa, mas as condições de possibilidade.

Resta ainda um último aspecto a ser retomado. Apontamos a reincidência com que Wittgenstein observa o caráter quase imperceptível dos fatos naturais importantes à linguagem. A esse respeito, indicamos que a prática mascara os fatos decisivos, produz a bruma que obstrui nossa visão quase por completo, impedindo que vejamos os fatos naturais

---

102 WITTGENSTEIN, *Philosophical Investigations*, § 90.



cuja conservação concorre para a regularidade linguística, para a prática dos nossos jogos. Na medida em que há um acordo, e uma vez que nossas práticas o refletem, a constância e a regularidade natural deixam de ser percebidas como fatores determinantes para o jogo — e para o próprio acordo. Como observa Wittgenstein, enquanto estamos ocupados com outras coisas, frequentemente passemos pelos fatos naturais sem lhes prestar atenção, daí a dificuldade de enxergá-los.

Posto que precisamos fazer notar a ligação entre o acordo (entendido, conforme expressão das *Observações sobre o fundamento da matemática*, como pressuposto da lógica da nossa linguagem) e a constância de certos fatos naturais, convém examinar uma vez mais a condição dos últimos. Poderíamos estender a eles a condição de pressuposto. Em certo sentido esse propósito parece encontrar suporte nas próprias anotações de Wittgenstein. A afirmação de que a verdade de determinadas proposições empíricas pertence ao nosso quadro de referência não deixa de conservar um sabor epistêmico, como se instalasse uma verdade onde, sabemos, nenhuma dúvida pode habitar. A qualidade de pressuposto, embora documente apropriadamente a condição lógica dos fatos naturais, a injunção de uma constância sem a qual a linguagem não se realiza, parece nos encaminhar a uma imagem equivocada sobre a relação que mantemos com eles.

Ora, o constante registro da desatenção para os fatos importantes não se ajusta à suposição de que temos o prévio conhecimento da verdade das proposições empíricas que pertencem ao nosso quadro de referências. A radicalidade da posição wittgensteiniana reside justamente no distanciamento significativo do esquema kantiano<sup>103</sup>. Decerto, é reconhecida a importância de certos fatos muito gerais da natureza, mas não se trata de garantir a particularidade dos usos em função da generalidade dos fatos. Não partimos de verdades muito gerais sobre o mundo para chegar a práticas cuja particularidade se deve à generalidade natural. Ao contrário. A particularidade do uso como que *seleciona* as generalidades importantes. O caráter axial de certas generalidades não são resultado do gesto primevo que os define ou os descobre, é o que encontramos anotado num fragmento do *Sobre a Certeza*:

Não aprendo explicitamente as proposições que para mim estão fixadas. Eu as posso descobrir posteriormente como o eixo de rotação de um corpo que

---

103 Cf. WILLIAMS, Meredith. **Wittgenstein, Mind and Meaning**. Routledge: Longon, 1999, p. 60-81. Todo o capítulo denominado *Wittgenstein, Kant, and the "metaphysics of experience"* versa sobre as diferenças significativas entre as duas filosofias, a despeito do forte pendor a aproximá-las.

gira. Esse eixo não está fixo no sentido de que estaria seguro por alguma coisa, mas o movimento em torno dele lhe determina a imobilidade<sup>104</sup>.

São os usos e práticas que, pela sua regularidade, criam zonas de estabilidade, definem proposições que funcionam como eixos. Entretanto, não devemos nos deixar enganar pelo emprego da expressão *definir proposições que funcionam como eixos*. Não se trata de uma fixação direta, segundo o que é característico de uma definição propriamente dita, mas de uma determinação indireta. Em primeiro plano estão as práticas que, através de um movimento contínuo, selecionam as zonas de estabilidade. É o caráter primordial das práticas e a importância central que lhes compete que tornam quase imperceptível aquilo que, através de seus movimentos, assume a condição de eixo. Nesse fragmento, Wittgenstein quer subverter a ordem tradicional, destacando como subsequente a descoberta do caráter axial de certas proposições — primeiro, a prática coloca-os nessa condição. A descoberta subsequente poderia mesmo ser suprimida, isto é, se não há um aprendizado explícito das proposições empíricas cuja verdade tem papel central para articulação das nossas práticas, podemos bem passar sem essa descoberta. Desse modo, por outra via, chegamos a mesma prescindência da determinação dos fatos que temos enfatizado e que explica o caráter imperceptível que frequentemente lhes atribuímos.

Ao sugerir que a estabilidade de certas proposições se origina do movimento em seu entorno, da regularidade das práticas que as envolvem, podemos involuntariamente contribuir para o equívoco que consiste em pensar que as práticas das quais emergem as regras de uso das palavras forjam também a regularidade da natureza. Os usos da linguagem não criam ou alteram aspectos da natureza, mas apenas a maneira pela qual nós os representamos. Assim, ao enfatizar o papel decisivo das práticas para determinação da imobilidade de certas proposições não queremos com isso indicar que a regularidade dos corpos é um produto da aplicação regular dos nossos sistemas de medição. Se a constância e estabilidade dos corpos poderiam preencher o conteúdo de uma dessas proposições que, subsequentemente, descobriríamos como axial à prática dos jogos com sistemas de medição, pretendemos, com essa observação, tão somente destacar o caráter determinante das práticas, a maneira como sua regularidade faz ver, por meio de seu contínuo, o centro de gravidade em torno do qual elas se orientam.

Os fatos relevantes para as nossas ações dependem de fatores os mais diversos, de aspectos estreitamente vinculados às formas de vida dentro da quais as práticas linguísticas se

104 WITTEGENSTEIN, *On Certainty*, §152.

desenrolam. Sua relevância não é intrínseca, não é absoluta, mas relativa a jogos particulares. Isso significa que não há fatos naturais que se impõem imperativamente aos nossos sistemas conceituais, mas apenas fatos cuja centralidade se arranja em função das nossas ações. A dependência, se podemos chamar assim a subordinação da relevância de um fato às práticas que o instalam num lugar central, é corroborada pela constatação de uma historicidade conceitual ou uma historicidade das verdades necessárias — para usar a expressão cunhada por Bouveresse\*. Aqui, um comentário de Glock pode ser de algum auxílio:

Há um indefinido número de fatos envolvendo objetos que poderiam em princípio ser declarados; pois há um indefinido número de propriedades que o objeto possui. Apenas *algumas* dessas propriedades são tais que criaturas de nossa capacidade cognitiva e perceptiva podem notar e lhes atribuir. E dessas, apenas algumas são capturadas por nossos conceitos, e portanto figuram em nossas declarações<sup>105</sup>.

Não há um número fechado de fatos a serem capturados pelos nossos conceitos. Em verdade, a própria importância dos fatos centrais à nossa linguagem se deve a fatores tais como o que é aduzido no comentário acima: a nossa capacidade cognitiva e perceptiva. Momentaneamente, não nos deteremos nesse fator, pois o que importa agora é sublinhar *esse número indefinido de fatos e propriedades* que aponta para um número indefinido de fatos e propriedades possíveis, que não são ora capturados em nossos jogos. Os fatos ora importantes não são os únicos possíveis, mas aqueles que atualmente desempenham uma papel axial para a prática linguística. Um fato não tem em si mesmo o poder de se impor sobre nós.

A história humana é um documento incontestado que testemunha a mudança conceitual e o movimento que incessantemente empresta valor a dados conceituais, ao tempo em que deprecia outros. Nossas ações tem lugar numa história e se cercam do que nela está disponível, de maneira que a relevância de certos fatos e a perda dessa condição se explicam na trama de acontecimentos que, por razões as mais diversas, alteram o curso das nossas práticas. Mesmo a ciência pode, ao descobrir novos fatos, oferecer bases para transformações conceituais, isto é, para novas práticas que alimentam diferentes normas de sentido. A historicidade das verdades necessárias é a expressão do vínculo ineludível entre a centralidade que reconhecemos em certos fatos e as práticas que lhes conferem tal *status*. Na medida em que admitimos uma história das ações, das práticas, devemos igualmente admitir que as transformações inerentes a uma história implicam também a mobilidade dos eixos em torno

---

\* Conforme capítulo assim denominado em *La force de la règle*.

105 GLOCK, Necessity and language: in defence of conventionalism, p. 30.

dos quais tais práticas se orientam, isto é, das proposições cuja fixidez presta-se à qualidade de centro de rotação dos nossos jogos de linguagem. Ao se instituir, a linguagem como que opera uma seleção dos fatos necessários a sua prática — mas o simbolismo poderia ser outro, bem como as ações que alimentam suas regras, portanto, a condição dos fatos coordenados pela linguagem, a despeito da centralidade das suas funções, está sujeita às flutuações próprias à vida humana.

Por fim, devemos reiterar a importância que Wittgenstein reconhece na natureza, salientando que as mais desafiadoras passagens, aquelas que inspiram maiores dificuldades, quase sempre estão envolvidas no propósito de apontar o papel lógico que cabe à natureza. Aqui, estivemos ocupados quase exclusivamente com o reconhecimento da necessidade da constância de certos fatos muito gerais da natureza para regularidade da linguagem e com o consequente colapso resultante da alteração desse padrão, privilegiando uma certa linha de leitura e emprestando maior ênfase a determinados fragmentos das *Investigações*. Porém, devemos ressaltar que talvez o mais pujante e produtivo roteiro para abordar o papel da natureza consista no exame das reflexões de Wittgenstein sobre a filosofia da psicologia, seus comentários contidos especialmente nas *Observações sobre a filosofia da psicologia* e no *Sobre a certeza*. Um exame dessa espécie é certamente interessante, porém, acabaria por dividir o foco da nossa atenção, elevando textos e obras que mobilizamos aqui a soldo de observações e roteiros talhados na letra das *Investigações* à condição de protagonista, exigindo fôlego e trabalho maior do que parece adequado ao momento.

Sem dúvida, resta como um caminho a seguir e não poderíamos deixar de sugerir, nas *Investigações Filosóficas*, pistas que não só alimentam leituras semelhantes, mas que vinculam-se estreitamente ao próprio tratamento a abordagem que optamos por realizar nessa seção. O parágrafo 142, ao qual retornamos inúmeras vezes para ilustrar e manter viva na memória a importância da regularidade natural termina com um comentário profundamente valioso: “Essas observações se tornarão mais claras quando discutirmos coisas tais como a relação da expressão com o sentimento e questões semelhantes”. Não sem razão essa nota figura ao termo do parágrafo no qual se faz notar o papel da constância da natureza para constituição dos casos normais. Por esse meio talvez se explique o trabalho e opção pela investigação vigorosa que Wittgenstein empenhou à filosofia da psicologia até o fim de seus dias. O filósofo parecia julgar que o esclarecimento de questões correlatas consistiam num

modo mais eficiente e nítido de abordar a relação da natureza com os nossos conceitos — ou mesmo porque nessa searas as dificuldades pareciam emergir mais facilmente.

A regularidade do comportamento humano, ou porque não, da natureza humana, concorre para manutenção das nossas expressões normais com relação às sensações e sentimentos, da mesma maneira que a constância de certos fatos muito gerais da natureza concorre para conservação do sentido de certos jogos de linguagem (se é que, essa própria distinção já não soa demasiadamente artificial). Numa das ocasiões em que se detém em casos similares, lê-se:

Se eu admito anulado o jogo de linguagem normal com a expressão de uma sensação, eu preciso de um critério de identidade para a sensação; então também existiria a possibilidade do erro<sup>106</sup>.

A gramática de conceitos psicológicos envolve a natureza humana, certa regularidade no comportamento sem a qual a expressividade das declarações psicológicas estaria ameaçada pela possibilidade do erro — possibilidade característica dos enunciados descritivos.

Assim, vê-se que também a natureza humana, a psicologia, oferece oportunidades para reflexão sobre a correspondência entre fatos e conceitos, a ligação entre nossos conceitos e aspectos naturais. Aqui, quisemos apenas ilustrar tópicos que poderiam ensejar investigações e um olhar mais aprofundado que abrangeria não só as *Investigações Filosóficas*, mas outras obras de maturidade de Wittgenstein.

---

106 WITTGENSTEIN, *Philosophical Investigations*, § 288.

#### 4 SENTIDO DA AUTONOMIA E DA NÃO-AUTONOMIA DA GRAMÁTICA

Wittgenstein reconhece e declara que em certo sentido a gramática não é arbitrária ou autônoma\*. Tal declaração alimenta as objeções contra a autonomia. É preciso esclarecer consorciadamente o sentido das expressões a fim de que se possa reconhecer a compatibilidade entre elas sem, no entanto, anulá-las.

De saída, devemos salientar que, embora possam comportar nuances, as noções de arbitrariedade e autonomia são em linhas gerais intercambiáveis, restando ao termo arbitrariedade uma ênfase demasiada em aspectos que logo iremos abordar, aspectos cujas dificuldades a noção de autonomia parece não apresentar. Portanto, apesar de identificar a possibilidade de problematizar a diferença entre as expressões, não reconhecemos tal distinção como produtiva à nossa pesquisa.

A autonomia tem um papel central, portanto, ao imputar sentido à ideia aparentemente contrária não se trata de anular a primeira, mas de reconhecer limites. Assim, poderíamos dizer que a heteronomia contribui para definição da autonomia da gramática, para a articulação entre ela e outros aspectos fundamentais à filosofia de Wittgenstein. Diríamos então que a noção de autonomia carrega um teor notoriamente propício a fomentar dificuldades. Ou seja, ao refletir sobre autonomia da gramática poderíamos ser induzidos a romper uma relação que, consoante o trabalho de documentação que realizamos no capítulo anterior, mostra-se indispensável à investigação filosófica de Wittgenstein. Dessa maneira, o limite da autonomia e arbitrariedade gramatical é a negação do vínculo lógico entre fatos e conceitos. Realçar o caráter autônomo da gramática não significa reconhecê-la numa condição insular, destacada do mundo e de seus fatos, mas esclarecer a natureza da relação entre mundo e linguagem, afastando o pendor a explicá-la mediante nexos causais.

As ocasiões em que se admite o sentido de algo semelhante à heteronomia parecem corroborar nosso juízo. Vejamos a primeira a delas:

“(…) Portanto, depende inteiramente da nossa gramática o que é (logicamente) dito como possível e o que não é — nomeadamente, o que ela autoriza?” — Mas isso é arbitrário? — É arbitrário? — Não é com toda formação em forma de proposição (*satzartigen Bildung*) que nós sabemos o que fazer, nem toda técnica tem um emprego em nossa vida, e quando em filosofia nós somos tentados a contar algumas coisas completamente inúteis

---

\* Nas *Investigações* o registro de ideia semelhante não é tão direto quanto em *Zettel*, contudo, avaliaremos ambos os casos.

como proposições, isso acontece porque frequentemente nós não consideramos sua aplicação o suficiente<sup>107</sup>.

Aqui, vê-se que a pretensão do comentário não é anular a ideia geral de arbitrariedade, mas balizar o que se poderia pensar a partir dela. Em duas importantes passagens das *Investigações*, Wittgenstein escreve: “O que aparentemente deve existir pertence à linguagem”<sup>108</sup>, e ainda: “Que tipo de objeto alguma coisa é, a gramática diz”<sup>109</sup>. Dois registros fortes que parecem — e apenas parecem — caminhar no sentido da arbitrariedade recusada. A gramática, a linguagem, são assim arbitrarias na definição do que deve existir? Não, se por arbitrário queremos representar o caráter de uma definição para a qual não importa a escolha. A arbitrariedade rejeitada tem a aparência de um produto degenerado que se origina a partir da má compreensão dos dois fragmentos destacados acima, da ideia que eles refletem. Neles se reconhece o papel articulador da gramática, salientando que não se deve a nada de externo a função investida a seus instrumentos no interior da sua rede de articulação. Esse é o sentido propriamente legítimo da arbitrariedade; as regras e o sentido condicionado na gramática não se justificam por nada exterior. Mas isso não significa que a gramática não esteja em conexão com elementos externos, nem mesmo que o sentido que ela institui não dependa de tais elementos.

Ao examinar a temática relativa à autonomia parecemos sempre rondar dois perigos iminentes. O primeiro motiva a própria ênfase na autonomia e consiste na ameaça de pensar que os sistemas conceituais são tributários de elementos extralinguísticos cuja existência nos constrange a adotar certos simbolismo. Assim, a filosofia perde sua própria identidade, lançada à cata de tais elementos, numa empresa que não pode ter outro estatuto senão o mesmo que atribuímos ao trabalho científico. O segundo, contra a qual se voltam as episódicas alusões a um sentido heterônomo ou não-arbitrário, se representa na expansão ilegítima do uso de certas chaves da filosofia posterior ao *Tractatus*. A recusa do modelo referencial equivale a uma das mais distintivas marcas da filosofia da *Investigações*, bem como o caráter organizador de uma gramática. Coordenados, os dois aspectos demovem do exterior o lugar daquilo que é decisivo para a organização da experiência, instalando a essencial no próprio corpo da gramática<sup>110</sup>. Diante desse cenário, experimentamos a inclinação a divorciar os princípios de organização da experiência da própria matéria a ser organizada,

107 WITTGENSTEIN, *Philosophical Investigations*, § 520.

108 WITTGENSTEIN, *Philosophical Investigations*, § 50.

109 WITTGENSTEIN, *Philosophical Investigations*, § 373.

110 WITTGENSTEIN, *Philosophical Investigations*, § 371.

como se a relevância concedida à gramática fosse um atestado da completa independência das regras gramaticais em relação ao mundo ao qual elas se propõem organizar. Nesse sentido, as regras são arbitrárias\*, pois se sujeitam única e exclusivamente a vontade humana, responsável pela definição de quais sejam elas, independente do que se passe no mundo.

Posto que nos concerne momentaneamente este segundo perigo, devemos pois observar que a preocupação em afastar o pendor a divorciar a gramática do mundo liga-se estreitamente ao propósito central dos nossos comentários na última seção do capítulo anterior, isto é, ao propósito de esclarecer a correspondência entre fatos e conceitos. A veemente negativa expressa no fragmento das *Investigações* aduzido acima reflete a recusa em divorciar “uma técnica” da forma de vida à qual ela deve seu papel. Em alguma medida, uma recusa semelhante, porquanto salienta a interdependência entre técnicas, proposições e os contextos empíricos e pragmáticos que lhes investem de usabilidade e utilidade, se assemelha à estratégia por meio da qual Wittgenstein faz ver a o papel axial que cabe a certas regularidades naturais. E não é sem razão que seja assim. Se admitimos a transformação das condições empíricas, verificamos o colapso dos nossos casos normais de aplicação e, através desse expediente, constatamos o papel indispensável que cumprem fatos naturais cuja regularidade concorre para a regularidade linguística. Ao assinalarmos assim a relação entre conceitos e fatos, admitindo o colapso do sentido em cenários nos quais a regularidade natural se faz ausente, reconhecemos ao mesmo tempo a dependência das normas de sentido relativamente aos mesmos fatos. Se o sentido das nossas práticas está inexoravelmente ligado à natureza, por certo poderíamos admitir outros conceitos, conceitos que até destituíssem o lugar central dos fatos ora importantes para nós, movendo-se portanto em torno de outros fatos — todavia, não poderíamos pensá-los fora dessa relação condicionante com fatos (quaisquer que sejam eles).

Se os fatos naturais fossem outros, os conceitos que ora designamos para cumprir os propósitos a que a linguagem se presta perderiam a usabilidade. Isso significa que a usabilidade e utilidade de qualquer conceito só se estabelecem quando a prática da qual ele provém tem lugar. Determinados fatos ensejam certos jogos — Wittgenstein sugere alguns deles, especialmente (já o dissemos) quando examina aspectos relativos a conceitos psicológicos. Se não fizéssemos certas distinções cromáticas, não teríamos o direito de

---

\* Michael Forster (**Wittgenstein on the arbitrariness of grammar**. Princeton: Princeton University Press, 2004, p. 66.) sublinha a relação etimológica da expressão arbitrário, em alemão *willkürlich*, com as palavras vontade (*Will*) e escolha, eleição (*küren*), sugerindo assim algumas das razões porque é preciso rejeitar determinadas acepções da expressão.



chamar as palavras *vermelho* e *azul* proferidas por outras pessoas de *nossas* palavras para cor. Não tivéssemos um comportamento humano partilhado, os jogos de linguagem com expressão de sensação perderiam o sentido. Se o sentido dos conceitos vincula-se a práticas que tem lugar em certas formas de vida, tais práticas, por sua vez, dependem, para manter-se nessa condição, da conservação de fatos naturais. A capacidade de discriminação cromática e a estabilidade dos corpos são exemplos de fatores da história natural que emprestam a certos jogos de linguagem o papel determinante que eles cumprem em nossas vidas.

Para salvaguardar a relação entre conceitos e fatos, tal como a examinamos nas seções anteriores, é preciso portanto recusar algumas acepções à arbitrariedade, admitir certo sentido à heteronomia. Hacker anota quatro sentidos comportados pela expressão que devem ser rejeitados, isto é, que justificam o sentido da não-arbitrariedade<sup>111</sup>: (i) a arbitrariedade está costumeiramente associada à ideia de *capricho*, como quando se diz que o juízo de uma pessoa é arbitrário, sem respaldo ou razão alguma. (ii) *Desimportante* é outra acepção ligada ao termo que, entretanto, se recusa, pois não podemos dizer das regras que adotamos que seja indiferente que as tenhamos escolhido; não é como num jogo no qual poderíamos dizer que é desimportante ou arbitrário quem faz o primeiro lance. (iii) Nossas regras também não são arbitrárias se com isso queremos dizer que são objeto de *decisão ou escolha* individual; não somos livre para extrair resultados arbitrários de certos procedimentos matemáticos — ao contrário, o treinamento que originalmente nos ensina a agir conforme regras visa estipular um mesmo comportamento, estabelecer um acordo de uso de tal modo arraigado que não possamos sequer imaginar alternativas. (iv) Por fim, a arbitrariedade deve também ser rejeitada quando equivale a dizer que as regras gramaticais são *facilmente dispensáveis ou alteráveis*; se se reconhece o papel organizador da gramática, bem como a maneira como o treinamento molda nosso comportamento de modo a criar a regularidade própria à linguagem, não convém aceitar o grau de plasticidade representada nessa acepção; o peso do treinamento que instrui nossas reações não é algo do qual possamos nos livrar facilmente, pois sua abrangência recobre todo o horizonte, sem deixar sobras; nossas ações e reações são condicionadas pelas formas de vida que emprestam sentido a nossas práticas e conceitos, alterá-las não é uma mera questão de vontade, pois consiste em alterar um conjunto amplo e bem enraizados de práticas e relações.

---

111 HACKER, Peter M. S. **Wittgenstein: Rules, grammar and necessity**. Oxford: Blackwell Publishing, 2009, p. 332-3. (Segunda edição, revisada)

Os quatro itens acima ilustram suficientemente o propósito da admissão da heteronomia. Trata-se de uma proteção contra excessos que levem a autonomia para além da sua zona funcional, colocando-a a reboque de uma compreensão transcendental da linguagem, do pensamento segundo o qual as regras gramaticais organizam a realidade de fora.

#### 4.1 CONCEITOS, INTERESSES E FORMAS DE VIDA

No trato com o mundo, forjamos práticas e empregamos conceitos que bem poderiam ser outros. Parte do trabalho de Wittgenstein consiste em fazer ver, através de exemplos ou expedientes ficcionais, que nossos conceitos não são absolutamente corretos. Ao mesmo tempo em que se impõe o trabalho, o filósofo precisa conter o impulso que compele a busca pela justificação gramatical. Isto é, um vez reconhecida a possibilidade de outros conceitos, parece imperativo que justifiquemos então a *escolha* que fizemos em face às alternativas.

A tentativa de aplicar a conceitos os predicados verdadeiro ou falso, correto ou incorreto, reflete um modelo com o qual já estamos relativamente familiarizados. Consiste na mais destacada forma de heteronomia, o projeto de *justificar* as regras gramaticais apelando a elementos externos à linguagem, recorrendo ao mundo. Por esse meio alcançaríamos o claro discernimento dos conceitos corretos e, de posse do conjunto de conceitos corretos, poderíamos também identificar os conceitos falsos ou incorretos. Assim, no curso do esclarecimento próprio às questões relativas à autonomia tal modelo é rejeitado. Por não se aportar na realidade, as regras são autônomas e, desse modo, deixamos de pensá-las como expressões de verdades empíricas, na medida em que recusamos a necessidade intrínseca que julgávamos poder reconhecer subjacente a certos fenômenos. A necessidade é própria ao jogo de linguagem, à rede de práticas que empresta às regras sua função normativa, e não às condições empíricas nas quais as práticas se desenrolam. Se os próprios fenômenos não trazem consigo uma necessidade característica que constrange uma determinada estrutura conceitual, devemos admitir que diferentes esquemas conceituais poderiam organizar os mesmos fatos. Desse modo chegamos à possibilidade de que outros conceitos, à parte os que ora empregamos, possam coexistir sem constrangimentos. Porquanto não nos é dado qualquer padrão através do qual avaliamos regras e conceitos distintos, podemos admitir que diferentes conceitos, na condição de determinações de sentido que inauguram novos espaços

de aplicação do sentido, novos “campos de ação”, coexistam independentemente, sem que um implique a falsidade ou incorreção do outro.

Embora reconheçamos assim a dissolução das condições que ensejavam a busca por conceitos absolutamente corretos — assinalando à correção o caráter de algo que se diz a partir de uma regra que bem poderia ser outra, isto é, tendo sempre como pano de fundo um padrão de correção perfeitamente cambiável, e estando a regra ela mesma imune à correção —, parece forçoso admitir que tal êxito cria novos embaraços. Anula-se a possibilidade de travar diferentes conceitos sob o crivo de uma norma de correção, *mas não a possibilidade radical de conceitos alternativos*. Tal conservação é vital para o propósito de manter-nos longe da ameaça das dietas unilaterais. Tendo em vista o caráter possível das alternativas conceituais, igualmente significativas, afastamos a inclinação a procurar nos fatos do mundo a justificativa das nossas escolhas simbólicas. Mas o perigo afugentado pela porta da frente, retorna pela porta ao lado. Se as alternativas conceituais conservam-se, ainda que não seja possível justificar nossas regras, isto é, apontar para os elementos empíricos que constroem nossas escolhas, parece igualmente tentador indicar as razões porque elegemos um e preterimos outro sistema conceitual. Sai de cena uma determinação forte, de tipo causal, que dava lugar à noção de correção e ao falseamento de sistemas conceituais, ao tempo em que ela se reapresenta sob uma nova roupagem, embora sem o mesmo ímpeto, disfarçada sob os véus de fatores determinantes para eleição dos meios de representação vigentes.

Nossos conceitos não são absolutamente certos, outros são possíveis, contudo, nós os elegemos preterindo outras opções por causas e motivos que convém esclarecer. Essa formulação apresenta em termos nítidos as dificuldades aqui envolvidas e em particular dois falsos problemas que contribuem para alimentar interpretações que turvam a compreensão do sentido fundamental da autonomia, bem como dos usos auxiliares para os quais admitimos o sentido da heteronomia.

Os dois pontos estão indissociavelmente vinculados. *O primeiro diz respeito a hipotética atualidade das alternativas conceituais*. A terapia filosófica serve-se de expedientes os mais diversos a fim de dissipar a bruma metafísica que nos compele à procura de fatos decisivos para constituição das regras gramaticais com as quais organizamos a experiência. O propósito terapêutico, já o dissemos, consiste em frustrar o intento de aportar tais regras na realidade, de justificá-las, fazendo notar a possibilidade sempre presente de empregar outros conceitos. Em vista de um tal propósito precisamos não mais imaginar outros

fatos naturais, mas os mesmos, associados, entretanto, a outros usos. Desse modo enfatizamos a radicalidade da perspectiva da autonomia. E é isso o que Wittgenstein nos apresenta ao destacar a importância do treinamento na definição da função lógica de um paradigma: “Com um treinamento diferente o mesmo ensino ostensivo das palavras teria produzido um entendimento completamente diferente”<sup>112</sup>. O entendimento de uma palavra depende do treinamento no qual ela foi envolvida. A subordinação fica ainda mais evidente numa passagem de *Zettel*: “Eu quero dizer: uma educação inteiramente diferente da nossa poderia também ser o fundamento para conceitos completamente diferentes”<sup>113</sup>. Um treinamento habilita, torna alguém capaz de empregar palavras e expressões, uma educação diferente, outra forma de treinamento, produz um entendimento novo e distinto. Cada treinamento visa fixar o domínio de uma técnica particular, que por sua vez engendra um entendimento preciso, sendo, portanto, perfeitamente aceitável que técnicas diferentes refiram-se ao mesmo ambiente empírico. Na medida em que as práticas relativas a determinados fatos dependem de uma educação que instrui nosso comportamento, diferentes treinamentos não se excluem, não se comunicam.

A tática de realçar conceitos alternativos, sublinhar entendimentos diferentes do que ora nos parecem naturais, é parte da estratégia de enfrentamento de um conjunto de problemas ligados à autonomia, de perigos que rondam a tópica. A primeira questão que se põe a partir desse modo de enfrentamento consiste em pensar que tais opções alternativas são efetivas, como se, dado um campo de opções, um arco de gramáticas possíveis, nós escolhêssemos uma. Essa perspectiva nos coloca diante de alternativas conceituais que, embora sejam preteridas, estão disponíveis aos usuários de uma gramática. A escolha supõe essa variedade. *Portanto, a segunda dificuldade consiste em explorar a escolha e as razões que a animaram*, isto é, corresponde à sugestão de que é de interesse filosófico investigar os fatores decisivos para a escolha da gramática em vigor — em detrimento das alternativas preteridas. Este segundo ponto em particular será o gancho a partir do qual abordaremos questões correlatas à heteronomia e à não-arbitrariedade, na medida em que é preciso considerar o sentido em que a escolha de determinados conceitos, em certas circunstâncias, não é independente de aspectos, interesses e propósitos que soam como fatores externos e determinantes.

Assim, de início convém registrar: *gramáticas alternativas* só tem lugar na rede de dificuldades e respostas que conduziu Wittgenstein ao uso de imagens análogas. Divorciados

---

112 WITTGENSTEIN, *Philosophical Investigations*, § 6.

113 WITTGENSTEIN, *Zettel*, § 387.

dessa função, não faz sentido imaginar opções e alternativas aos nossos conceitos. A experiência com regras e com os jogos ora praticados não é a de alguém que escolhe. A convivência com alternativas conceituais parece destoar da constante preocupação em sublinhar o papel da educação e do treinamento para o aprendizado do uso das normas que irão definir o entendimento das nossas expressões. A possibilidade de gramáticas alternativas supõe duas coisas: ou o domínio de uma técnica alternativa que dá lugar a novos e distintos usos ou o contexto no qual essa possibilidade tem alguma função. Se empregamos a ideia de conceitos e gramáticas alternativas, não é porque elas estejam disponíveis, mas tenham sido preteridas em favor da gramática ora em uso, mas porque uma ideia semelhante tem uso no curso de uma investigação filosófica preocupada em afastar as ameaças de dietas unilaterais e a dificuldade representada no projeto de justificar regras apontando fatos naturais.

Com efeito, possuímos uma gramática das cores com as quais lidamos com experiências cromáticas. No entanto, se consideramos conceitos alternativos para conjurar o perigo de imaginar que a existência de certos fatos justifica o emprego dessa gramática, não estamos com isso supondo que tais conceitos de fato existam e estejam disponíveis. Aliás, o que significa para um conceito existir? Para emprestar significado ao uso da expressão poderíamos dizer que um conceito existe se ele tem sentido, se tem uso. Nossa gramática das cores tem um uso, existe, na medida em que nos instrui na lida com as experiências cromáticas. Quando imaginamos conceitos alternativos, não necessariamente nos é claro o emprego que eles poderiam ter. Mas não é preciso que tenhamos clareza a esse respeito, pois o sentido da ideia, a função que legitima sua *existência* e seu uso não exige que saibamos empregá-los, mas tão somente que possamos aceitar como possível uma maneira diferente de *representar* as distinções cromáticas. Podemos admitir uma gramática que comporte cinco cores primárias, fantasiar sobre as práticas e contextos pragmáticos que poderiam emprestar serventia a uma organização conceitual semelhante, e mesmo assim não entender o significado de tais conceitos. São duas coisas distintas, a capacidade imaginativa da qual se serve o expediente terapêutico (e a partir da qual ganha significado a ideia de conceitos alternativos) e a existência ou o sentido de tais conceitos.

O recurso à possibilidade de conceitos alternativos reflete o interesse em trazer à luz um tipo especial de contraste, o propósito de nuançar diferenças e similitudes. É preciso não só imaginar regras diferentes, uma diferente rede de relações internas, mas também aspectos similares, similaridade suficiente para que possamos reconhecer como concebível a imagem

que se apresenta. Uma observação de Wittgenstein pode nos auxiliar nessa discussão:

Nós dizemos: “Vamos imaginar pessoas que não sabem *esse* jogo de linguagem”. Mas fazendo isso nós ainda não temos uma clara concepção da vida dessas pessoas, na medida em que ela difere da nossa própria. Nós não conhecemos ainda o que nos é presumido imaginar; pois a vida dessas pessoas é de todas as maneiras correspondente à nossa, e ainda precisa ser determinado o que nós chamamos uma vida correspondente à nossa sob essas novas circunstâncias.

Não é como se alguém dissesse: há pessoas que jogam xadrez sem o rei? Questões imediatamente surgem: quem vence agora, quem perde, e outras. Você tem que tomar decisões adicionais que não estão antecipadas na primeira determinação. Assim como você não tem uma visão geral da técnica original, e está familiarizado com ela apenas de caso em caso<sup>114</sup>.

Embora as similaridades deem ocasião a que reconheçamos como possível uma forma de representação semelhante a nossa, elas não são suficiente para nos fazer entender o sentido do jogo praticado. Os exemplos mostram que a formação de conceitos diferentes dos nossos é perfeitamente inteligível, o que não significa que tais conceitos sejam para nós inteligíveis<sup>115</sup>. Entender um jogo de linguagem é mais do que meramente conhecer as regras — é necessário também compreender o sentido delas<sup>116</sup>, é preciso que já se compreenda o conjunto de ações, os costumes dos quais as regras são expressão. Compreender o sentido de gramáticas alternativas é algo diferente (e uma tarefa nem sempre exequível) do exercício de imaginar conceitos que não os nossos. É preciso guardar essa diferença, pois cada um das duas opções traz exigências próprias.

Os jogos de linguagem mudam com o tempo<sup>117</sup>, devemos portanto reconhecer uma historicidade própria a eles. Observação semelhante constitui um registro gramatical que testemunha em favor da autonomia, na medida em que sublinha o desprendimento relativo aos fatos naturais. As mudanças históricas dos jogos de linguagem correspondem às transformações das práticas humanas, o reconhecimento da mudança não é senão recurso mediante o qual destacamos a autonomia da linguagem. Assim sendo, torna-se compreensível

114 “We say: ‘Let’s imagine people who do not know this language-game.’ But in doing so we still have no clear conception of the life of these people in so far as it differs from our own. We do not yet know what we are supposed to imagine; for the life of these people is in all other ways to correspond with ours, and it still must be determined what we would call a life corresponding to ours under these new conditions. Isn’t it as if one said: There are people who play chess without the king? Questions immediately arise: Who wins now, who loses, and others. You have to make further decisions that you don’t anticipate in that first determination. Just as you also don’t have an overview of the original technique, and are only familiar with it from case to case”. WITTGENSTEIN, **Remarks on the philosophy of psychology**, p. 71. (Volume II)

115 Cf. STROUD, Wittgenstein and logical necessity. **The Philosophical Review**, Vol. 74, No. 4, Outubro, 1965, p. 516.

116 WITTGENSTEIN, **Philosophical Investigations**, § 564.

117 WITTGENSTEIN, **On Certainty**, § 256.

imaginar condições diferentes, uma rede de práticas diversas, ensejando conceitos alternativos. Os contemporâneos de Wittgenstein decerto poderiam fantasiar com dispositivos de comunicação mais sofisticados, aperfeiçoamentos do que eles então possuíam. Poderiam mesmo imaginar aparelhos semelhantes aos que temos hoje, telefones e computadores que permitem comunicação instantânea nos mais diversos ambientes. Contudo, mesmo essa poderosa capacidade imaginativa não poderia contornar certos obstáculos: os dispositivos e as novas práticas que deles se valem instalam-se em uma rede ampla de interesses e costumes completamente diversa daquela da qual parte um homem na primeira metade do século XX. Há uma “concepção de vida”, para usar a expressão de Wittgenstein, inteiramente outra, que distancia qualquer exercício imaginativo do entendimento propriamente dito das práticas e conceitos envolvidos.

Tem-se a impressão tratar-se de uma questão de modulação, exemplos menos ambiciosos e complexos poderiam permitir o entendimento de outras práticas. As situações imaginadas no início das *Investigações*, as linguagens apresentadas, levam-nos a admitir aspectos impensados. Uma linguagem constituída de quatro palavras supõe um universo de práticas de notório empobrecimento relativo a nossa própria linguagem<sup>118</sup>. No plano em que a situação se coloca, tal linguagem é perfeitamente admissível, isto é, imaginando contexto e interesses semelhantes, parece razoável admiti-la como possível. Podemos igualmente imaginar uma pessoa (ou uma sociedade) que não conhece ou possui sistema numérico e operações aritméticas, apesar de se servir da contagem para certos fins<sup>119</sup>. Para ela basta empregar os números conforme suas (poucas) necessidades, sendo dispensável a introdução de técnicas adicionais. Nos casos mais simples parece que podemos sem maiores dificuldades entender o sentido de tais conceitos. No entanto, refletindo mais profundamente sobre essas considerações, e pesando as observações de Wittgenstein, é lícito por em dúvida a nossa capacidade de entendê-los. Em que medida podemos entender as necessidades de uma vida tão simples? Como poderíamos determinar a correspondência com as nossas próprias vidas?

As referências determinantes para configuração desse jogo nos escapam, de maneira que, inexoravelmente presos às nossas próprias referências, podemos imaginar, mas não entender os fatores que concorrem para o sentido, no contexto de uma forma de vida semelhante. As similaridades advogam em favor do entendimento, até o ponto em que certas questões se colocam, fazendo ver que a subtração do contexto prático em que conceitos

---

118 WITTGENSTEIN, *Philosophical Investigations*, § 2.

119 HACKER, *Wittgenstein: Rules, grammar and necessity*, p. 322-3.

alternativos teriam lugar provoca enganos, isto é, não antevemos as consequências do emprego, as dificuldades e respostas que já devem ter sido sanadas antes que possamos entendê-los<sup>120</sup>. Por isso Wittgenstein insiste: “você tem que tomar decisões adicionais que não estão antecipadas na primeira determinação”. A descontextualização enfatiza a similaridade e mascara a diferença, dissimulando um sem número de questões que já devem familiares aos usuários de um conceito, de uma regra, “quem vence agora, quem perde”. Para alguém familiarizado com o xadrez, é fácil determinar quem ganha ou perde. O mesmo acontece com as pessoas que jogam xadrez sem o rei (se é que o conceito de ganhar ou perder ainda se aplicar aqui). O que importa é: em ambos os casos há uma certa familiaridade com o contexto do jogo — propósitos, objetivos, regras — que é essencial para o entendimento. O propósito, o sentido do jogo está intrinsecamente amarrado às regras e ao seu contexto, de maneira que, fora dessa “*estrutura*” que ampara o sentido e apresenta propósitos, não nos é dado reconhecer qualquer vestígio de significado<sup>121</sup>. Nesse sentido, a simples ausência de uma peça fundamental como o rei é o bastante para desarmar toda a engrenagem, fazendo soçobrar a prática que estava amparada na familiaridade com os propósitos do jogo e com o modo como poderíamos alcançá-los. Restam então perguntas cujas respostas não estão contidas no gesto inicial que nos propõe a imagem de pessoas jogando xadrez sem o rei. Quando nos afastamos das condições familiares que dão sentido às nossas práticas (e que perfazem os *casos normais*), escapamos também do amparo sobre o qual nosso entendimento repousa. Uma vez mais parece-nos que o exercício imaginativo não exige, tampouco supõe o entendimento das condições, práticas e conceitos mobilizados.

A ideia de que conceitos alternativos estão disponíveis aos usuários de uma gramática, em face da impossibilidade de compreender gramáticas alternativas, representa um equívoco. Irreversivelmente mergulhados no ambiente dos nossos próprios conceitos, não nos são dadas escolhas, posto que o entendimento conceitual supõe o treinamento ou uma certa familiaridade com as circunstâncias e contextos de aplicação de certos jogos e o emprego regular das técnicas de uso de expressões. As dificuldades que parecem inspiradas na imagem de gramáticas e conceitos alternativos são falsas, pois se alimentam da descontextualização característica do exercício imaginativo que para cumprir sua função requer tão somente que possamos imaginar a formação de conceitos diferentes, considerando vagamente circunstâncias hipotéticas e ficcionais, sem que nos seja exigido o conhecimento e a

---

120 Cf. STROUD, Wittgenstein and logical necessity, p. 513.

121 WITTGENSTEIN, *Philosophical Investigations*, § 567.



familiaridade com todas as circunstâncias que nos habilitariam a entender o jogo e a prática à qual tais conceitos se encaixam.

O foco crítico das nossas observações consiste em recusar a ideia de que conceitos alternativos estão ou estiveram disponíveis aos usuários de um determinado sistema conceitual, da mesma forma que um sistema de medida alternativo (légua, por exemplo) está disponível aos usuários do sistema métrico de medição. Tal propósito nos aproxima dessa imagem de todo favorável à discussão que propusemos nesse capítulo, pois em certo sentido a ideia que ela sugere é adequada e profícua. Sistemas conceituais, como os sistemas de medição, não estão abertos à correção, “são ‘práticos’ ou ‘não práticos’ (*unpraktisch*), ‘úteis’ ou ‘inúteis’, mas não ‘verdadeiros’ ou ‘falsos’”. E é justamente ao lado desse registro que encontramos a seguinte afirmação: “as regras da gramática são num mesmo sentido arbitrárias e não arbitrárias, como a escolha de uma unidade de medida”<sup>122</sup>.

As regras gramaticais são autônomas e arbitrárias, como a escolha de uma unidade de medida, no sentido de que outras regras (e unidades) poderiam ser empregadas. “Essas regras de procedimento são arbitrárias só pode significar: se seu único propósito é *este*, você pode obtê-lo de todas essas maneiras”<sup>123</sup>. Mas isso não significa que a escolha de uma unidade ou sistema de medida seja produto do capricho, uma opção inteiramente divorciada de qualquer relação com o objeto de medição. É nesse aspecto que importam os comentários acerca da heteronomia e não arbitrariedade. As regras gramaticais são heterônomas e não-arbitrárias, como a escolha de uma unidade de medida, no sentido de que sua eleição define-se na interface entre características inerentes a determinado sistema conceitual e interesses\*. Esse ajustamento entre interesses e características se realiza à luz das propriedades do objeto mensurado, isto é, de condições empíricas — e não pode ser de outro modo. A rejeição do modelo referencial de linguagem, propósito ao qual a temática da autonomia serve tão apropriadamente, não coincide com a recusa de qualquer vínculo com a realidade ou com a não admissão de usos referenciais. Em verdade, a linguagem a todo instante dirige-se ao mundo, sendo, portanto, reservada a importância que ainda cabe aos empregos referenciais<sup>124</sup>. O que nos abtemos de pensar é um tipo de relação de determinação entre regras e referências

---

122 WITTGENSTEIN, Ludwig. **The Big Typescript**. Oxford: Blackwell Publishing, 2005, p. 186.

123 WITTGENSTEIN, **Ibidem**.

\* É preciso não perder de vista que o emprego de expressões como eleição, escolha, aqui, é meramente ilustrativo, aproveitamo-nos da imagem e da aproximação com os sistemas de medida. Nossa ideia caminha no sentido oposto, sugerindo que tais opções e escolhas, válidas pontualmente, no que diz respeito a jogos de linguagem particulares, não se aplicam no que diz respeito à gramática.

124 Cf. BOUVERESSE. **La force de la règle**. p. 57.

exteriores à linguagem, significados compreendidos como entidades extralinguísticas que constroem certas regras gramaticais<sup>125</sup>. Abandonada a pretensão ao “decalque único e necessário de uma ordem ontológica dada de uma vez por todas, não haveria razão para pensarmos que estamos trancafiados no interior de uma ‘espontaneidade dos conceitos’ perfeitamente indiferente ao mundo”<sup>126</sup>.

No capítulo anterior reiteramos a correspondência entre fatos e conceitos frisando uma relação indissociável, em outras palavras, a impossibilidade de desvincular as regras das condições naturais e do ambiente empírico de onde elas retiram sua função lógica e nas quais tem pleno sentido. Agora, a fim de dar conta do sentido heterônomo das regras gramáticas, devemos explorar o equilíbrio entre interesses e fatos naturais no intuito de afastar a ideia de que a heteronomia consiste numa posição contraposta à autonomia que, por consequência, impele a filosofia à busca de fatores empíricos determinantes para o emprego da nossa forma de representação — em detrimento às outras formas de representação possíveis. Nesse propósito, devemos novamente examinar a correspondência entre fatos e conceitos visando destacar a função precípua a que responde as notas sobre a não arbitrariedade, função cuja natureza queremos indicar como suplementar às considerações sobre a autonomia das regras gramaticais, destinada, portanto, a balizar o emprego da autonomia a fim de evitar abusos.

Nas *Investigações* encontramos uma pista indispensável ao nosso trabalho:

A linguagem é um instrumento. Seus conceitos são instrumentos. Pode-se pensar que não faz grande diferença que conceitos nós empregamos. Porquanto possamos, afinal de contas, fazer física com medidas como pé e polegada, como com metro e centímetro; a diferença é apenas uma questão de conveniência. Mas mesmo isso não é verdade, se, por exemplo, cálculos em um sistema de medida requerem mais tempo e esforço do que podemos dispendir<sup>127</sup>.

No parágrafo seguinte encontramos outra passagem não menos importante: “Conceitos nos levam a investigações. São expressões dos nossos interesses, e dirigem nossos interesse”<sup>128</sup>. Posto que é possível, para alcançar um mesmo propósito, substituir unidades de medidas, parece que *escolha* da unidade é mera questão de conveniência. De modo semelhante, na medida em que admitimos a possibilidade de conceitos alternativos, parece como se o uso conceitual que ora fazemos é uma questão de escolha, escolha dirigida pela

---

125 Cf. WITTGENSTEIN, *The Big Typescript*, p. 185.

126 CUTER, *Gramática e verdade necessária*, p. 143.

127 WITTGENSTEIN, *Philosophical Investigations*, § 569.

128 WITTGENSTEIN, *Philosophical Investigations*, § 570.

conveniência. No parágrafo anterior, tempo e esforço refletem interesses que, no parágrafo seguinte, se reconhecem nos conceitos. Quer a eleição (voluntária) de uma unidade de medida, quer a elaboração ou instituição de regras gramaticais, são ambas as operações marcadas e, podemos dizer, dirigidas pelos interesses aos quais servem. Admitindo a aproximação entre regras e sistemas de medida, destacamos o caráter arbitrário que lhes é comum — recusando, contudo, um aspecto: *a escolha*. As gramáticas alternativas são expedientes do método filosófico de Wittgenstein e devem ser entendidas nesse papel. O reconhecimento do caráter permutável das unidades de medida e regras gramaticais está subordinado a uma função especializada, qual seja, combater a tendência a justificar as escolhas simbólicas mediante apelo à natureza. Mas, se reputamos como equivocada a suposição de que conceitos alternativos estão disponíveis, devemos também reiterar como impróprio o emprego das expressões *escolha*, *eleição*, etc., no que diz respeito aos nossos conceitos. Subtrair a imagem de conceitos alternativos do seu contexto de uso pode alimentar novas dificuldades, especialmente se adicionarmos a ela o composto que estamos ora examinando: os interesses que dirigem nossa investigação, interesses expressos na nossa gramática. Não se trata, portanto, de reconhecer em interesses externos (propósitos) a função determinante na eleição do sistema conceitual em vigência, não consiste, uma vez mais, numa relação causal. Queremos aprofundar essas observações, investigando mais detidamente o vínculo entre conceitos, interesses e propósitos.

Ao afirmar que a ênfase na arbitrariedade gramatical se dirige à ameaça de justificação<sup>129</sup> — e esse nos parece o mais nítido esclarecimento a esse respeito —, somos ao mesmo tempo compelidos a admitir, em função dos interesses confessadamente importantes e dos vínculos ineludíveis que ligam os conceitos ao mundo, um limite para a arbitrariedade ou, em outros termos, um sentido para a não arbitrariedade.

Você poderia dizer que a escolha de uma unidade (de medida) é arbitrária. Mas num sentido mais importante, não é. Uma razão mais importante repousa no tamanho, na irregularidade da forma e no uso que fazemos de um espaço cujas dimensões nós não mensuramos em microns ou mesmo em milímetros. Isso quer dizer que não apenas a proposição que nos diz o resultado da medição, mas também a descrição do método e da unidade de medida diz-nos alguma coisa sobre o mundo no qual essa mensuração tem lugar.

E dessa maneira, a técnica de uso de uma palavra nos dá uma ideia das verdades *muito* gerais sobre o mundo na qual ela é usada; de verdades de fato tão gerais que nós nem mesmo nos damos conta (e eu lamento dizer,

---

129 WITTGENSTEIN, *Zettel*, § 331.

filósofos também)<sup>130</sup>.

O papel organizador da gramática sugere uma imagem algo enganadora. Na medida em que os princípios gramaticais fixam as lentes ou — para usar uma expressão wittgensteiniana — a *forma através da qual contemplamos o mundo*, julgamos erroneamente de natureza transcendental um ato de instituição semelhante. E ainda mais, o sentido próprio da autonomia repousa na inteira independência, na insularidade mesma da gramática. Assim, apresenta-se a ocasião para admitir o sentido da atribuição do caráter não arbitrário ou heterônomo às normas de sentido. O propósito é contornar a forte inclinação a pensar as regras em separadas de um ambiente empírico, do mundo ao qual elas se dirigem e para o qual elas foram projetadas. A linguagem e seus conceitos, na condição de *ferramentas*, não se instituem em completa independência do domínio ao qual se aplicam. A condição de ferramenta, no entanto, não basta para que um conceito encontre abrigo em nosso sistema de referência conceitual, “nem toda técnica tem um emprego em nossa vida”. A recusa da transcendentalidade se traduz assim, na impossibilidade de pensar a usabilidade de uma técnica fora de um ambiente pragmático que a solicite.

De maneiras distintas, Wittgenstein insiste em destacar algo nas passagens recortadas acima: quando optamos por uma unidade de medida, a escolha não é completamente arbitrária. A extensão a ser mensurada em alguma medida condiciona a opção pelo padrão de medição, é nesse sentido que o tamanho pode tornar impróprio o uso do sistema micron. O caráter permutável que atribuímos aos diferentes sistemas já não tem lugar, deve ser posto de lado, uma vez que tempo e esforço são variáveis a serem consideradas. Não queremos com isso contradizer o que foi dito anteriormente, mas tão somente salientar o contexto no qual cada questão se coloca: a possibilidade de substituir sistemas de medida interessa ao propósito de afirmar a independência entre diferentes sistemas conceituais; não podemos submeter um sistema à correção de um padrão externo, a empiria não pode servir de medida para determinar sistemas verdadeiros ou falsos.

Mas a mesma imagem presta-se convenientemente a um uso distinto, mas de igual importância. Se a experiência não pode determinar sistemas verdadeiros ou falsos, pode contudo, definir sistemas inúteis, inviáveis, lembramos uma vez mais o comentário a esse respeito:

---

130 WITTGENSTEIN, Ludwig. **Wittgenstein Nachlass: The Bergen Electronic Edition**, Oxford: Oxford University Press, 2000, p.

As regras da gramática são num mesmo sentido arbitrárias e não arbitrárias, como a escolha de uma unidade de medida. Pode-se exprimir isso também assim: essas regras são “práticas” ou “não práticas” (*unpraktisch*), “úteis” ou “inúteis”, mas não “verdadeiras” ou “falsos”<sup>131</sup>.

Regras não podem ser designadas como “verdadeiras” ou “falsas” (sentido da arbitrariedade), mas são reconhecidas como “práticas” ou “não práticas”, “úteis e inúteis” (sentido da não arbitrariedade). Trata-se portanto de conservar um tipo de ligação essencial entre regras e práticas, entre conceitos e fatos. A questão da heteronomia se coloca num quadro de problemas ligeiramente distinto, embora em estreita ligação com a questão da autonomia. É preciso não perder de vista a diferença contextual. Em verdade, emprestar sentido à heteronomia não é outra coisa senão distinguir aquilo que nos impede de considerar verdadeiras certas regras do que nos compele a julgá-las úteis. Ou seja, o fato das regras gramaticais não serem tributárias da realidade, de não poderem ser explicadas por meio dela, não equivale a uma negativa de toda e qualquer laço de correspondência entre as regras e a realidade. A autonomia consiste na recusa em compreender a correspondência entre fatos e conceitos como tipo de determinação causal. Porém, precisamos recordar, a correspondência é admitida e, no capítulo anterior, ela ensejou nossas considerações sobre o estatuto dos fatos naturais. Os fatos ligados aos conceitos não os tornam verdadeiros ou falsos, mas, admite-se, práticos ou não práticos. Isso equivale a dizer que eles estão integrados ao jogo que empresta sentido aos nossos conceitos.

Há, portanto, uma diferença sutil mas essencial entre a metáfora das unidades de medida e os nossos conceitos e regras. Os fatos que tornam preferível uma unidade de medida à outra *determinam* a opção, a escolha, dentro de um quadro de possibilidades. No que diz respeito à nossa gramática, por sua vez, a própria expressão “os fatos que tornam úteis, práticos, significativos os nossos conceitos” reflete tão somente o vínculo interno entre fatos e conceitos, sem apresentar qualquer determinação entre eles. Os fatos se *integram* aos jogos nos quais nossos conceitos tem sentido, *constituem-se* como parte essencial ao seu emprego e utilidade. Aqui, devemos registrar o esgotamento ou o limite para o emprego da imagem de conceitos como instrumentos e ferramentas<sup>132</sup>. A proximidade com sistemas de medida propunha-se a realçar, para certos propósitos, o caráter instrumental da linguagem, mas é preciso que a linguagem não se limite a tal condição, pois, de outro modo, somos levados a

131 WITTGENSTEIN, *The Big Typescript*, p. 186.

132 Cf. WITTGENSTEIN, *Philosophical Investigations*, § 492; WITTGENSTEIN, *The Big Typescript*, p. 147.

aceitar o tipo de determinação que temos trabalhado para afastar (determinação distinguida na relação entre o instrumento e seu propósito).

Assim, tendo em vista relação interna entre fatos e conceitos, compreendemos a insistência com que Wittgenstein faz notar que não apenas o resultado, mas também a unidade e método de medição nos diz algo sobre o mundo ao qual se aplicam. E, continuando, das técnicas de uso das palavras podemos extrair as verdades muito gerais sobre as quais elas se erigem — verdades quase imperceptíveis. Retornamos novamente ao mesmo campo familiar: verdades quase imperceptíveis, verdades que mal notamos em razão de seu caráter muito geral. A relação entre verdades muito gerais e unidades de medição que nos dizem algo sobre o mundo é uma maneira de rerepresentar a questão da correspondência entre fatos e conceitos, agora, porém, no horizonte de problemas alimentado por uma expansão ilegítima no emprego da noção de arbitrariedade. Agora, a preocupação é fazer notar as *marcas empíricas* quase imperceptíveis inscritas em nossos conceitos. Conjurar, portanto, a arbitrariedade entendida como capricho, expressão de completo *desinteresse e insularidade*.

A submersão incontornável em ambiente empírico não é sem consequências. Os conceitos são projetados para servirem ao trato com a realidade, sendo em algum sentido submissos a ela. Enfatizamos essa ligação interna entre conceitos e fatos ao frisar o colapso das condições normais de aplicação, no parágrafo 142 das *Investigações Filosóficas*. Outras ocasiões, no entanto, prestam-se ao mesmo propósito. Ao sugerir um experimento, colocar duas maçãs sobre a mesa e, certificando-se de que nada altere a situação, adicionar outras duas para então concluir que o resultado da contagem será provavelmente 4, Wittgenstein pretende chamar a atenção para as condições que concorrem para a usabilidade dessa técnica. Ele escreve: “assim nossas crianças aprendem a contar”. Dispõem-se três sementes sobre o chão, depois mais três e então contamos quantas sementes há. Se o resultado da contagem perfizer ora 5, ora 7, admitindo que as sementes apareceram ou desapareceram sem razão aparente, nossa primeira medida será considerar sementes impróprias para o ensino da adição. No entanto, se ocorrer o mesmo com linhas, gravetos, dedos e a maioria de outras coisas, então será o fim completo da adição — e a sentença  $2 + 2 = 4$  não terá mais uso. Essa imagem, extraída do parágrafo 37 do primeiro livro das *Observações sobre os fundamentos da matemática*, é extremamente ilustrativa e proveitosa, em especial pela última nota. A passagem destaca a relação entre o ensino da técnica de adição e a regularidade de certos fatos. Diante do cenário no qual a regularidade se corrompe, comprometendo o treinamento e

a prática do técnica de somar e contar, Wittgenstein sublinha: o jogo torna-se impraticável ou não prático (*unpraktische*), sem uso, perde seu sentido (*Witz*).

À luz de determinados fatos, o treinamento torna *naturais* certos conceitos, isto é, cria a impressão que expressamos ao julgá-los absolutamente corretos. No entanto, basta que imaginemos outros fatos naturais (conforme sugerido na página 230), ou mesmo um treinamento diferente (conforme observado no parágrafo 6 das *Investigações Filosóficas*) para que os conceitos e o entendimento que soam tão naturais caiam por terra, sendo substituídos por outros experimentados com a mesma naturalidade. O caráter natural que reconhecemos em nossos conceitos, bem como o estranhamento que nos causam conceitos alternativos<sup>133</sup>, não se devem a propriedades inerentes a eles (familiares ou não), mas são relativos à função que os primeiros desempenham em nossas vidas. Isso se explica na historicidade das verdades necessárias, isto é, na alteração das verdades axiais fixadas pelas mudanças das práticas e costumes humanos. Transformações nas práticas acarretam transformações nos eixos em torno dos quais elas se articulam, de maneira que, contemplando a história sob uma perspectiva mais distanciada, podemos distinguir conceitos completamente dispares que foram ao longo da história vivenciados com igual naturalidade.

Ao comparar regras e unidades de medida observamos não ser uma questão de simples conveniência a opção por uma determinada unidade. Uma vez reconhecido que a aplicação do método está intrinsecamente ligada a considerações que envolvem quer as características do que virá a ser mensurado, quer os interesses e efeitos produzidos pela escolha de certa unidade, devemos admitir que um contexto pragmático, circunstâncias empíricas, definem a preferência por uma ou outra unidade — este é o sentido, lembremos, em que se admite a heteronomia. Porém, estabelecemos limites para a comparação entre conceitos e padrões de medida, *pois não nos são dadas alternativas conceituais* — ao contrário: a naturalidade que indicamos como expressão da forte ligação que estabelecemos com nossos conceitos é o reflexo da ausência absoluta de alternativas. A linguagem é, para nós, como uma natureza<sup>134</sup>. No que diz respeito aos conceitos, portanto, a possibilidade de alternativas deve se restringir à função terapêutica destacada, deve estar subordinada ao propósito de afastar o pendor à justificação conceitual.

---

133 Cf. WITTGENSTEIN, *Zettel*, § 373.

134 “Wir sind an eine bestimmte Einteilung der Sachen gewöhnt. Sie ist uns mit der Sprach, oder den Sprachen, zur Natur geworden”. Cf. WITTGENSTEIN, *Remarks on the philosophy of psychology*, § 678. (Volume II)

Se não há alternativas disponíveis, não há escolha. A possibilidade de gramáticas alternativas convive pacificamente com a admissão de que, em relação aos nossos conceitos, agimos como se alternativas não fossem possíveis. No entanto, resta-nos explicar como e em que sentido podemos ainda falar em interesses e propósitos que cumprem um papel determinante, uma vez que já não há alternativas a serem selecionadas, e ainda, de que maneira esses aspectos podem dar lugar a novas confusões e dificuldades que redundem, uma vez mais, numa ameaça à autonomia gramatical.

Talvez o mais forte depoimento em favor da não arbitrariedade seja a declaração de que “nem toda a técnica tem uma aplicação em nossa vida”. Não se trata de um enunciado no qual se identifica a função seletiva que os *interesses* de uma certa forma de vida operam sobre um arco de sistemas de conceitos possíveis, distinguindo conceitos aplicáveis, úteis e adequados daqueles que não encontram uma aplicação em nossa vida. Trata-se, isso sim, de uma estratégia para reforçar o laço constitutivo que enreda os conceitos às formas de vida nas quais eles se originam. Um recurso para evitar um grau de “espontaneidade” e liberdade conceitual incompatível com a importância imputada à dimensão pragmática na constituição do sentido. Nesse sentido, encontramos, não sem razão, ao fim da página 230 — onde se encontram também os fragmentos com os quais estivemos mais frequentemente preocupados — uma passagem esclarecedora, na qual se lê:

Compare um conceito com um estilo de pintura: então é mesmo nosso estilo de pintura arbitrário? Podemos escolher um à vontade? (por exemplo, o dos egípcios) Ou trata-se aí apenas do bonito e do feio<sup>135</sup>?

Nosso estilo de pintura é arbitrário? Era arbitrário o estilo pictórico dos egípcios? Tais questões pretendem induzir uma reflexão sobre a relação entre nossas práticas e o ambiente em que elas tem lugar. O estilo de pintura é um capricho, e o verbo *escolher* surge aqui apropriadamente? Julgamos o contrário. As práticas e as regras que elas fomentam estão referidas a um ambiente que é o cenário mais amplo em meio ao qual elas se desenrolam e no contexto do qual elas tem sentido. Um estilo de pintura arbitrário é aquele que não responde a esse contexto, corresponde à assinatura da independência relativa a ele. Essa é a tensão que a página 230 alimenta insistentemente, e que se renova aqui em torno do vínculo entre conceitos e a expressão de algo ao qual eles parecem se corresponder.

---

135 WITTGENSTEIN, *Philosophical Investigations*, p. 230.



Se a correspondência entre fatos e conceitos inspirou nossas observações sobre o estatuto dos fatos naturais para as investigações filosóficas de Wittgenstein, algo semelhante se dá a respeito da relação entre conceitos e *formas de vida*. Aqui, no entanto, contamos com a vantagem de já conhecer os sinuosos caminhos que escondem o perigo. O risco se representa na suposição de que os conceitos se determinam por aspectos, interesses, propósitos, exteriores à linguagem. Fica assim reeditada a perspectiva contra a qual a autonomia foi chamada a responder, o cenário no qual os conceitos podem novamente reclamar uma justificação.

Considerando a correspondência entre fatos e conceitos, sublinhamos o papel fundamental dos acordos sobre o quais a linguagem assenta. Dissemos então: a regularidade dos fatos naturais concorre para o acordo de aplicação e definição sem os quais a linguagem não se realiza enquanto tal. Se cada um de nós, no exercício de uma atividade trivial qualquer, como a prática de determinar o peso de uma fatia de queijo, chegássemos sempre a resultados dispares, o jogo de determinar o peso segundo conhecemos encontraria um fim. Para que nossos jogos tenham pleno uso e sentido, é preciso não só que estejamos de acordo sobre as regras (acordo de definição), mas também sobre como aplicá-las (acordo de julgamento). O acordo na aplicação, por sua vez, supõe a regularidade das condições de aplicação.

Wittgenstein sugere um exemplo que pode nos auxiliar a indicar de que maneira essa questão se vincula ao problema que estamos discutindo aqui. Nas *Investigações Filosóficas* ele apresenta um caso no qual um pupilo manifesta um comportamento diferente do esperado: após dominar a série de números naturais, para espanto do seu mestre, ele estranhamente escreve 1000, 1004, 1008, 1012, como resultado da expansão da série +2. Desse caso, Wittgenstein anota a seguinte conclusão:

A partir de sua *natureza*, essa pessoa entende essa ordem, segundo nossas explicações, assim como nós entendemos a ordem: “adicione 2 até 1000, 4 até 2000, 6 até 3000, etc.”<sup>136</sup>.

Que façamos, e possamos fazer, sempre *o mesmo* ao expandir a série +2 a partir dos números naturais, depende não apenas da eficiência das instruções que o tutor oferece ao pupilo, mas de um acordo acerca daquilo que devemos reconhecer como o mesmo (*gleich*). Não é contraditório, nem se deve classificar como uma impossibilidade lógica, que o pedido

---

136 “Dieser Mensch versteht von Natur aus jenen Befehl, auf unsere Erklärungen hin, so, wie wir den Befehl: ‘Addiere bis 1000 immer 2, bis 2000 immer 4, bis 3000 immer 6, etc.’”. WITTGENSTEIN, **Philosophical Investigations**, § 185. (grifo nosso)

de expansão da série +2 redunde na sequência 1000, 1004, 1008, 1012, etc., pois lembremos: a palavra “regra” e a palavra “acordo” estão correlacionadas<sup>137</sup>. Mas não é um acordo de qualquer tipo. Pretendemos evitar uma leitura em específico, aquela que compreende a arbitrariedade como capricho, assim, convém sublinhar que se trata de um acordo, “não de opiniões, mas de formas de vida”<sup>138</sup>.

O ponto em que essa discussão interessa à autonomia consiste em que possamos mostrar que nossas práticas são expressões de um acordo que nos habilita *a seguir do mesmo modo*, a realizar o *mesmo* juízo na aplicação das nossas regras. Mas o que importa é: *poderíamos não estar de acordo*. E, porque é possível que não estejamos de acordo sobre aquilo que reconhecemos como o mesmo, o entendimento das instruções, das regras, não exclui a possibilidade de que, em algum ponto, as ações de alguém se desviem daquilo que consideraríamos conforme a regra. Assim, Wittgenstein aponta, é perfeitamente possível que um professor e seu pupilo reajam diferentemente à mesma regra, +2. Enquanto o professor anota os seguintes números, 1000, 1002, 1004, seu pupilo, com a mesma naturalidade, escreve 1004, 1008, 1012, após ter atingido 1000. Segundo Wittgenstein, é de nenhum uso insistir em indicar e “repetir os mesmos velhos exemplos e explicações”. Aqui, atingiu-se o ponto em que a *natureza* da cada um corre em sentido diferente, impossibilitando um acordo por meio do qual ganham sentido e uso, a técnica e as práticas envolvidas na emprego da regra e do jogo onde ela se situa.

O ponto em que essa discussão interessa à heteronomia e à gama de aspectos que nos preocupam aqui consiste em que possamos comentar e explorar a *natureza* que parece determinante para o acordo e, portanto, para que a linguagem se reconheça enquanto tal. Inicialmente, devemos ter em conta algo já destacado: não é necessário que estejamos de acordo acerca do que identificamos como *o mesmo, como igual*. No entanto, isso não significa que o acordo que ora ampara nossas práticas seja objeto de decisão. Reconhecer a contingência dos nossos acordos não corresponde a transformá-los em questões a serem resolvidas por meio de escolhas. O acordo que nos torna capazes de agir com regularidade, de empregar os mesmos conceitos, nós mal o notamos. Não o notamos porque ele está continuamente diante dos nossos olhos, é um fato da história natural humana. As observações que Wittgenstein alega ter constatado dizem respeito ao fato de que agimos assim e assim — e

---

137 Cf. WITTGENSTEIN, *Philosophical Investigations*, § 225.

138 WITTGENSTEIN, *Philosophical Investigations*, § 241.

sobre isso, não restam dúvidas<sup>139</sup>. Pois que o acordo é vivenciado como a expressão de uma natureza\*, algo que foge ao domínio da deliberação, que experimentamos como uma compulsão natural. Isso explica certos comentários acerca do “dever” lógico, como quando se observa que o dever matemático é “a expressão de uma atitude em relação a uma técnica de cálculo”<sup>140</sup>.

É a partilha dessa atitude que nos conduz, nos mantém presos a uma espécie de *trilho invisível* que nos guia na expansão de uma série a partir de uma regra. É um acordo acerca de como seguir, de como agir em cada nova etapa da série. Mas, se a atitude e se o acordo são como uma natureza para nós, a cada nova etapa nós “sabemos” como agir, e agimos sempre em acordo\*\*, mas agimos cegamente — não há escolha envolvida. Fomos treinados a reagir assim e assim reagimos quando a ocasião nos solicita. Se fomos treinados para reagir assim, é compreensível que não saibamos como seria de outro modo. Se resolve assim a cegueira própria às ações conforme a regra<sup>141</sup>. Não há portanto uma determinação prévia, expressão degenerada que a imagem de trilhos invisíveis alimenta, mas uma impossibilidade de agir de outro modo que é a face especular de um treinamento que nos capacita a fazer sempre *o mesmo*, a repetir os *mesmos* passos.

Insistimos no acordo, na atitude, para conjurar a escolha e fazer entender que a capacidade que o treinamento engendra, que se expressa no uso dos conceitos, não deixa alternativas, afasta a possibilidade de escolha — mas principalmente para realçar o fato de que o entendimento que fazemos deles depende de aspectos contingentes, *as formas de vida*. Torna-se mais compreensível a perspectiva segundo a qual não nos são dadas alternativas aos nossos conceitos quando compreendemos as formas de vida como fatores decisivos para constituição do sentido. Retornemos à pergunta de Wittgenstein: podemos escolher um estilo de pintura à vontade? Tanto quanto podemos escolher nossa nacionalidade, nossas raízes étnicas. Ser europeu ou africano, depende, não de uma escolha, mas de circunstâncias que escapam ao nosso controle. E embora, em algum sentido, possamos nos distanciar das nossas raízes, isto é, das circunstâncias nas quais nascemos e fomos criados, tais circunstâncias provêm o sistema de referências com base no qual nos aproximamos de uma cultura estranha

139 WITTGENSTEIN, *Philosophical Investigations*, § 415.

\* Quer pelas observações que registramos no parágrafo 185 das *Investigações Filosóficas*, quer pelo registro no parágrafo 678 do segundo volume das *Observações sobre a filosofia da psicologia*.

140 WITTGENSTEIN, *Remarks on the foundations of mathematics*, VII, § 67.

\*\* No que diz respeito ao cálculo, a possibilidade de predizer, profetizar os resultados futuros está fundada nesse consenso que é parte essencial da técnica de calcular. Cf. WITTGENSTEIN, *Remarks on the foundations of mathematics*, III, § 66-73.

141 WITTGENSTEIN, *Philosophical Investigations*, § 219.

à nossa. Observações desse gênero não tem o peso de teses filosóficas destinadas a advogar em favor de uma perspectiva que afirma o encarceramento ou a determinação que aspectos de natureza as mais diversas (cifrados na expressão formas de vida) exercem sobre nós. Antes, assemelham-se aos registros nos quais se esclarecem as consequências de uma certa educação (de um treinamento) para constituição daquilo que julgamos “natural”, destacando em particular dois fatores: a relação de autoridade que marca o vínculo entre o professor e o aluno, o adulto e a criança, e a herança inexoravelmente absorvida que provem dessa relação (embora se reconheça, apenas posteriormente, a possibilidade de colocá-las em dúvida)<sup>142</sup>.

Parte fundamental do processo sistemático de educação e do processo natural de aprendizagem consiste na conformação gradativa de uma sistema de crenças e de uma série de aspectos ligados a elas. Nesse desenvolvimento há questões que simplesmente não se colocam, mas que são aceitas, *engolidas*, como consequências das coisas que aprendemos<sup>143</sup>. Pouco a pouco tais crenças se sedimentam, perfazendo assim uma imagem de mundo (*Weltbild*) que cumprirá a função de substrato das nossas afirmações e questionamentos<sup>144</sup>. Não é nosso propósito esgotar questões tão complexas e produtivas, mas apenas documentar e indicar a maneira como elas se amarras aos problemas que estamos discutindo aqui.

Queremos, aqui, tão somente apontar para aquilo que nos é dado, escapando à armadilha de pensar que se trata de uma questão de escolha — e, ao mesmo tempo, esclarecer que o que nos é dado, que os aspectos contingentes decisivos para o sentido dos nossos conceitos não são restrições empíricas que se impõe sobre nós, portanto, esclarecer o estatuto da relação entre eles. Nas *Investigações* Wittgenstein oferece elementos que ajudam a pensar o plano geral em que essa discussão se localiza. Separemos algumas passagens que, espalhadas ao longo do livro e ambientadas cada uma delas em contexto particular, estão essencialmente ligadas à questão que agora nos preocupa. No primeiro parágrafo Wittgenstein escreve: “em algum lugar as explicações encontram um fim”. Na discussão sobre o modelo agostiniano da linguagem já podemos reconhecer a recusa em estender para além do limite apropriado o poder das explicações. Explicações já supõem o domínio do jogo, por isso o aprendizado da linguagem, para as crianças, se realiza não por meio de explicações, mas por treinamento (*Abrichten*)<sup>145</sup>. A noção de treinamento realça uma vez mais a relação de autoridade com o adulto ou professor, bem como a carga hereditária que criança precisa

142 WITTGENSTEIN, *On Certainty*, § 160-1.

143 WITTGENSTEIN, *On Certainty*, § 144.

144 WITTGENSTEIN, *On Certainty*, § 162.

145 WITTGENSTEIN, *Philosophical Investigations*, § 5.

absorver inquestionavelmente a fim de que possa, dominando uma linguagem, por questão o que lhe foi ensinado. Mais adiante, uma formulação mais nitidamente próxima ao ponto que nos preocupa é apresentada: “A justificação através da experiência tem um fim. Se não tivesse, não seria justificação”<sup>146</sup>. Justificação, Wittgenstein nos auxilia, “consiste em apelar para alguma coisa independente”<sup>147</sup>.

Assim, vê-se que a linguagem não se explica mediante a remissão a elementos extralinguísticos, a nada de independente dela mesma. Mas então, quando as explicações encontram um fim, quando as justificações se esgotam, para onde somos levados senão de volta a uma natureza que nos impõe um simbolismo adequado à suas feições? A práticas e ações injustificadas. Quando a busca por justificações e explicações retorna cega e insistentemente, tudo que nos resta a oferecer é uma resposta como essa: “assim eu ajo”<sup>148</sup>. Tudo que nos resta é apontar para um comportamento costumeiro, forjado mediante treinamento ou nas circunstâncias em que se aprende a falar. Mas o emprego injustificado da linguagem não é sem razão<sup>149</sup>. Ele é um lance num jogo de linguagem, numa rede de ações que vinculam-se entre si como os movimentos de um jogo de xadrez, na estrutura normativa que lhe é própria.

A contingência própria às nossas práticas linguísticas é novamente destacada através do movimento que realça o papel fundante de ações injustificadas. Nada nos constrange a estar de acordo em nossas ações. E, no entanto, essa harmonia, esse acordo é necessário à linguagem. Em algum ponto, seus usuários devem fazer o mesmo ao declarar: “assim eu ajo”. Ao final, se a justificação não tem mais lugar e o que resta aos falantes para explicar seu procedimento é apontar para uma ação que reflete um costume, a lógica da nossa linguagem pressupõe o acordo que garante a regularidade, que dá lugar às instituições e costumes que caracterizam os comportamentos linguísticos. O acordo das práticas e julgamentos é um fato da história natural humana. Os conceitos estão envolvidos numa armação (*Gerüst*) de fatos<sup>150</sup>, e a regularidade que a constância de tais fatos garante torna nossos conceitos, não verdadeiros ou corretos, mas significativos, úteis e aplicáveis.

---

146 WITTGENSTEIN, *Philosophical Investigations*, § 485.

147 WITTGENSTEIN, *Philosophical Investigations*, § 265.

148 WITTGENSTEIN, *Philosophical Investigations*, § 217.

149 WITTGENSTEIN, *Philosophical Investigations*, § 289.

150 WITTGENSTEIN, *Zettel*, § 350.

Se o acordo é um fato, é sempre possível pensar um arranjo diferente. As práticas em acordo poderiam ser outras — mas não poderiam não existir\*. O acordo é um pré-requisito, pois não há linguagem sem que exista uma comunhão elementar de ações e julgamentos. A condição factual do acordo designa o aspecto não arbitrário da linguagem, aponta para o arcabouço no qual as práticas, regras e convenções linguísticas se instalam, à armação que lhes empresta sentido. As ferramentas linguísticas são forjadas para responder ao ambiente ao qual se vinculam, para influi-lo e modificá-lo. O sentido de todo o seu engenho liga-se inseparavelmente a esse ambiente que, poderíamos dizer, lhe é dado. Por meio da linguagem os homens criam, não o mundo, as coisas, os fatos e elementos organizados por ela, mas tão somente a maneira como representá-los<sup>151</sup>.

Aquilo que nos é dado antes da própria organização conceitual, o ambiente — se podemos denominar assim — no qual a linguagem se constitui, não é outra coisa senão a nossa forma humana de vida. Wittgenstein apresenta assim essa ideia: “O aceito, o dado — pode-se dizer — são *formas de vida*”<sup>152</sup>. Em outras passagens ideias semelhantes são oferecidas, ideias que pretendem indicar que o significado de certas ações recua até atingir, não uma causa ou justificação lhe explique, mas uma forma compartilhada de agir que, nessa condição, passa a servir de base para as justificações propriamente ditas. O medo do fogo não está baseado numa experiência prévia, antes, ele integra o arcabouço de fatos que envolvem nossos conceitos, faz parte da rocha dura contra a qual se detém o ímpeto explicativo. Mas isso significa que nossa reação diante do fogo, bem como outras ações, são injustificadas? Uma contestação poderia se apresentar assim: o temor que um animal manifesta perante o fogo é justificado? Aqui, a imagem nos ensina a afastar o pendor a justificar nossas ações e aceitar que nosso comportamento se orienta, em certos casos, segundo uma natureza, conforme algo que nos é dado. “Nossa confiança é justificada? — O que as pessoas aceitam como justificação — mostra como elas vivem e pensam”<sup>153</sup>. A confiança que manifestamos ao reagir prontamente diante do fogo não é efeito de uma sólida base justificativa, mas expressão do *fato* de “agirmos assim”, de um modo de agir compartilhado, de ações, poderíamos dizer, prescritas pela nossa forma de vida. E a possibilidade mesma de encontrar justificativas para as nossas reações, de construir um sistema de hipóteses, um engenho teórico dentro do qual

\* Por essa razão Wittgenstein afirma que se uma proposição da lógica dissesse que os seres humanos estão de acordo de tal e tal maneira, então seu contraditório seria não a *ausência* de tal acordo, mas um outro acordo, diferente. Cf. WITTGENSTEIN, **Remarks on the foundations of mathematics**, VI, § 49.

151 BOUVERESSE. **La force de la règle**. p. 59.

152 WITTGENSTEIN, **Philosophical Investigations**, II, xi, p. 226.

153 WITTGENSTEIN, **Philosophical Investigations**, § 325.

certas reações são postas na qualidade de efeitos precipitados por certas causas, depende desse conjunto de ações e reações que perfazem o arcabouço de fatos que pode emprestar sentido a um tal projeto, que envolvem os conceitos nele contido, oferecendo-lhes espaço.

Ações desse gênero são resultados de processos reflexivos, tanto quanto podem ser as ações dos animais. Essa aproximação nos ajuda a reiterar um ponto importante: é preciso reforçar o fato de que a cadeia de explicações e justificações chega ao fim, e, ao final, restam-nos apenas práticas que manifestam uma confiança, uma certeza que repousa para além do justificado e injustificado — “é como se fosse algo animal”<sup>154</sup>.

A metáfora do animal, a imagem da linguagem como uma espécie de natureza, ajuda a entender a relação que mantemos com os nossos conceitos, a esclarecer o estatuto da correspondência que os liga aos fatos naturais. Uma elucidação semelhante importa decisivamente para nossa preocupação imediata: aclarar o sentido em que a heteronomia pode ser admitida sem que essa admissão impugne a autonomia gramatical. O desafio consiste em refutar, uma vez mais, a ameaça que se representa na inclinação a considerar a natureza, os fatos ou aquilo que reconhecemos como o dado (*Gegebene*), como elementos que tornam corretos nossos conceitos, que os justificam. A autonomia nos resguarda da tentação de justificar as regras da gramática por apelo à realidade. A heteronomia, por sua vez, através da ênfase nos contextos, nas armações factuais fora das quais nossos conceitos perdem o sentido, baliza a autonomia, impedindo que usos ilegítimos façam-na confundir com uma espécie de transcendentalismo.

No entanto, mais uma vez, um conjunto de ideias e expressões — interesses, propósitos, natureza, formas de vida, etc. — parece animar o ímpeto contra o qual a autonomia foi convocada a responder. E agora, em razão do caráter e importância de algumas dessas noções, além do reconhecimento explícito do próprio autor, é como se a tentação de justificar nossos conceitos retornasse com fôlego renovado e maior poder. Porém, essa é uma falsa impressão. A fim de tornar claras as razões porque recusamos pensar assim, devemos nos fazer algumas perguntas: a gramática pode ser justificada pelos seus interesses e propósitos? Podemos dizer que uma gramática é correta de acordo com certos interesses e propósitos que, ao que parece, nos são dados?

Para responder tais perguntas, primeiro, devemos recordar novamente um importante comentário de Wittgenstein: justificar consiste em apelar para algo independente. Assim

---

154 WITTGENSTEIN, *On Certainty*, § 356.

sendo, uma nova pergunta se faz necessária: os propósitos e interesses podem ser reconhecidos como independentes da linguagem que os realiza? Se queremos justificar os nossos conceitos segundo seus propósitos, devemos reconhecer que eles determinam *de fora*, por assim dizer, como a linguagem deve ser construída para que possa realizá-los. A exterioridade dos propósitos impõe algo como uma primazia. Deveríamos primeiro investigar os propósitos para então entender a linguagem por meio da qual nós os alcançamos. Isso parece claro no modo como Wittgenstein se posiciona a respeito do tema: “Se fosse dito: ‘Linguagem é tudo que alguém pode usar para se comunicar’, então deveríamos perguntar: Em que consiste o ‘comunicar’?”<sup>155</sup>. Nesse fragmento podemos ver o modo como o primado da comunicação é enfatizado pela pergunta que denota sua anterioridade. É como se Wittgenstein perguntasse: já que a própria linguagem se define em função da comunicação, em que consiste esse comunicar que apreendemos antes mesmo de possuir uma linguagem e pelo qual definimos um simbolismo apropriado? A linguagem é algo projetado para um propósito, e o propósito antecede e existe independentemente da sua realização<sup>156</sup>.

Nas *Investigações* Wittgenstein rejeita a redução da linguagem à condição de mero instrumento na realização de propósitos, e o faz combatendo o mais destacado propósito: a comunicação.

Não: “sem linguagem nós não poderíamos nos comunicar uns com os outros” — mas sim: sem linguagem nós não podemos influenciar outras pessoas de tal e tal maneira; não podemos construir estradas e máquinas, etc.. E também: Sem o uso da fala e da escrita as pessoas não podem se comunicar<sup>157</sup>.

A negativa inicial quer não impedir que enxerguemos a linguagem como uma ferramenta comunicativa, mas evitar que ela seja definida como um meio de comunicação. “Alguém pode dizer: Sem a linguagem nós não poderíamos nos comunicar. Não, isso não é assim como: Sem o telefone nós não poderíamos falar da América para a Europa”<sup>158</sup>. A linguagem não se define como uma ferramenta relativa a certos fins — embora essa recusa não signifique que estejamos negando sua condição de ferramenta, isto é, os efeitos causais que ela pode produzir, efeitos reconhecidamente importantes e decisivos. Por essa razão, Wittgenstein apresenta, logo após a negativa, uma breve lista de outros propósitos. Tais

155 WITTGENSTEIN, *The Big Typescript*, p. 146.

156 SCHWYZER, Robert. Autonomy. In: GLOCK, Hans-Johann (org). *Wittgenstein: A critical reader*. Oxford: Blackwell Publishers, 2001, p. 291.

157 WITTGENSTEIN, *Philosophical Investigations*, § 491.

158 WITTGENSTEIN, *The Big Typescript*, p. 148.



propósitos ajudam a compor um quadro de usos diferenciados, distintos e igualmente importantes, mas o ponto forte da posição wittgensteiniana não consiste em apontar para a pluralidade de propósitos, mas em recusar-lhes o interesse de uma investigação filosófica.

O que importa a uma investigação filosófica não são os possíveis efeitos que uma linguagem pode produzir, efeitos que mantém com a linguagem uma ligação meramente externa, mas *como* ela produz o que quer que seja.

Regras gramaticais não são aquelas (empíricas, naturalmente) de acordo com as quais a linguagem tem que ser construída para cumprir seus propósitos. A fim de atingir um efeito particular.  
Antes, elas são a descrição de como a linguagem faz — o que ela sempre faz<sup>159</sup>.

Não sem razão, Wittgenstein insiste que a explicação, em filosofia, deve dar lugar à descrição<sup>160</sup>. À filosofia caberia tão somente descrever os usos da linguagem — sem buscar fundamentos<sup>161</sup>. Os fundamentos podem decerto interessar às ciências, na medida em que elas se interessam pelas causas determinantes para que a linguagem tivesse a configuração que tem. A filosofia se interessa, por assim dizer, apenas pela *forma* da linguagem<sup>162</sup>. Isso se esclarece na mobilização da imagem de jogo, nos usos que se faz da aproximação entre os atos linguísticos e os lances de uma partida de xadrez. Muito propósitos podem ser atribuídos ao jogo de xadrez, através dele os jogadores podem talvez encontrar alguma satisfação, divertimento, dentre outras coisas, mas o interesse que um jogador pode ter na prática do jogo, uma finalidade visada, não entram numa descrição do seu funcionamento. O jogo de xadrez se arma com independência dos propósitos em relação aos quais ele é jogado. O ponto de vista causal não é sem importância, ao contrário, é fundamental que possamos influenciar pessoas por meio da linguagem, construir estradas, pontes e nos comunicar — tanto quanto importa, ao jogo de xadrez, que ele possa trazer alguma satisfação e divertimento aos seus jogadores.

Para quem costuma encontrar diversão jogando xadrez, a escolha não é arbitrária, bem como não são arbitrárias as palavras expressas por alguém numa ocasião específica<sup>163</sup>. Um pai que ordene a seu filho: “Arrume seu quarto!” acredita que com essas palavras pode alcançar seu propósito. E talvez de fato consiga alcançá-lo! Mas o sentido da sua ordem independente

159 WITTGENSTEIN, *The Big Typescript*, p. 145.

160 WITTGENSTEIN, *Philosophical Investigations*, § 109.

161 WITTGENSTEIN, *Philosophical Investigations*, § 124.

162 WITTGENSTEIN, *The Big Typescript*, p. 144.

163 WITTGENSTEIN, *The Big Typescript*, p. 148.

do sucesso da sua investida. É de importância indiscutível o caráter instrumental da linguagem, a possibilidade de que, por meio dela, possamos realizar tarefas das mais simples, como levar as crianças a arrumar seu quarto, até as mais complexas, como ir à lua. Mas o sentido das nossas expressões linguísticas não se deve aos seus resultados. Assim, o sentido de uma ordem como “Arrume seu quarto!” independe do efeito que ela provoca — uma ação deliberadamente contrária pode bem indicar compreensão e entendimento. Uma ordem se explica na relação interna entre as práticas, no contexto em que ela é emitida, como um lance de xadrez se explica em sua circunstância, bem como nas regras que dirigem quer o nosso uso das palavras, quer a prática do jogo — pois não inferimos o significado a partir dos seus efeitos. Desse modo, a uma investigação gramatical importa, não o modo pelo qual a linguagem logra realizar os propósitos aos quais nós a subordinamos, mas a constituição do sentido das palavras e expressões por meio das quais nós pretendemos realizar nossos propósitos. Wittgenstein se expressa do seguinte modo:

A gramática não nos diz como a linguagem deve ser construída para atingir seus propósitos, para afetar as pessoas de tal e tal maneira. Ela apenas descreve, mas de nenhuma maneira explica o uso dos signos<sup>164</sup>.

A explicação causal da linguagem não dá conta justo do que está destacado na metáfora do jogo: a estrutura normativa, as ligações internas que uma gramática inaugura. É nesse sentido em que podemos dizer que a gramática é arbitrária, conforme o parágrafo imediatamente posterior, “o propósito (*Zweck*) da gramática é apenas o da linguagem”<sup>165</sup>. Isto é, o propósito da gramática não excede o âmbito estrito da linguagem, não se dirige à nada além dela. A gramática portanto não se determina segundo propósitos externos à linguagem. Em verdade, a própria busca por propósitos externos já compreende o equívoco de desfazer relações internas, de divorciar os propósitos, da linguagem que os apresenta e os torna possíveis — como se pudéssemos falar do propósito da comunicação fora de uma linguagem, assim como podemos falar do propósito de produzir um prato saboroso, ainda que não tenhamos dominado as regras pelas quais poderíamos realizá-lo<sup>166</sup>. Uma objeção cortante ilustra a posição de Wittgenstein a respeito:

Uma intenção está embutida na situação, nos costumes e instituições humanas. Se não existisse a técnica de jogar xadrez, eu não poderia ter a

---

164 WITTGENSTEIN, *Philosophical Investigations*, § 496.

165 WITTGENSTEIN, *Philosophical Investigations*, § 497.

166 SCHWYZER, *Autonomy*, p. 292.

intenção de jogar uma partida. Desde que tenho antecipadamente a intenção de formar uma frase, isto só é possível pelo fato de eu poder falar esta língua<sup>167</sup>.

Vê-se que, de fato, sem a linguagem nós não poderíamos nos comunicar, se com isso queremos dizer que não é possível abstrair a comunicação da linguagem que a torna possível. Os propósitos estão embutidos numa linguagem, são lances do seu jogo, sendo, portanto, expressos em ações regradas cujas consequências são normativamente determinadas — e não causalmente determinadas. De modo similar, o intuito de operar um roque ou o propósito de aplicar um xeque-mate são intenções internamente relacionadas ao jogo de xadrez, razão porque Wittgenstein destaca a semelhança entre a invenção de um jogo e a invenção de uma linguagem<sup>168</sup>. Aqui, a imagem de um jogo realça os aspectos que importam ao esclarecimento de conceitos como entendimento e intencionalidade, pois sublinha a impossibilidade de que a comunicação se realize senão através do emprego de signos linguísticos pretendidos e entendidos<sup>169</sup>. Isto significa que, na ausência de uma prática estabelecida, de um costume, de uma instituição, certos comportamentos podem provocar consequências naturais — o canto do galo parece naturalmente atrair as galinhas —, mas tais consequências não podem ser reconhecidos como respostas ao comportamento ou ação inicial<sup>170</sup>. Pois responder a uma ação, a um comportamento, é um costume próprio daqueles que já dominam uma técnica, uma linguagem. Grande parte das expressões linguísticas é dirigida a algum propósito e quase sempre os signos de uma linguagem tem efeitos causais — como efeito que a ordem “Arrume o quarto!” pode surtir sobre um filho obediente —, mas tais efeitos são resultado do entendimento, ou seja, de que os signos linguísticos sejam, para os usuários de uma linguagem, *razões* para agir de tal e tal modo.

O fenômeno da linguagem é expressão desse jogo relacional onde as ações são compreendidas como respostas aos lances que as antecedem, às circunstâncias que as envolvem, sendo as respostas consequências do entendimento. Se alguém é apto a entender um comportamento como consequência do entendimento do significado de certa ação, então essa pessoa já domina uma linguagem. Do mesmo modo, o propósito da comunicação — como qualquer outro propósito — já supõe o domínio do jogo por meio do qual a intenção de se comunicar se manifesta, domínio que nos capacita a reconhecer diferentes gêneros de

---

167 WITTGENSTEIN, *Philosophical Investigations*, § 337.

168 WITTGENSTEIN, *Philosophical Investigations*, § 492.

169 HACKER, Peter. *Wittgenstein: Mind and Will*. Oxford: Basil Blackwell, 1996, p. 247. (Volume 4)

170 SCHWYZER, *Autonomy*, p. 293.

comportamento como estando internamente conectados, e nos capacita a intencionalmente comunicar aos outros nossos pensamentos.

Assim, os propósitos pressupõem a instituição de uma linguagem, seus costumes, os usos regulares que forjam os hábitos e as ligações entre diferentes comportamentos, comportamentos que se unem, não por laços causais, mas pelos vínculos normativos de uma rede gramatical.

Por fim, o campo de tensões que alimenta a discussão em torno da autonomia parece nos conduzir por uma espiral que ora nos afasta, ora nos aproxima, sem nunca realizar uma aproximação definitiva com a autonomia — ou com a heteronomia. É que cada gesto filosófico que pode representar e manifestar o interesse em favor de uma posição está comprometido com um pilar indispensável da concepção de filosofia que Wittgenstein sustenta; e eles se articulam sem se excluir. Pretendemos desenvolver e dar acabamento a essa ideia em nossa conclusão. Agora, resta-nos indicar que uma parcela da ameaça à autonomia que examinamos nesta seção tem origem no mal-entendido que consiste em emprestar às armações factuais que envolvem nossos conceitos um estatuto empírico. Nas investigações filosóficas de Wittgenstein, as armações factuais são, de alguma maneira, componentes lógicos do trabalho da nossa linguagem, fatores que emprestam sentido às ações que se desenrolam em seu meio\*.

Isso significa que o interesse que eles podem despertar num filósofo é relativo tão somente à importância que lhes é preciso imputar no funcionamento da linguagem. Portanto, no que diz respeito aos elementos e circunstâncias que nos são dados, às formas de vida em meio às quais nossas ações tem lugar, não é de nenhum valor filosófico o projeto de identificá-los — tampouco a ideia equivocada que consiste em considerá-los determinantes para configuração da nossa linguagem, como se pudéssemos, assim, justificar nossos conceitos apontando para os elementos componentes da nossa forma de vida. Fatos novos em nada podem auxiliar a atividade filosófica, pensa Wittgenstein<sup>171</sup>. Antes, a filosofia está ocupada somente com o que está ao alcance dos olhos, e é nesse sentido em que elementos empíricos importam à linguagem. Além do mais, uma investigação dirigida pelo intuito de buscar os aspectos decisivos da nossa forma de vida, aspectos determinantes para a

---

\* No entanto, é preciso ressaltar o uso da expressão componente lógico, pois embora os fatos representem o pano de fundo indispensável à linguagem, não se diz deles que sejam componentes à maneira de elementos a serem mobilizados no treinamento ou na explicação do significados das palavras.

171 WITTGENSTEIN, *Philosophical Investigations*, § 89.

conformação da nossa linguagem tal como ela é, não lograria revelar nada, absolutamente nada de novo. Isso, pela mesma razão porque os fatos naturais de grande generalidade nos escapam, pela mesma razão porque o colapso das circunstâncias normais nos faz ver o papel que a regularidade da natureza desempenha no exercício dos nossos jogos de linguagem. Porque eles são não os elementos cênicos com os quais atuamos, com os quais jogamos, mas o grandioso cenário cuja presença constante diante dos nossos olhos acaba por, surpreendentemente, torná-lo invisível. Não diria nada de informativo alguém que revelasse a um tenista a subordinação (dependência) que a prática do tênis mantém com a gravidade terrestre. Este, talvez, nunca tenha refletido sobre essa dependência — e tem *razão* em não tê-lo feito.

Nossas práticas linguísticas acontecem sob o pano de fundo de fatos muito gerais (regularidades naturais, acordos que cria uma comunhão de juízos, etc.); tal condição, a condição de pano de fundo, significa que os fatos não são componentes integrados aos nossos conceitos, nem tem papel no treinamento que visa explicar o significado das nossas expressões e inculcar um hábito, um uso regular — antes, eles compõem a ampla moldura em que se instalam nossos conceitos, e assim podemos nos lembrar, sempre, que o falar de uma linguagem é parte de uma atividade, de uma forma de vida. Um fragmento pode ser de algum uso aqui:

Diz-se frequentemente: os animais não podem falar porque lhes falta capacidade mental. E isso significa: “Eles não pensam, por isso não podem falar”. Mas: eles apenas não falam. Ou melhor: eles não usam a linguagem — se abstrairmos as formas mais primitivas de linguagem. — Comandar, perguntar, contar, conversar, pertencem à nossa história natural assim como andar, comer, beber, jogar<sup>172</sup>.

Não é trivial que Wittgenstein tenha se atido à simples constatação de que os animais não sabem falar — recusando a explicação segundo a qual eles não falam, porque não pensam, e que, em seguida, tenham consorciado práticas “culturais” às ações “naturais”. Em verdade a recusa parece justamente a dissolução da barreira que as separava em duas categorias distintas: uma amparada na natureza, outra, cujo amparo caberíamos investigar, esclarecer, esmiuçar. Muito poderia ser dito sobre este fragmento, aqui, importa apenas que ele seja um pretexto interessante (e certamente relacionado ao tema) para que possamos observar que nossa linguagem está indissociavelmente ligada a certos fenômenos

---

172 WITTGENSTEIN, *Philosophical Investigations*, § 25.

antropológicos que não tornam corretos nossos conceitos, mas que lhes dão significado, restando nossa linguagem, nossa gramática, infensa ao perigos da justificação — portanto, autônoma.

## 5 CONCLUSÃO

A autonomia é o signo de preocupações que passaram incólumes às transformações do pensamento de Wittgenstein. Nosso trabalho apontou as reminiscências acumuladas ao longo do processo de transformação. Desde o *Tractatus* manifesta-se o cuidado sistemático em evitar a confusão do trabalho filosófico com o empreendimento científico. Portanto, uma concepção de filosofia singular está na base do esforço em conservar as propriedades da atividade filosófica das ameaças que a fazem confundir com o trabalho científico.

Nas *Investigações* esse traço se preserva e, examinando algumas passagens importantes, podemos oferecer um plano geral, à título de conclusão, que lance luz sobre as etapas anteriores do nosso trabalho, destacando sua unidade e seu direcionamento. O ponto de partida será um trecho emblemático, situado num bloco de parágrafos dirigido a temas similares, ao qual já nos reportamos algumas vezes. Nele, lê-se:

Era certo que nossas considerações não deviam ser considerações científicas. A experiência, “de que isso e aquilo possa ser pensado contra nosso preconceito” — o que quer que isso signifique — não pode nos interessar. (A concepção pneumática do pensamento). E não devemos construir nenhuma espécie de teoria. Não deve haver hipóteses em nossas considerações. Toda *explicação* deve desaparecer, e ser substituída apenas por descrição. E esta descrição recebe sua luz, isto é, sua finalidade, dos problemas filosóficos. Esses problemas não são empíricos, mas resolvidos por meio de um exame do trabalho da nossa linguagem e de tal modo que estes sejam reconhecidos: *contra* o impulso de mal compreendê-los. Estes problemas são resolvidos, não pelo acúmulo de novas experiências, mas mediante a combinação do que há muito já é conhecido. A filosofia é uma luta contra o enfeitiçamento do nosso entendimento pelos meios da nossa linguagem<sup>173</sup>.

Muitos aspectos interessantes são abordados nessa longa passagem. Ela nos oferece um painel completo de elementos que devemos ter em mente quando examinamos a questão da autonomia. Fundamentalmente, devemos destacar o mais decisivo: a recusa em conceder a natureza empírica aos problemas filosóficos. Esse é o núcleo em torno do qual as outras questões orbitam, o tronco de onde ramificam múltiplas linhas de observações e considerações. Não sendo empíricos, os problemas filosóficos se resolvem, portanto, não por intermédio de expedientes semelhantes aos expedientes científicos. Em linhas gerais, poderíamos dizer — não sem algum risco — que as sinuosas vias, os exemplos e casos limites

---

173 WITTGENSTEIN, *Philosophical Investigations*, § 109.

mobilizados na ilustração das questões relativas à autonomia não são outra coisa senão variações que se originam do propósito original de apontar as consequências (inaceitáveis, sob o ponto de vista que estamos aqui apresentando) do emprego de experientes científicos na resolução dos problemas filosóficos. A pretensão de resolver os problemas filosóficos utilizando recursos científicos resulta inevitavelmente na violação da autonomia gramatical — e atesta a falta de clareza sobre trabalho da linguagem.

Os problemas filosóficos se resolvem por meio da descrição gramatical — e descrever significa relatar algo que já se dá, algo “há muito já conhecido”. A investigação filosófica não vai em busca de fatos novos, mas apenas do que já está ao alcance dos olhos<sup>174</sup>. Os problemas filosóficos se originam na falta de clareza sobre o usos das nossas palavras, na ausência de uma representação perspicua (*Die übersichtliche Darstellung*) que nos permita ver as conexões, portanto, que favoreça o entendimento. A ênfase então recai no contraste entre “fatos novos” e “aquilo que está ao alcance dos olhos”, entre o propósito científico de trazer à tona fatos ora desconhecidos e o intuito filosófico de fazer compreender aspectos bem familiares, usos bem conhecidos que, quando degenerados, resultam em mal-entendidos (*Mißverständnisse*). Assim, problemas filosóficos são mal-entendidos que devem ser eliminados. Eles têm origem nas abstrações que nos distanciam do uso cotidiano da linguagem, do solo no qual certas palavras e expressões tem sentido. Tal distanciamento engendra os castelos de areia que então julgávamos solenes e importantes questões filosóficas. O propósito que anima a atividade filosófica, na realização dos misteres à dissolução dos seus problemas, é o próprio estancamento do ímpeto filosófico, isto é, a interrupção da busca por respostas filosóficas, quando nos parece que devemos consultar a filosofia<sup>175</sup>.

Observações desse gênero ajudam a ressaltar um aspecto de extrema importância, o fato de que não podemos nos ausentar do âmbito já organizado pela linguagem a fim de explicá-la — o que nos cabe é tão somente descrever o modo como a linguagem se ordena a fim de que possa servir ao que serve. Não sem razão, Wittgenstein insiste em barrar o impulso que nos compele à busca de fatos que se supõe anteriores à instituição da linguagem. Sua investigação, gramatical, se dirige não aos fenômenos, mas à possibilidade deles<sup>176</sup>. “A regra gramatical descreve a estrutura da linguagem; suas possibilidades”<sup>177</sup>. Portanto, um empreendimento similar ao científico não pode revelar nada que já não seja sabido, nada que

174 WITTGENSTEIN, *Philosophical Investigations*, § 89.

175 WITTGENSTEIN, *Philosophical Investigations*, § 133.

176 WITTGENSTEIN, *Philosophical Investigations*, § 90.

177 WITTGENSTEIN, *The Big Typescript*, p. 149.



já não esteja ao alcance dos olhos. A imagem dos fenômenos — e das suas possibilidades — faz ver a anterioridade da estrutura que os condiciona. Em outras passagens Wittgenstein reforça a mesma ideia: “Nosso erro é buscar uma explicação lá onde nós deveríamos ver os fatos como ‘proto fenômenos’. Isto é, lá onde deveríamos dizer: *esse jogo de linguagem é jogado*”<sup>178</sup>. Esse fragmento é seguramente profícuo. A sugestão de substituir a explicação por fatos compreendidos como ‘proto fenômenos’ (*Urphänomene*) indica uma dupla natureza: de um lado, tais fatos são como fenômenos, partilham suas mesmas características, porém, por outro lado, eles são como anteriores aos fenômenos eles mesmos, e como que inauguram a possibilidade desses, garantindo-a.

Assim, na condição de “substrato” das operações fenomênicas, tais fatos não estão expostos ao mesmo escrutínio ao qual se abrem os fenômenos propriamente ditos, mas não que sejam, por isso, mais profundos, sublimes ou que estejam velados. Dessa forma, quando instigados a explicar os fatos que estruturam as possibilidades da linguagem, deveríamos tão somente constatar: *esse jogo de linguagem é jogado*, pois a cadeia de explicações chegou ao fim, atingiu a rocha dura e intransponível. O outro lado dos fatos, dos proto fenômenos que estão na base das nossas operações simbólicas, não é em verdade uma natureza distinta — posto que eles partilham, como já dissemos, as mesmas características dos fenômenos — mas uma condição diferenciada. Wittgenstein declara que, ao enunciar que sabe de tais e tais coisas, Moore está enumerando proposições empíricas que nós afirmamos sem testes especiais, proposições que tem um papel peculiar no nosso sistema de proposições empíricas<sup>179</sup>. É essa condição peculiar que distingue os fenômenos dos proto fenômenos, essa condição não é nada além do que o seu papel na prática da linguagem (e, tal como num jogo propriamente, o significado de uma peça é o seu papel no jogo<sup>180</sup>). A descrição que cabe à filosofia empreender no intuito de dissolver os problemas filosóficos consiste em destacar, não aspectos factuais, mas a correlação que trava a rede interna de um jogo, o modo como ele funciona, a função que devem desempenhar certas proposições para que ele possa ser exercido.

Portanto, a descrição não implica em tomar parte do que é consequência, propósito ou interesse do jogo, mas apenas descrever o modo como ele se organiza para ser um ferramenta capaz de provocar consequências, atingir propósitos e servir a interesses — na medida em

---

178 WITTGENSTEIN, *Philosophical Investigations*, § 654.

179 WITTGENSTEIN, *On Certainty*, § 136.

180 WITTGENSTEIN, *Philosophical Investigations*, § 563.

que, consequências, propósitos e interesses são lances reconhecidamente determinados pelo jogo no qual eles se inscrevem (como a intenção de dar um xeque-mate está indissociavelmente ligada às regras e ao jogo de xadrez).

Tais observações, no entanto, por vezes alimentam leituras singulares. Na recusa elementar em proceder por meio de expedientes científicos, indicando, simultaneamente, o interesse por algo como que “anterior” aos fenômenos — a possibilidade deles —, vê-se a marca de uma espécie de distanciamento relativo aos fenômenos e ao campo empírico de maneira geral. Desse modo, não a autonomia, mas certas leituras que se fazem dela (ou o risco adivinhado nessa expressão) vão paulatinamente contaminando a filosofia de Wittgenstein com uma espécie de transcendentalismo de todo estranho às suas convicções mais basilares.

A preocupação em evitar leituras semelhantes manifesta-se nas passagens em que se rejeita supostas consequências do caráter arbitrário da gramática. Emoldurado no cenário que apresentamos, tal caráter parece reforçar ainda mais a sensação de que a linguagem está algo distanciada do mundo, de modo que as regras que a constituem se estabelecem com independência de como seja a realidade a qual se aplicam. Wittgenstein insiste, nem toda regra, conceito ou técnica tem aplicação na nossa vida. Desse modo ele destaca a correspondência entre conceitos e fatos, entre o sentido que emprestamos às nossas regras e o contexto e aplicação das quais o significado das nossas expressões depende. Não há algo como um divórcio ou distanciamento entre as regras e a prática do jogo, pois regra e prática estão de tal maneira interligadas que uma alteração nos resultados da aplicação de uma regra pode torná-la sem sentido.

Assim, se por um lado a autonomia preserva a concepção de filosofia, resguardando os limites entre o conceitual e objetivo contra o impulso de justificar os sistemas conceituais por apelo à realidade à qual se dirigem (conforme receituário tipicamente científico), por outro, ela parece solicitar um tipo de contingenciamento que detenha o possível impulso de enxergar em suas observações a insígnia do distanciamento, da espontaneidade das regras, ou melhor — da pureza da lógica da nossa linguagem. Dessa forma, os comentários em que Wittgenstein parece manifestar uma perspectiva ambígua, em que sua posição soa como indefinida à respeito da autonomia, oscilando entre a aceitação e a recusa, não são mais do que falsas impressões relativas à necessidade de conciliar a autonomia à recusa de uma espécie de transcendentalismo, idealismo, ou qualquer espécie de ideia que pense a linguagem como constituída em separado do mundo ao qual ela se dirige. Nos momentos em que tem-se a

impressão de que Wittgenstein recusa a arbitrariedade gramatical são menos ocasiões de indefinição do que momentos em que se pretende balizar os arroubos de uma leitura que, manifestando mal-entendido, considera a autonomia uma espécie de atestado de que a linguagem se constitui no vácuo, para depois aplicar-se ao mundo.

Se podemos designar as poucas oportunidades em que Wittgenstein expressa a preocupação de que seus comentários não se prestem a leituras desse gênero — nas *Investigações* essa preocupação se manifesta nos parágrafos 520, 569 e ao final da página 230 — como expressões de que, em certo sentido, a gramática é heterônoma, não-arbitrária, então devemos considerar os dois movimentos, o que afirma a autonomia e o que aponta a heteronomia, não como antagônicos e contraditórios, mas suplementares. As duas posições não se anulam, mas se endereçam, cada uma delas, a problemas particulares, embora estreitamente relacionados. Em outras obras, a condição suplementar parece melhor documentada. Em *Zettel*, Wittgenstein se expressa nitidamente a esse respeito: “Então tem esse sistema [de cores] algo de arbitrário? Sim e não. Ele está relacionado à arbitrariedade e à não-arbitrariedade”<sup>181</sup>. No *Big Typescript*, ele escreve: “As regras da gramática são num mesmo sentido arbitrárias e não arbitrárias, como a escolha de uma unidade de medida”<sup>182</sup>. Em ambos os contextos, discute-se a relação entre as regras, a gramática, e o contexto empírico, os fatos que emolduram a prática linguística.

Sendo assim, não encontramos no interior da filosofia tardia de Wittgenstein uma indefinição ou qualquer vestígio de inclinação para o abandono da noção de autonomia e arbitrariedade. Encontramos, isso sim, a tenaz recusa em apartar a linguagem do ambiente empírico em que ela se estabelece, recusa que singulariza a maneira peculiar por meio da qual Wittgenstein destaca o trabalho da linguagem, o modo como a necessidade se constitui a partir de circunstâncias empíricas e regularidades naturais. Dissociada das circunstâncias que emprestam sentido às suas regras, a linguagem é um meio intransitável — tanto quanto um terreno excessivamente liso, como o gelo, ao qual a falta de atrito torna quase impraticável o caminhar. Diante do perigo representado pela tendência a idealizar a linguagem, a sublimar a lógica, Wittgenstein sentencia: “De volta ao chão árido!”<sup>183</sup>. A linguagem não dispensa o atrito, a fricção contra o solo rugoso das coisas empíricas.

---

181 WITTGENSTEIN, *Zettel*, § 358. (Entre colchetes, nosso registro)

182 WITTGENSTEIN, *The Big Typescript*, p. 186.

183 WITTGENSTEIN, *Philosophical Investigations*, § 107.

Embora busquem declaradamente entender a essência da linguagem, as investigações filosóficas de Wittgenstein não pretendem revelar algo de profundo, o fundamento da linguagem, suporte de todas as ciências, o sublime e imperecível por trás do contingente e transitório. Não sem razão, um dos parágrafos nos quais a questão é discutida termina descrevendo um tipo de abordagem notoriamente avesso ao seu próprio: as respostas almejadas por uma investigação preocupada em revelar a essência da linguagem devem ser dadas de uma vez por todas e independente de qualquer experiência futura<sup>184</sup>. Não é a pretensão do filósofo distanciar-se das impurezas e da contingência a fim de contemplar a ordem imutável subjacente a todas as coisas. A *ordem* inaugurada pela gramática, se ainda podemos nos expressar assim, vincula-se indissociavelmente à contingência, às impurezas que tornam o solo árido o bastante para que possamos caminhar. Vincula-se de tal modo que a lógica da nossa linguagem é parcialmente determinada pela constância dos resultados da aplicação dos nossos conceitos — caso algum evento provocasse a alteração das réguas e medidores de qualquer gênero, de sorte que eles não estivesse mais de acordo entre si, então seria o colapso da prática de medição<sup>185</sup>, suas determinações não seriam falsas, mas sem sentido. O próprio sentido (*Witz*) dos nossos jogos depende da constância e regularidade às quais se devem a estruturação dos *casos normais* de aplicação.

A experiência futura não só importa para a lógica da nossa linguagem como, em certo sentido, a determina. O fundamental — e retornamos uma vez mais à autonomia — é compreender o sentido dessas observações, compreender o sentido da correspondência entre fatos e conceitos e da determinação alegada. A alteração do ambiente empírico ao qual nossos jogos de linguagem se referem pode determinar seu colapso ou abandono. *Mas isso não significa que a realidade constranja sobre nós uma estrutura conceitual que lhe é própria*. E assim a tensão se reapresenta e se renova, sempre, a cada passo, recolocando o problema da relação entre conceitos e fatos. Como esperamos ter deixado claro no capítulo 3, a questão se resolve pelo esclarecimento do estatuto da correspondência entre as partes.

Aqui, no entanto, o que importa salientar insistentemente é a concepção de filosofia que marca todos esses gestos filosóficos, uma filosofia desinteressada por aquilo que está escondido, que não revela fatos novos, mas apenas descreve o está ao alcance dos olhos de todos: a linguagem cotidiana e os usos que fazemos dela. Tal filosofia não pode, portanto,

---

184 WITTGENSTEIN, *Philosophical Investigations*, § 92.

185 WITTGENSTEIN, *Remarks on the foundations of mathematics*, III, § 74.

oferecer fundamentos<sup>186</sup>. (A descrição do jogo de xadrez, seus lances e regras, não nos oferece nenhuma pista sobre o fundamento do jogo). Na condição meramente descritiva, tudo que lhe resta é constatar: *assim esse jogo de linguagem é jogado*, e essa mera descrição será o quanto basta para dissolver as quimeras resultantes da abstração tipicamente filosófica pela qual suprime-se dos contextos pragmáticos as palavras e expressões da nossa linguagem. Poderíamos designar filosofia aquilo que é possível antes de toda nova descoberta e invenção<sup>187</sup>, portanto, ela não deve preocupar-se com questões de fato, como se os problemas filosóficos tivessem origem no desconhecimento de aspectos relevantes que devem ser trazidos à luz. Recusa-se a tentação de oferecer informações, ou uma teoria mediante a qual buscaríamos desfazer tais problemas.

Lembremos: em lugar de buscar explicação deveríamos tão somente ver os fatos a serem explicados como *proto fenômenos*. Essa imagem que Wittgenstein nos oferece é sem dúvida uma chave valiosa. A condição dos proto fenômenos acena simultaneamente para os interesses da autonomia e da heteronomia, permitindo-nos assim uma visão de unidade que corrobora nosso pensamento de que autonomia verdadeiramente nunca esteve ameaçada pelas observações em que se destaca o sentido (e importância) da heteronomia. A sugestão de enxergar os fatos como proto fenômenos em si mesma já representa o compromisso com uma concepção filosófica que não partilha dos expedientes científicos, pois encarna a própria recusa em proceder por vias explicativas. O ímpeto explicativo que se notabiliza como o destacado inimigo da autonomia, na medida em julga poder reduzir a linguagem às causas que a explicam, na realidade consiste num obstáculo à representação perspicua que poderia auxiliar na dissolução dos problemas filosóficos. Nesse sentido, Wittgenstein escreve: “Quando suprimimos a pergunta ‘por quê’, com frequência nós primeiro percebemos os *fatos* importantes, e então em nossas investigações eles conduzem a uma resposta”<sup>188</sup>. As respostas aos embaraços nos quais a filosofia se vê enredada são estorvadas pelo impulso a lhes responder por meio de explicações, interpondo um por quê que abre espaço a busca por uma resposta objetiva e não, como convém, à dissolução de um problema que de fato não tem legitimidade, que se origina a partir de mal entendidos, do distanciamento e da desatenção para os usos cotidianos da linguagem.

---

186 WITTGENSTEIN, *Philosophical Investigations*, § 124.

187 WITTGENSTEIN, *Philosophical Investigations*, § 126.

188 WITTGENSTEIN, *Philosophical Investigations*, § 471.

Se certos fatos são signos da recusa em compreender o funcionamento da linguagem por meio de explicações, o qualificativo ‘proto’ que distingue sua condição de fenômenos aponta para uma diferença que já não pode mais se explicar por meio de uma investigação empírica, fenomênica, que identifique na própria natureza de tais fatos uma essência que os caracterize. A condição diferenciada de tais fatos se explica na estrutura normativa da linguagem, na relação interna entre fatos. É a posição que lhes cabe no jogo, na prática da linguagem, que, por assim dizer, esclarece que fato é fenômeno, que fato é proto fenômeno. Isto é, o papel lógico — a importância de certos fatos — só se revela na descrição do jogo, na contemplação da relação interna entre os lances que acontecem no solo rugoso e árido em que ele é jogado, e não na revelação de uma ordem subjacente, oculta, pura e cristalina. Assim se resolve a heteronomia, a partir do reconhecimento de que a descrição que esclarece a importância de certos fatos não pode se abster de considerar as circunstâncias empíricas que, não integrando o quadro de regras nem tampouco impondo sobre nós regras que lhes são próprias, são, no entanto, a armação factual que envolve nossos conceitos, emprestando-lhes sentido e importância ou, quando modificados os fatos, suprimindo tal importância e removendo o significado e a usabilidade de certos conceitos.

Por fim, queremos mais uma vez reiterar o que consideramos ser o núcleo e o mote de nossa pesquisa, o fio condutor que alinhava as diferentes etapas e que nos permite avaliar o desenvolvimento do texto: a ideia de que a autonomia, e os perigos a que ela responde, nas *Investigações Filosóficas* orbitam em torno do problema da correspondência entre fatos e conceitos. Na medida em que as observações filosóficas de Wittgenstein vão gradativamente apontando a indissociável importância de fatos naturais para a prática das nossas atividades linguísticas — até o ponto em que se admite explicitamente a importância de uma correspondência entre fatos e conceitos —, somos colocados diante do desafio de encaixar a natureza no espaço onde antes a sua presença era considerada nociva. É preciso alojar certos fatos no esquema que ilustra o funcionamento da linguagem, mas “isso parece abolir a lógica”<sup>189</sup>. Há uma preocupação recorrente nas considerações wittgensteinianas ao longo da sua filosofia tardia, expressa aqui no parágrafo 242, que consiste em fazer conciliar o “deve” lógico e a história natural do homem<sup>190</sup>. Frequentemente ele dá voz à inclinação a pensar que há algo de incompatível entre os dois pontos.

---

189 WITTGENSTEIN, *Philosophical Investigations*, § 242.

190 WITTGENSTEIN, *Remarks on the foundations of mathematics*, VI, § 49.

Mas a aparente incompatibilidade entre a lógica e a história natural do homem é apenas a ocasião para esclarecimentos adicionais que circulam em torno do estatuto da correspondência entre fatos e conceitos. O dever lógico (*logischen "Muß"*), ou melhor, a lógica carrega uma propriedade incompatível com o seu pertencimento à história natural humana: a rigidez, a dureza (*Härte*). O caráter necessário da lógica — *der Härte des logischen "Muß"* — parece incompatível com a contingência característica da história natural humana. Encaixar os fatos no quadro ilustrativo do funcionamento da linguagem só pode significar a abolição da lógica, a dissolução da dureza e da rigidez que lhe caracterizam e que constituem a força da sua necessidade.

Tal imagem tem o aspecto de uma frontal ameaça à autonomia da gramática, na medida em que sugere a dependência gramatical em relação a questões de fato. Em certo sentido, dependência semelhante existe e Wittgenstein a afirma ao declarar que o significado dos nossos conceitos é também determinado pela constância do resultado de sua aplicação. Mas isso então significa que o perigo e a ameaça só tem concretude se considerarmos a determinação e a dependência sob um ponto de vista causal, justo aquele que preocupa a ciência — e que não interessa à filosofia. Sob o ponto de vista filosófico, a determinação que os fatos exercem sob os conceitos é relativa ao vínculo interno e indissociável entre eles, não se deixa portanto agarrar pela chave causa-efeito. Não é o tipo de dependência que subordina a legitimidade dos nossos conceitos à realidade — razão porque rejeitamos o propósito de justificar, explicar ou fundar a linguagem por apelo a algo exterior. (A atividade linguística é parte da nossa história natural tanto quanto comer, beber, andar, etc., e, assim como as outras *atividades*, dispensa fundamentação). Os fatos aos quais nossos conceitos se vinculam internamente não tornam nossa gramática verdadeira. As mudanças que Wittgenstein supõe e imagina para destacar a importância da regularidade natural não tornam nossas regras gramaticais falsas — mas sem sentido, sem uso, inaplicáveis. Se a cor vermelha não existisse, o conceito de vermelho não seria falso, mas sem sentido — o conceito de vermelho não existiria<sup>191</sup>. Do mesmo modo, se não existisse acordos (acordo de definição e aplicação) envolvendo a técnica de cálculo, técnica que é um *fato da história natural humana*<sup>192</sup>, ela simplesmente não existiria.

A natureza, os fatos naturais aos quais nossos conceitos correspondem os não tornam verdadeiros. A gramática determina o sentido, não a verdade das nossas expressões

---

191 WITTGENSTEIN, *Zettel*, § 351.

192 WITTGENSTEIN, *Remarks on the foundations of mathematics*, VII, § 17.

linguísticas. Não há algo como um conceito ou uma regra falsos, mas tão somente conceitos inaplicáveis, inúteis, impráticos, etc. A determinação do sentido antecede a possibilidade do jogo da verdade e falsidade. É nesse sentido que as preocupações filosóficas dirigem-se à possibilidade dos fenômenos e não a eles mesmo, assim se explica a recomendação de que vejamos os fatos como proto fenômenos

Nesse amplo painel que quisemos aqui tão somente reavivar a noção de autonomia tem lugar central, posto que ela guarda a concepção de filosofia que ampara a atividade investigativa, ensejando o esclarecimento do estatuto da correspondência entre fatos e conceitos e também abrindo espaço para as discussões suplementares que fortalecem o entendimento sobre a relação entre o mundo e a linguagem, em particular, a discussão inspirada pelos comentários contra a arbitrariedade. O trabalho de garimpar nas *Investigações* elementos favoráveis à discussão é notoriamente árduo — aliás, como bem observa Michael Forster, que se dedicou ao tema<sup>193</sup> —, mas, sem dúvida, de vital importância, posto que os momentos de maior dificuldade, nos quais Wittgenstein tensiona ao limite a imaginação do seu interlocutor, levando-o a considerar casos extremos, dúvidas que nos levam a respostas e posições distanciadas das suas próprias, estão quase sempre a serviço do interesse em esclarecer o papel da natureza e o modo como, a despeito dessa confessa importância, a filosofia (e a lógica) seguem inteiriças e ainda desinteressas por investigações empíricas.

Malgrado a ausência da expressão *autonomia*, a ideia cifrada nessa expressão segue presente no corpo não só das *Investigações*, mas também de outros textos da fase tardia do pensamento de Wittgenstein. Já nas *Investigações* nos é oferecido um indicativo de que a discussão em torno desse tópico parece encontrar um ambiente favorável nas considerações sobre expressão de sensações<sup>194</sup>. Ou seja, nos comentários sobre a filosofia da psicologia. Segundo nosso juízo, não sem razão Wittgenstein segue seu trabalho manifestando profundo interesse por questões correlatas e examinando-as até o fim de sua vida.

Queremos crer com tudo isso que a autonomia da gramática é uma chave indispensável para leitura das *Investigações Filosóficas*, sua ausência contamina a própria filosofia de Wittgenstein com dificuldades insolúveis e impede a contemplação do que, ainda segundo nosso juízo, é um dos aspectos mais fortes e originais do seu pensamento: o modo como a pragmática, os contextos empíricos, os fatos da natureza são articulados numa investigação com preocupações lógicas sem que isso implique na injunção de um investigação empírica de

---

193 FORSTER, *Wittgenstein on the arbitrariness of grammar*, p. 189.

194 WITTGENSTEIN, *Philosophical Investigations*, § 142.



qualquer natureza, eliminando assim resíduos metafísicos que impuseram obstáculos ao próprio Wittgenstein. É nosso desejo que o pesquisa ora concluída seja um meio eficiente, uma ferramenta útil no esclarecimento da questão e na consolidação dessa perspectiva de leitura.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRINGTON, Robert; GLOCK, Hans-Johann (org.). **Wittgenstein's Philosophical Investigations**. New York: Routledge, 2001.

BOUVERESSE, Jacques. **La force de la règle**. Paris: Les Éditions de Minut, 1987.

CUTER, João Vergílio Gallerani. **Gramática e verdade necessária**. Dois pontos. Curitiba, São Carlos, vol. 6, n. 2, outubro, 2009.

FORSTER, Michael. **Wittgenstein on the arbitrariness of grammar**. Princeton: Princeton University Press, 2004.

GLOCK, Hans-Johann. **A Wittgenstein Dictionary**. Oxford: Blackwell Publishing, 1996.

\_\_\_\_\_. Relativism, Commensurability and Translatability. In: John Preston (Ed.). **Wittgenstein and reason**. Oxford: Blackwell Publishing, 2008.

\_\_\_\_\_. Necessity and language: in defence of conventionalism. **Philosophical Investigations**. Oxford, v. 1, n. 31, p. 28, janeiro 2008.

HACKER, Peter M. S. **Insight and illusion**. Oxford: Clarendon Press, 1972.

\_\_\_\_\_. **Wittgenstein: Meaning and Mind**. Oxford: Blackwell Publishing, 1990.

\_\_\_\_\_. **Wittgenstein: Mind and Will**. Oxford: Basil Blackwell, 1996.

\_\_\_\_\_. **Wittgenstein: Rules, grammar and necessity**. Oxford: Blackwell Publishing, 2009.

MORENO, Arley. **Introdução a uma Pragmática Filosófica**. Campinas: Editora Unicamp, 2005.

PEARS, David. **The False Prison**. Oxford: Clarendon Press, 1987. (Vol I)

SALLES, João Carlos. **O retrato do vermelho**. Salvador: Editora Quarteto, 2009.

SCHWYZER, Robert. Autonomy. In: GLOCK, Hans-Johann (org). **Wittgenstein: A critical reader**. Oxford: Blackwell Publishers, 2001.

STROUD, Barry. Wittgenstein and logical necessity. **The Philosophical Review**, Vol. 74, No. 4, Outubro, 1965.

WILLIAMS , Meredith. **Wittgenstein, Mind and Meaning**. Routledge: Longon, 1999.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações Filosóficas**. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores).

\_\_\_\_\_. **On Certainty**. Nova York: Harper Torchbooks, 1972.

\_\_\_\_\_. **Philosophical Investigations**. Oxford: Basil Blackwell, 1953.

\_\_\_\_\_. **Philosophical Grammar**. Oxford: Basil Blackwell, 1974.

\_\_\_\_\_. **Remarks on the foundations of mathematics**. Oxford: Basil Blackwell, 1978.

\_\_\_\_\_. **Remarks on the philosophy of psychology**. Oxford: Basil Blackwell, 1980. (Volume II)

\_\_\_\_\_. **The Big Typescript**. Oxford: Blackwell Publishing, 2005.

\_\_\_\_\_. **Tractatus Logico-Philosophicus**. São Paulo: Edusp, 1993.

\_\_\_\_\_. **Zettel**. Berkeley: University of California Press, 1970.

\_\_\_\_\_. **Wittgenstein Nachlass: The Bergen Electronic Edition**, Oxford: Oxford University Press, 2000.